

JORNAL DAS CRIANÇAS
SEMTERRINHA

MONYSE RAVENNA DE SOUSA BARROS



**Por escola,
terra e
dignidade**

Criança é sujeito: A Comunicação dos Sem Terrinha

Fortaleza

2010



MONYSE RAVENNA DE SOUSA BARROS

Criança é sujeito: A Comunicação dos Sem Terrinha

**Monografia apresentada ao
Curso de Comunicação Social
da Universidade Federal do
Ceará como requisito para a
obtenção do grau de Bacharel
em Comunicação Social,
habilitação em
Jornalismo, sob a orientação
da Profa. Dra Adelaide Gonçalves
Fortaleza
2010**

MONYSE RAVENNA DE SOUSA BARROS

Criança é sujeito: A Comunicação dos Sem Terrinha

**Monografia submetida ao Curso de Comunicação Social
da Universidade Federal do Ceará como requisito parcial para a
obtenção do título de Bacharel.**

**A citação de qualquer trecho desta monografia é permitida desde
que feita de acordo com as normas da ética científica.**

Monografia apresentada à Banca Examinadora:

**Prof. Dra. Adelaide Gonçalves (Orientador)
Universidade Federal do Ceará (UFC)**

**Prof. Dra. Kênia Rios (Membro)
Universidade Federal do Ceará (UFC)**

**Prof. Ms. Andréa Pinheiro (Membro)
Universidade Federal do Ceará (UFC)**

Fortaleza

2010

As crianças Sem Terrinha,

Por alegrarem a luta

AGRADECIMENTOS

Bem, essa é última página da monografia que escrevo, penso no percurso que me levou até aqui e penso nas pessoas que possibilitaram esse percurso. Os agradecimentos deixados para o final escondiam um pouco do medo do que falar, ou do medo de esquecer um nome, pois que o cansaço da escrita já não permitisse lembrar. Vamos lá aos sinceros agradecimentos.

Agradeço ao Movimento Sem Terra por “ocupar” os caminhos da minha vida e mudá-los bruscamente de rumo, em uma curva à esquerda e, por me ensinar a enxergar o mundo desde os de baixo.

À minha mãe Erisvalda, pela dedicação integral de sempre. Pela sua falta de paciência em momentos importantes, pela sua teimosia de não deixar a gente desistir nunca. Obrigada Mãe, quero ser igualzinha a você, te amo! Junto a minha mãe agradeço também ao restinho da família Melka, minha irmã por ter me obrigado a tomar uma das decisões mais difíceis e acertadas da minha vida, mesmo com este trabalho em curso e ao meu “paidrasto” que sabe ser pai da gente com o carinho nunca encontrado antes.

Ao Rodrigo, pelo amor, paciência, risadas, lágrimas, carinhos, afeto, ternura, raivas, tristezas, alegrias, tudo junto. Por estar ao meu lado incondicionalmente sempre, apesar da distância física em muuuuuuuuitos momentos, os corações caminham de mãos dadas. Meu bem, obrigada por todas as vezes que me pediu calma e fez com que eu tivesse certeza que tudo daria. Te amo.

À Adelaide pela orientação dedicada, pela paciência e companheirismo em todos os momentos. Pelas boas conversas na varanda ou na cozinha, por acalantar nossos sonhos, por nos mostrar novos caminhos. Muito do que está escrito aqui e muito do que sou hoje devo a ela. Tenho certeza que ainda percorreremos longos caminhos juntas. Muito obrigada.

Ao meu pai, Germano, pela retomada da convivência e do afeto nos últimos meses.

Aos amigos de sempre Loló, Genildo, Francisco, Gledson, pelas incontáveis noites de conversas descompromissadas, perto do mar e regadas à pizza. À Enilce e Evim, por estarem sempre por perto.

Acho que deu para perceber que quase tudo que escrevo nos agradecimentos está no plural, porque esse foi um percurso feito a dois. Amandita, obrigada por tudo. Pela descoberta de uma amizade que nem todas essas páginas conseguiriam agradecer. Obrigada pela força de uma militante dedicada e pelo sorriso da amizade sincera. Continuamos juntas.

À Waldênia e Thibério, pelo companheirismo constante. Por todas as angústias divididas, por todos os favores. Não teria conseguido fazer esse curso sem vocês, seria impensável. A todos que passaram pelo projeto Tvez, com certeza o espaço acadêmico mais importante pelo qual passei na UFC. Tiago e Léo, obrigada pelo exemplo. Wal, Thibaz, Renatinha, Ana Paula, Samaísa Amanda, Lorena, pela caminhada. Suzane e Camila, sejam bem vindas. Em especial agradeço a Lu, professora Luciana Lobo pela orientação segura e terna, pelos sorrisos e por acreditar que a gente pode fazer uma Universidade mais legal.

À queridíssima Inês Vitorino, com quem aprendi tantas coisas no último ano. Aprendi principalmente a fazer as coisas por paixão. À todos do Grim pelo exercício riquíssimo da pesquisa, em especial à professora Andréa Pinheiro pelos relatos, pela leveza, pelos sorrisos e por compor a banca de avaliação desta monografia.

À turma de jornalismo do semestre 2006.2, em especial Tina, Thaís, Denise, Camilla Viégas, Camila Gadelha, Amanda, Thibério, Louisiane, Waldenia, Samaísa. Aos professores Nonato Lima, Agostinho Gósson, Ronaldo Salgado. À coordenadora do curso Glícia Pontes por nos ajudar sempre sorrindo.

À professora Kênia Rios por acolher sempre o meu constante intercâmbio com a História e pelo aceite gentil em fazer parte da banca.

Ah!, não podia esquecer nunca, jamais do pessoal do Catas – Ong Catavento, pelo último ano de trabalho, mas também de construção de afetos. Aos meninos e meninas da Agência Catavento Rede Andi: Nina, Thibaz (de novo), Luana, Regininha, Tiago e Nut, adooooooooo vocês e obrigada por sempre entenderem quando desmarco as coisas. Ainda na Catavento à Clarissa, Carol, Edgar, Regina, Rones, Tarci, Lívio, Marilac.

E finalmente obrigada Flávio e Joyce, minha ponte com os sonhos, por não deixarem que me afaste da luta. Pelos telefonemas saudosos, pelas festas, encontros, viagens, mas também por me conduzirem sempre em frente. Obrigada.

“Contra a intolerância dos ricos, a intransigência dos pobres”

(Florestan Fernandes)

Resumo:

Este trabalho estuda o projeto de Comunicação do Movimento Sem Terra (MST), voltado para a infância, com ênfase no Jornal Sem Terrinha enquanto argumento pedagógico. As crianças Sem Terra participam de todos os momentos da luta pela terra, junto à sua família e são também sujeitos dessa luta. Assim sendo, estudamos os espaços comunicativos voltados para a infância, como lugares de diálogos e trocas simbólicas entre os Sem Terrinha e o MST. Outro aspecto abordado é a forma como as lutas sociais e seus símbolos aparecem noticiadas nas páginas do Jornal Sem Terrinha.

Sumário

Lista de Ilustrações	10
Introdução.....	12
Cap. I – “Levantados do chão”: As lutas camponesas no Brasil.....	18
1. - Arraial de Canudos: uma terra de esperança	20
2. - De chapéu de palha e pé no chão: Formas de lutas e organização camponesa no Brasil	22
3. Do chão da luta brota o MST: um legado articula um novo sujeito	28
4. De chapéu de palha ou boné vermelho - O MST no Ceará.....	34
Cap. II Comunicação e Infância no MST: semeando novos valores	36
1. - Em pauta, um projeto de Comunicação no MST.....	43
2. Uma pedagogia da Comunicação na Revista das Crianças Sem Terrinha	52
3. A Internet como espaço de divulgação de idéias	55
4. Mídia e Criminalização dos Movimentos Sociais	57
5. Uma concepção de infância em debate	60
6. A infância sem terrinha : “soletrando a liberdade na escola”.....	62
Cap. III Uma pedagogia da luta impressa: O Jornal Sem Terrinha.....	70
Considerações finais.....	102

Fontes	106
Referencias bibliográficas.....	107

Lista de Ilustrações

Boletim da Educação do MST, Julho de 1993	pág. 42
Jornal Sem Terra, maio de 1981.....	pág. 43
Revista Sem Terra, Maio, 2010.....	pág. 44
Jornal Sem Terra Agosto de 2001	pág. 45
Grupo de Teatro em Sergipe	pág. 46
Prédio da rádio camponesa em São Paulo	pág. 47
Edição número 50 da Revista Sem Terra	pág. 49
Capa do Livro Terra de Sebastião Salgado	pág.50
Sem Terrinha de Sergipe, Livro Terra, Sebastião Salgado	pág. 51
Jornal Sem Terra, novembro de 2000	pág. 56
Charge do cartunista Latuff, Revista Sem Terra edição 50	pág. 58
Cartilha MST, Fazendo Escola, número 02	pág. 63
Boletim da educação número 01: "Ocupar, resistir e produzir"	pág. 64
Jornal Sem Terrinha, outubro de 2007	pág. 72
Jornal Sem Terrinha, outubro de 2007	pág. 75
Jornal Sem Terrinha, outubro de 2008	pág. 77
Jornal Sem Terrinha, outubro de 2008	pág. 80
Jornal Sem Terrinha, setembro de 2008	pág. 81
Jornal Sem Terrinha, Janeiro de 2009	pág. 83
Jornal Sem Terrinha, Janeiro de 2009.....	pág. 87
Jornal Sem Terrinha, Janeiro de 2009	pág. 88
Jornal Sem Terrinha, Janeiro de 2009	pág. 90
Jornal Sem Terrinha, Outubro de 2009.....	pág. 92

Jornal Sem Terrinha, Outubro de 2009	pág. 93
Jornal Sem Terrinha, Outubro de 2009	pág. 95
Jornal Sem Terrinha, Outubro de 2009	pág. 96
Jornal Sem Terrinha, março de 2010	pág. 97
Jornal Sem Terrinha, março de 2010	pág. 97
Jornal Sem Terrinha, março de 2010	pág. 98

INTRODUÇÃO

“A mão que pega na enxada

É desenha o pensamento

É a mesma mão que semeia

Um novo assentamento

unindo os filhos da terra

Na terra em movimento”

(Terra em Movimento, Gilvan Santos)

A partir do segundo semestre, desde o ingresso no Curso de Comunicação Social da UFC, especificamente desde a disciplina de História do Jornalismo Brasileiro, desperta minha motivação ao estudo do projeto de comunicação construído pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, o MST. Nessa disciplina em uma visita a um assentamento desde aí meus olhos se abriram, minha consciência clareou, percebi a existência de experiências de comunicação para além do sistema empresarial, para além dos ditames do mercado e da publicidade.

No início, a forma de comunicação que me fascinava no MST era a mística. A mística como expressão de valores, como tempero da luta, como alento e magia. Para mim as mensagens ali transmitidas, de forte carga subjetiva, nos entranham de uma forma arrebatadora, mas creio que não conseguiria estudar a mística com o rigor acadêmico necessário, pois o fascínio e a admiração seriam bem maiores que a capacidade de análise.

Para a pesquisa monográfica decidi estudar os veículos de comunicação do MST, já que é diverso e amplo seu projeto de comunicação. Jornal, revista, rádio, audiovisual, teatro, música, internet. Em meio a tantas opções, minha vontade era abarcar tudo. Isto não me foi

possível, dada as limitações teórico-metodológicas impostas por meu percurso acadêmico e também pelas especificidades do trabalho exigido.

O roteiro original desta pesquisa pretendia abarcar o estudo dos vários argumentos comunicativos do Movimento Sem Terra, para a infância. O diálogo com as fontes, a pesquisa hemerográfica e as leituras teóricas fizeram com que o foco fosse redefinido para que se adequasse às possibilidades metodológicas de uma pesquisa monográfica. Se as indagações do projeto fossem tantas correria o risco de produzir um trabalho de extrema superficialidade.

Para a escolha decidi incorporar à pesquisa outro tema, além da comunicação popular, que caminhou comigo durante os quatro anos na universidade: a comunicação voltada e elaborada a partir da infância sem terra. Mesmo assim, o recorte ainda era amplo, variadas as fontes: Jornal e Revista Sem Terrinha, programas de rádios específicos para o público infantil, vídeos sobre os encontros. Muitas coisas dispostas ao estudo e pouco tempo.

No decorrer da investigação, diante do material inicial lido e comentado, redefini o tema da monografia: *Criança é Sujeito: A comunicação dos Sem Terrinha*, dirigindo o estudo ao Jornal Sem Terrinha, editado há cerca de dois anos pelo MST, como encarte do Jornal Sem Terra, periódico com quase trinta anos de circulação ininterrupta. Sobre o *corpus documental* desta pesquisa, os jornais ocupam o lugar central. Definiu-se o Jornal Sem Terrinha como lugar de enunciação do discurso político (e jornalístico) construído pelo MST.

Os meios de comunicação do MST voltados para à infância, entre eles, o Jornal Sem Terrinha, guardam relação com os pressupostos de uma Pedagogia de libertação, como no pensamento de Paulo Freire. Problematizar os instrumentos dessa pedagogia é um dos objetivos principais da pesquisa.

Uma das razões pelas quais escolhi o tema da infância Sem Terra se articula ao conhecimento do fato ocorrido em março de 2009, quando o governo do Rio Grande do Sul, por orientação do Ministério Público (MP), cancelou os convênios com o MST para a manutenção das Escolas Itinerantes em acampamentos organizados pelo Movimento. Como resultado da proibição, milhares de crianças ficaram sem acesso à educação no Rio Grande do Sul.

Um aspecto se manteve desde o início do percurso que culminou neste estudo monográfico: a vontade de estudar a comunicação do MST. Isso se mantém como demanda da

formação acadêmica e impulso ao conhecimento sobre a história recente dos movimentos sociais; e ainda pelo fato de enxergar no Movimento dos Trabalhadores sem Terra um dos principais protagonistas da luta social no Brasil. Há 25 anos, o MST ocupa terras, corações, mentes, páginas de jornal, telas de TVs e também vem conquistando dia a dia espaço nas universidades.

Na tradição marxista, os textos diversos da historiografia britânica: Thompson, Rudé e Hobsbawm se mostraram fundamentais para a definição do tema e das escolhas metodológicas, favorecendo um olhar *desde os de baixo*. Apoiei-me em uma das premissas teóricas desde Marx, que não basta estudar e compreender a realidade, é preciso compreendê-la no intuito de transformá-la. Essas breves referências da teoria da história enriqueceram minha visão e mitigaram as deficiências teóricas de minha formação acadêmica.

Deficiências estas que dificultaram o percurso, mas de outro modo, impulsionaram a vontade de pesquisar e estudar, realizando um estudo monográfico como aprendizagem e começo de trajetória acadêmica, quiçá, continuada. É certo que a pesquisa é atividade solitária e exigente: esforço, disciplina e determinação são imprescindíveis. Mas é certo também que proporciona um imenso prazer ao pesquisador dedicado, quando reflete sobre o objeto e no curso da investigação vai descobrindo nuances, detalhes, especificidades, não (a)notadas ao primeiro contato com o universo empírico.

Definido o objeto da pesquisa, aprofundi a pesquisa documental e bibliográfica, visto que somente as primeiras leituras, de aproximação ao tema, se mostravam insuficientes desde a redefinição do objeto. Tive contato com uma alentada bibliografia, dirigindo minha atenção aos temas da sindicalização rural, organização camponesa, lutas sociais no campo, relações de trabalho, entre outros que se mostraram de muita valia na escrita destes capítulos.

A monografia ora apresentada se constitui em três capítulos, sendo que o estudo do Jornal sem terrinha perpassa todos eles, e, aparecendo de forma mais substantiva no terceiro capítulo. Esta pesquisa não pretende esgotar a discussão acerca do Jornal Sem Terrinha e de seu papel como argumento político e pedagógico. A intenção é dar a partida inicial na pesquisa dos argumentos comunicativos voltados à infância, e partir do jornal, porque estende sua importância e continuidade como meio de comunicação da infância sem terra no Brasil.

O percurso metodológico foi se construindo de passo com as leituras, e principalmente no contato com as fontes de pesquisa. Superadas dificuldades e limites, compreendi a força e a inspiração das leituras. Desde aí, se tornou possível entender as mudanças e permanências na formação social brasileira, assim como a possibilidade aberta desde o aporte teórico da história social, diálogo necessário nesta pesquisa, ao conhecimento das diversas formas de luta e resistência dos trabalhadores, em seu esforço na construção de um mundo melhor, sem desigualdades e injustiças. Ademais, compreendi algumas dimensões da luta camponesa no Brasil, com seus marcos sociais de memória e tradição de luta: Canudos e Contestado, as Ligas Camponesas, o Sindicalismo Rural, entre outros fenômenos sociais.

Como exemplo, dentre os estudos que reforçam a escrita do primeiro capítulo, o de Ruy Facó, fonte indispensável para o estudo dos movimentos messiânicos do início do século XX. De *Cangaceiros e Fanáticos*, apropriei-me de sua análise acerca do itinerário de lutas e organização dos trabalhadores, em especial do Nordeste do Brasil. Além disso, sua reflexão acerca do monopólio da terra no sertão nordestino se mostrou de significado para esta pesquisa. Nele também, recolhi algum enunciado do intelectual engajado, bem ao espírito de seu tempo, como aqui:

“Porque os pobres do campo dispõem hoje da mais poderosa das armas, uma que não possuíam antes: vão ganhando consciência de sua condição de míseros explorados e oprimidos e organizam-se como jamais se organizaram os trabalhadores do campo no Brasil.”¹

De grande significação também foi o contacto com a obra de Euclides da Cunha, via leitura de *Os Sertões*, abrindo uma sensibilidade para enxergar novas possibilidades de entendimento da realidade social no Brasil e pensar as tensões e conflitos a partir de outro viés, desde Canudos.

Estudo de relevo, nesta pesquisa, é o de Walnice Nogueira Galvão, em *Vida e Morte de Belo Monte*². Pesquisa aprofundada, que ultrapassa o senso comum sobre a gênese das revoltas camponesas e a figura do Beato, Antonio Conselheiro. Esta leitura deu a perceber também certos mecanismos e expressões que vão forjando uma identidade camponesa.

¹ FACÓ, Rui. *Cangaceiros e fanáticos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.

² GALVÃO. Walnice Nogueira. *O Império de Belo Monte, Vida e Morte de Canudos*. Fundação Perseu Abramo. São Paulo: 2001.

É merecido o destaque nesta monografia das leituras de ensaios e estudos de João Pedro Stédile, militante da coordenação nacional do MST. Em seus escritos mesclam-se o rigor acadêmico do economista e a paixão de um militante social sério e coerente, o que contribuiu para uma visão desde o MST em seu processo de organização.

As lutas pela terra desde o final do século XIX formam o tema central do primeiro capítulo. Os conflitos desde Canudos, Contestado, a formação das Ligas Camponesas, os elementos constitutivos do sindicalismo rural nos anos 1960 e no pós-ditadura militar formam uma base de compreensão acerca da extensão no tempo e do alargamento no espaço das variadas formas de luta e resistência camponesas no Brasil. Em destaque no primeiro capítulo a formação e trajetória histórica do MST.

No segundo capítulo, debruicei-me sobre vários documentos e publicações do MST. Cadernos, cartilhas, brochuras, muitos deles gentilmente cedidos pelo Setor de Comunicação Estadual e Nacional e pela Direção Estadual do Movimento, o que facilitou muito o andamento da pesquisa e enriqueceu a bibliografia do trabalho com estudos apoiados em extensa pesquisa empírica, principalmente aquelas que abordam o tema da Educação e correlatos.

No segundo capítulo, abordo a construção da Ciranda Infantil como espaço de vivências onde o ser criança sem terra experimenta os conteúdos pedagógicos pautados em valores, princípios, convicções forjados ao longo da trajetória de um movimento social de luta pela terra. Ou como informa um Caderno de educação sobre a Ciranda Infantil:

“São as vivências que vão se materializando em valores, princípios, convicções acerca da educação e do ser criança, sujeito de direito, que tem um vínculo político pedagógico com um movimento social do campo, buscando viver e transformar a pedagogia do movimento”³

Para o segundo capítulo o foco se dirige aos diversos modos como a criança, junto de sua família, se insere na luta pela terra. A concepção de infância, inferida a partir do campo da História Social, o lugar social da infância no MST, os processos comunicativos-formadores e a pedagogia do Movimento inspirada no pensamento de Paulo Freire, formam a apreciação tópica do capítulo. Os argumentos comunicativos do MST, com ênfase no Jornal Sem Terra,

³ MST. Caderno de Educação número 12, Educação infantil – movimento da vida, dança do aprender. 2004

na Revista Sem Terra e no site www.mst.org.br também são apresentados, para que se dimensione seu projeto de comunicação.

Os camponeses, em especial as crianças camponesas, são protagonistas do que aqui discutimos. Crianças muitas vezes invisíveis que aparecem na encenação midiática sem rosto e sem voz e no contexto da pedagogia de um movimento social tomam parte na construção do devir e são pensadas como sujeitos de história.

Por muito tempo as crianças não eram consideradas sujeitos em igualdade de condições com os adultos, respeitadas às peculiaridades. Ainda hoje, por vezes a infância é enxergada a partir de uma lógica dual onde ora é criminalizada, privada de direitos, quando provém das camadas pobres da população ou é exageradamente protegida, tutelada, quando seu mundo é o das camadas médias e das elites abastadas.

O estudo de seis edições do Jornal Sem Terrinha é o conteúdo do terceiro capítulo. Para fins de análise neste trabalho, escolhi desde a capa às seções fixas do jornal: o editorial, a reportagem e o cantinho da diversão. O estudo tenta combinar as perspectivas metodológicas tanto da História Social, quanto da comunicação popular.

Neste capítulo, a leitura das fontes se realiza sob orientação dos estudos que compreendem o jornal em sua dimensão de fonte/objeto, observando assim uma metodologia de pesquisa adequada ao estudo.

No caminhar da pesquisa, tentei apreender as múltiplas dimensões que as fontes me apresentavam, do ponto de vista metodológico. Procurei compreender que o trabalho com os jornais não era uma reprodução dos escritos no corpo da monografia. Perguntei-me diversas vezes para quem aquelas edições eram importantes, se as crianças tinham acesso a elas, se eram lidas. Entendi que o tratamento da fonte deve se basear no contexto de sua produção, assim como compreender sua moldura no campo das idéias e formas de intervenção social. O jornal é aqui estudado como lugar em movimento, de difusão de idéias.

A relevância do estudo se justifica em face da continuada distorção factual e mesmo ausência, na mídia empresarial, dos Sem Terra e em especial, das crianças Sem Terra, invisíveis na cena publicada e ausentes do discurso jornalístico, a não ser como parte do noticiário de criminalização dos movimentos e da luta social no Brasil

Capítulo 1.

“Levantados do chão”: As lutas camponesas no Brasil

Uma série de crises, de ordem econômica, ideológica e política, expressas em rebeliões espalhadas em vastas áreas do interior do Brasil, abrangendo muitos milhares de camponeses é uma das faces da conjuntura que compreende o último quartel do século XIX e o primeiro do século XX no Brasil. Muitas dessas revoltas se erguem do chão, em consequência do problema secular do monopólio da terra no País.

Segundo Ruy Facó:

“As condições internas que os geraram vamos encontrá-las, precisamente e antes de tudo, no monopólio da terra, cujas origens remontam aos tempos coloniais, com a divisão do Brasil em capitâncias hereditárias e subsequente concessão de sesmarias, as quais deram origem aos latifúndios atuais. Estes constituem, de há muito tempo, ao lado do domínio imperialista em ramos básicos da economia do País, um dos dois grandes obstáculos ao nosso pleno desenvolvimento econômico, social, político e cultural.”⁴

No Brasil, por mais de três séculos a agricultura baseou-se no regime de trabalho escravo, consoante às diretrizes do modelo colonial e aos interesses metropolitanos. Do trabalho escravo ainda hoje não só restam marcas evidentes nas relações de produção no campo, como é fato a existência comprovada de trabalho escravo em nossos dias. Como atesta o vasto e criterioso levantamento realizado pela Comissão Pastoral da Terra em seus sucessivos Relatórios sobre o mapa da violência no campo, evidenciando muitas e graves situações de trabalho compulsório, escravidão por dívidas, cárcere privado, condições sub-humanas de trabalho, recrutamento ilegal, confinamento, insalubridade no local de trabalho, inexistência de vínculos formais na relação de trabalho, descumprindo e burlando amplamente

⁴ FACÓ, Rui. *Cangaceiros e fanáticos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.

a norma jurídica trabalhista e os acordos e convenções firmados em fóruns específicos como a OIT-Organização Internacional do Trabalho. .

O grande latifúndio baseado na monocultura era o modelo predominante na agricultura do Brasil. Com o fim do estatuto jurídico da escravidão, em 1888, a força de trabalho dos imigrantes estrangeiros é amplamente requerida. Sobre o fato, a historiografia brasileira apresenta um rico inventário de estudos e pesquisas. Imigrantes e trabalhadores nacionais são duramente explorados em extensas jornadas de trabalho de norte a Sul do País. Essa história produziu várias formas de contestação, protesto popular e um mosaico variado de lutas sociais cuja principal reivindicação é terra para trabalhar, condição de acesso a uma vida melhor e mais digna..

Canudos, Contestado, Caldeirão, Pau de Colher, Pedra Bonita, formam alguns exemplos nesse breve inventário de lutas e resistências. Algumas dessas experiências apresentam traços de movimentos messiânicos, já estudados em clássicos do pensamento social brasileiro.

A situação dos pobres do campo no fim do século XIX e mesmo em pleno século XX não se diferenciava estruturalmente do início do século XIX, porquanto a concentração da terra e o modelo agrícola dominante geram pobreza e extrema miséria no campo e na cidade, como extensão. Entendemos, como em Marx que a formação da riqueza, a acumulação do capital, produz também o seu contrário, a miséria. Homens e Mulheres sem terra, sem direitos, sem garantias, buscam construir mecanismos coletivos contra as várias formas de dominação, sonhando a conquista de uma vida melhor.

No registro de Ruy Facó, dois eram os tipos de reações da parte dos pobres do campo contra a fome e a miséria que aumentam com a seca: a formação de grupos de cangaceiros que lutam de armas nas mãos, assaltando fazendas, saqueando comboios e armazéns de víveres nas próprias cidades e vilas e a formação de seitas de místicos – fanáticos – em torno de um beato ou conselheiro, para implorar dádivas aos céus e remir pecados, as causas de sua desgraça.

O cangaceiro e o fanático eram os pobres do campo que rompiam um estado de conformismo em direção às lutas que começavam a adquirir caráter social, lutas, portanto, que deveriam mudar, mais cedo ou mais tarde, seu próprio destino. Não era ainda a luta em função da terra, mas uma luta contra o domínio do latifúndio.

Entre medos do século XIX e começos do século XX, aumentam os registros de movimentos de rebeldia e protesto dos pobres do campo, em vários pontos do Brasil. Assumem diversas características. Um deles, Canudos, atinge grande significação que desborda de seu próprio tempo em razão, inclusive, dos graves desdobramentos e do aparato do estado mobilizado em sua destruição.

1- Arraial de Canudos: uma terra de esperança

Havia cinco anos fora abolida a escravidão e quatro fora proclamada a República no Brasil, quando chega a Canudos “a gente do Conselheiro”. As mudanças na fisionomia política do País, as promessas republicanas, não alcançam a sorte dos trabalhadores e menos ainda a grande massa do campo submetida ao mando do latifúndio, unidade produtiva e lugar de origem das alianças oligárquicas pelo controle do estado.

Uma narrativa clássica sobre Canudos é de Euclides da Cunha em seu *Diário de uma Expedição* e em *Os Sertões*⁵. Euclides da Cunha afirma que o arraial de Canudos compreendia cinco aglomerados, espalhados sobre o dorso das colinas, estando as edificações concentradas no interior de cada bairro e mais esparsas nos seus limites. Essa era a descrição de um Arraial surgido em 1893, no sertão baiano, que congregava algumas centenas de camponeses, reunidos em torno do beato Antônio Conselheiro

Os canudenses enxergavam aquele chão como terra de esperança, se construindo sobre os escombros de uma velha fazenda em ruínas. O arraial contava com um chefe militar, comandante das operações de guerra, delegando funções ou tarefas a uma série de cabecilhas que lideravam piquetes, e um chefe civil, responsável pela boa ordem da comunidade. Também contava com uma professora, pois a educação das crianças não era descurada. O próprio Conselheiro freqüentara a escola, sabendo ler e escrever e conhecendo até rudimentos de latim. Havia ainda um curandeiro, perito tanto em remédios silvestres como em simpatias, e um secretário, que atendia como escriba ao Conselheiro.

⁵ CUNHA, Euclides da. *Os sertões*. 2. ed., São Paulo: Ática, 2001. (Edição crítica de Walnice Nogueira Galvão).

O beato Antônio Conselheiro exercia as funções de liderança religiosa o (e política) do arraial. Celebrava missas, realizava casamentos, batizados e enterros na comunidade. Era respeitado como líder por todas as famílias que lá chegavam para estabelecer morada. O catolicismo “popular”, religião vigente em Canudos é professada por sertanejos que escapando à seca e às intempéries sociais de sempre, no arraial, sob orientação do Conselheiro, buscam uma salvação..

Em Canudos, uma parte do produto do trabalho destinava-se à “companhia”, isto é, à coletividade formada em torno do Conselheiro. De acordo com Walnice Nogueira Galvão:

“Embora não fosse de modo absoluto uma comunidade igualitária, havendo distinção até visível entre os mais ricos e mais pobres, como a aparência das casas, todavia alguns traços de igualdade havia, e certamente dados pela religião comum – que costuma apagar apenas idealmente as barreiras de classe ao criar uma organização social *sui generis* que prega a fraternidade. O mais marcante desses traços era a inexistência da propriedade privada da terra. Quem chegasse podia erguer seu barraco, sem pagar nada a ninguém. Segundo testemunhas, a capela possuía como doação uma légua em quadro, que se dispunha em seu entorno, e era nessa terra que os recém-chegados recebiam permissão para se instalar.”⁶

Entre 1895 e 1896, Canudos resistiu a quatro expedições regulares do exército e da polícia militar, incluindo tropas de infantaria, cavalaria e artilharia, num total superior a 12 mil homens. “*Se a primeira expedição estivera nas mãos de um tenente, a segunda de um major, a terceira de um coronel, a quarta contaria com nada menos de cinco generais e até um marechal*”⁷, afirma Walnice Nogueira Galvão.

A quarta e última expedição contou com um efetivo calculado entre 10 mil e 12 mil homens, acorridos de todo o país em diversas levas. Em um contexto em que o efetivo total do exército brasileiro somava cerca de 25 mil homens, pode-se avaliar melhor a amplitude da guerra. Só no combate final, quando resultaria a queda do arraial, entraram em ação 5.871 combatentes.

Algumas vezes, comenta-se certa similitude do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) com o dos conselheiristas; o próprio MST se reconhece como herança histórica do Arraial, em sua dimensão de luta. Em todo Brasil, vários acampamentos e assentamentos adotam uma nomeação ancorada na memória da saga de Canudos. No Ceará

⁶ GALVÃO. Walnice Nogueira. O Império de Belo Monte, Vida e Morte de Canudos. Fundação Perseu Abramo. São Paulo: 2001.

⁷ Idem 7

como exemplo, o Assentamento Nova Canudos, em Umirim⁸ e o Acampamento Belo Monte no Vale do Jaguaribe⁹.

A iniquidade socioeconômica que caracteriza a formação social brasileira, evidente no sistema desigual e injusto, onde uns poucos detêm a propriedade da terra e o poder econômico e a maioria é excluída dos direitos fundamentais, está na raiz histórica da Guerra de Canudos, quanto na existência continuada do MST.

2 – De chapéu de palha e pé no chão: Formas de lutas e organização camponesa no Brasil

A Igreja Católica, em sua atuação no meio rural, dirige, em determinadas conjunturas, sua atenção pastoral à organização dos camponeses. Tanto sua ala conservadora, através das frentes agrárias, quanto suas correntes mais progressistas, através do MEB – Movimento de Educação de Base, contribuíram, a seu modo e com evidentes diferenças de método e propósito, no esforço de organização dos camponeses. Em sucessivas conjunturas, consideradas suas especificidades, observa-se determinados níveis de atuação seja junto às Ligas Camponesas, à criação dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais, ao movimento pastoral das Comunidades Eclesiais de Base, à Comissão Pastoral da Terra e, mais recentemente, junto ao Movimento dos Trabalhadores Sem Terra- MST, desde sua formação.

Nos anos que antecederam o golpe militar de 1964 alguns destacados fatos marcam a história da luta camponesa no Brasil, entre os quais, a guerrilha de Porecatu, a revolta de Dona Noca, o território livre de Formoso e o primeiro Congresso Nordestino de Trabalhadores Agrícolas. É de se atentar para as diferenças internas e formas de expressão de luta e organização, como evidenciam as fontes do período.

No registro de Clodomir dos Santos, a guerrilha de Porecatu é narrada em sua dimensão de luta entre posseiros e latifundiários, no quadro de expansão de fronteira agrícola;

“A guerrilha de Porecatu em 1950, na margem esquerda do curso médio do Rio Paranapanema, que divide São Paulo e Paraná. A área conflitada começa no município de Porecatu (PR). Originou-se de um processo de litígios sangrentos entre

⁸ Cidade localizada a 65km de Fortaleza.

⁹ Região norte do Ceará

posseiros e latifundiários, que disputavam vastas áreas de novas fronteiras agrícolas do norte do Paraná, penetradas por imigrantes gaúchos e nordestinos.”¹⁰

No caso da Revolta de Dona Noca, em 1951, no interior do Maranhão, observa-se uma ação em paralelo às lutas de rua que se travavam na cidade de São Luís, capital do Estado, à frente Neiva Moreira e a liderança comunista de Maria Aragão.

Estudantes e operários, nessa época, buscaram impedir que tomasse posse o Governador eleito Eugênio de Barros. Enquanto isso, a prefeita do município de São João dos Bastos, Joana da Rocha Santos (de apelido Dona Noca), latifundiária de traço liberal, decidiu-se, também, a impedir a posse do Governador. Dona Noca viajou a Recife, considerada a metrópole regional do Nordeste, para comprar armas e munições que conduziu pessoalmente ao interior do Maranhão. Organiza ali uma milícia de centenas de camponeses e nomeia o “general Bastos” (um estudante de direito) comandante da “revolução”. Em uma semana, a milícia camponesa conquistou as cidades de Pastos Bons, Miradouro, Passagem Franca e, depois do assalto ao povoado de Mangas (às margens do rio Parnaíba), tenta chegar ao Piauí.

Tanto a Guerrilha do Porecatu, quanto a Revolta de Noca, são exemplos de matizado conteúdo de contestação à ordem, de pouca expressão nos registros mais conhecidos da luta camponesa no Brasil, como é o caso de Canudos e Contestado. Conteúdos de revolta, protesto e contestação que, embora sem registro na maioria dos livros didáticos, correspondem às formas próprias de luta e enfrentamento que a consciência social dos pobres do campo expressa no século XX.

As Ligas Camponesas se formam no agreste pernambucano, mais precisamente no município de Vitória de Santo Antão, distante em 51km da cidade capital, Recife. Segundo João Pedro Stédile, as Ligas são o produto da mobilização, decorrentes de distintas formas de exploração agrícola:

“Na área em que surgiram as Ligas Camponesas, misturavam-se e confundiam-se dois tipos de exploração agrícola: a capitalista e a pré-capitalista, chamada semifeudal. Em outras palavras, a “plantação” e o “latifúndio social”. E também, por isso, misturavam-se e confundiam-se os dois grandes ramos de explorados: os assalariados agrícolas (operários rurais) e os camponeses (os “artesãos do campo”). Em meio desses estratos, havia milhares de semi-operários que, de acordo com os

¹⁰ SANTOS in STÉDILE, João Pedro (org). História e natureza das Ligas Camponesas. São Paulo. Expressão Popular, 2002.

regimes das safras, ora trabalhavam como assalariados da “plantação” ora como camponeses em seu pedaço de terra.”¹¹

Sobre o mesmo período de formação e natureza das Ligas, Agenor Ferreira destaca o forte conteúdo de mobilização e repercussão nacional e internacional desse movimento camponês, bem como seu grau de incidência na afirmação e propagação da luta pela Reforma Agrária como questão nacional:

“As Ligas Camponesas, a partir de seu ressurgimento em 1955, deixaram de ser organizações para se tornarem um movimento camponês que organizou grandes massas rurais e urbanas, com ampla repercussão nacional e internacional. Não se pode negar o importante papel que desempenhou entre 1955 e 1964, na criação de uma consciência nacional em favor da reforma agrária.”¹²

Com a formação de núcleos das Ligas Camponesas em outros municípios pernambucanos e em outros estados do Nordeste, seus dirigentes, entre os quais o advogado Francisco Julião, percebem que a organização camponesa necessita de estrutura e circunscrição regionais e não locais, pois uma organização camponesa local seria facilmente sufocada pela ação combinada entre latifundiários, força policial e judiciário. Ademais, se buscava a ampliação da aliança em defesa das Ligas, com o apoio de setores urbanos progressistas.

Entre as variáveis institucionais que possibilitaram certa expansão e ampliação do raio de ação das Ligas Camponesas, está a conquista das liberdades democráticas no país, nos governos de Juscelino Kubitschek e João Goulart, observados aí as diferenças e ritmos de efetiva vivência democrática. Por um breve período os movimentos sociais se organizam em liberdade de ação e expressão, É de se considerar também a reverberação no imaginário da luta social camponesa, como é o caso da Ligas, os fatos desde as colunas revolucionárias que desde Sierra Maestra, realizam uma vitoriosa coreografia revolucionária na ilha de Cuba. A Revolução Cubana, de 1959, é de grande repercussão e exerce sensível influência no conteúdo político da luta social em escala internacional.

São diversas as força sociais de apoio às Ligas Camponesas, entre os quais o Partido Comunista do Brasil (PCB), setores eclesiais progressistas, movimentos de educação popular, organizações estudantis e operárias, entre outras. Bem ao espírito do tempo, o verbo parece ser a aposta no trabalho de base: conscientização é a palavra chave de múltipla inspiração e vocação à atitude engajada: cantadores e violeiros dão o mote e rimam a luta; estudantes

¹¹ STÉDILE, João Pedro (org). História e natureza das Ligas Camponesas. São Paulo. Expressão Popular, 2002.

¹² FERREIRA in STÉDILE.

combinam a prática acadêmica e o verbo político, alguns inspirados na imagem de Che Guevara, como símbolo da revolução e também por meio dos CPC's encenam a contestação à vida severina e buscam no teatro do oprimido novas coreografias de ação política.

De acordo com Margarida Alves, com a expansão das Ligas, Francisco Julião se afirmava como um dos principais dirigentes. Desse período e de sua formação militante parece de importância com os contatos com outras realidades de revolução em processo, como é o caso de suas viagens à União Soviética, Bulgária e China. Tal contato com distintas experiências parece replicar em sua elaboração acerca das formas de luta do campesinato brasileiro e, principalmente, da luta pela reforma agrária, no caso, “na lei ou na marra”, como confirma sua dedicação à causa camponesa.

Ainda Segundo Margarida Alves¹³, o movimento das Ligas Camponesas ampliou sua organização nos diversos estados brasileiros: Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte, Bahia, Rio de Janeiro, Guanabara (extinto), Minas Gerais, São Paulo, Paraná, Rio Grande do Sul, Goiás, Mato Grosso, Acre e no próprio Distrito Federal (Brasília). Nos primeiros meses de 1964, se organiza a Federação das Ligas Camponesas de Pernambuco, integrando quarenta organizações camponesas (Ligas), uma liga de mulheres, uma liga de pescadores, uma liga urbana, uma liga de desempregados e quatro sindicatos de assalariados agrícolas. Nessa ocasião, o total de filiados em Pernambuco somava em torno de quarenta mil trabalhadores. Na Paraíba, Acre, Rio Grande do Norte e Distrito Federal, onde no começo de 1964 ainda funcionavam as Ligas, o número de filiados chegava aos trinta mil, congregando em torno das Ligas Camponesas, um apreciável contingente entre 70 e 80 mil trabalhadores pessoas.

Tal ampliação teria levado à realização do Primeiro Congresso das Ligas Camponesas do Brasil, para aprovar suas teses programáticas, o novo Estatuto e eleger sua direção. No entanto, a repressão desencadeada com o golpe civil-militar de 1964 e sua ditadura interrompe e desarticula todo esse processo organizativo.

Outra significativa forma de organização dos trabalhadores rurais desse período é a ULTAB- -União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil. Sobre uma dimensão comunicativa das Ligas e da ULTAB e suas diferenças de apropriação dos argumentos de

¹³ ALVES in STÉDILE, João Pedro (org). História e natureza das Ligas Camponesas. São Paulo. Expressão Popular, 2002.

comunicação como instrumento de organização e luta social, o estudo de Agenor Ferreira¹⁴ esclarece que:

“A União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (ULTAB) foi criada em São Paulo, no final do ano de 1955, pelos comunistas, com a finalidade de organizar os trabalhadores rurais do Brasil. No ato de sua fundação, estiveram presentes as Ligas Camponesas, representadas por um de seus dirigentes, o advogado Djaci Magalhães. No entanto, as Ligas não se filiaram a ULTAB. Tampouco aceitaram a oferta de aparecer com uma ou duas páginas de notícias do jornal *Terra Livre*, da ULTAB, em troca da distribuição do referido jornal entre os camponeses de Pernambuco. A recusa em função do fato de que a grande maioria dos camponeses deste Estado era analfabeta e a propaganda mais eficiente entre os homens do campo no Nordeste consistia na utilização de violeiros, do cantador e do folhetinista que, através de “canções de protesto”, manifestavam simpatias aos “movimentos pré-políticos, sejam messiânicos ou de bandoleirismo social”, em que estiveram comprometidas as gerações anteriores.”

A ULTAB, como expressão organizativa de diretriz do Partido Comunista, amplia seu campo de ação em diversos estados do Brasil, feitas as ressalvas em relação ao Rio Grande do Sul, onde atuava o MASTER, (Movimento dos Agricultores Sem Terra) e Pernambuco, considerado o “centro nervoso” das Ligas Camponesas. Acerca dos argumentos de tática política do PCB em direção à ULTAB, o estudo de Clodomir dos Santos localiza a experiência em curso já na conjuntura de 1945-1947, afirmando as diferenças táticas nas teses pecebistas:

“A ULTAB era uma organização de tipo clássico e constituía uma experiência que o Partido Comunista já havia posto em prática no período 1945-1947, sem maiores resultados, a não ser o de reunir um grande número de filiados e de eleitores. Sua tática residia na acumulação de forças, através de um trabalho de apoio a reivindicações e a interesses econômicos dos trabalhadores agrícolas (assalariados e camponeses). As Ligas ao contrário, atuavam no sentido de despertar a consciência política entre os camponeses, para que no momento histórico pudessem decidir sobre o seu destino.”¹⁵

Em relação às formas de estruturação e capilaridade da ULTAB, a análise de João Pedro Stédile é esclarecedora destacando alguns elementos da conjuntura relativos à ação da Igreja Católica frente “ao problema camponês” a partir de diferentes matrizes ideológicas

“A ULTAB, como grande organização estruturada em todos os Estados, organizava facilmente sindicatos de assalariados agrícolas, ao mesmo tempo em que

¹⁴ FERREIRA in in STÉDILE, João Pedro (org). História e natureza das Ligas Camponesas. São Paulo. Expressão Popular, 2002.

¹⁵ SANTOS in in STÉDILE, João Pedro (org). História e natureza das Ligas Camponesas. São Paulo. Expressão Popular, 2002.

transformavam as centenas de uniões de trabalhadores agrícolas um sindicato de trabalhadores autônomos. O clero, que passou a se interessar pelo problema camponês, dividiu-se entre cristãos de esquerda e cristãos de direita, para trabalhar na organização rural. Os sacerdotes direitistas Melo e Crespo encabeçaram a sindicalização rural numa área que antes era de exclusiva penetração das Ligas (Pernambuco). O padre Lages, do Movimento Político “Ação Popular” (AP) (esquerda católica), impulsionou a sindicalização rural em vários Estados. O bispo Eugênio Sales (centrista) encabeçou a sindicalização rural no Rio Grande do Norte em outros Estados do Nordeste.”¹⁶

O número de organizações filiadas à ULTAB, em 1962, é superior ao das Ligas Camponesas. No entanto, alguns estudos sobre essas formas organizativas, observam para o conteúdo e ação prática das Ligas Camponesas, um caráter mais dinâmico e um acentuado propósito de radicalismo revolucionário como ingrediente da luta camponesa no período.

No entanto, as Ligas mantiveram estreitas relações com a ULTAB, partilhando espaços formais de encontro organizativo, como é o caso do Primeiro Congresso de Trabalhadores Agrícolas do Paraná, realizado em 1959. Não obstante tal relação política, as Ligas não se filiam à ULTAB, mantendo sua independência política e formas próprias de mobilização e organização da luta camponesa.

Se em 1963 as Ligas passavam por um processo de desarticulação, situação inversa ocorria no sindicalismo de base rural. O ano de 1963 marca um período de avanço organizativo do sindicalismo rural brasileiro, à frente, principalmente, os sindicatos filiados a ULTAB. Nesse ano, a atuação da ULTAB se dava praticamente em todos os estados congregando um grande número de sindicatos filiados em sua base de organização.

Trata-se, pois de um efetivo avanço organizativo, se levado em conta as lutas internas e externas que a organização enfrentava no curto período de sua expansão (1960-1964), num país de dimensões continentais e de precários meios de locomoção, sobretudo nas zonas rurais.

A ULTAB, atuando em todos os Estados da Federação brasileira, havia formado centenas de Uniões dos Trabalhadores Agrícolas de base municipal, reunidos em federações estaduais. Seu jornal, com treze anos de existência, havia aumentado sua circulação nacional em vinte mil exemplares. As Ligas Camponesas, no período, também editavam um semanário, *A Liga*, editado no Rio de Janeiro, fundado em 1962.

¹⁶ STÉDILE, João Pedro (org). História e natureza das Ligas Camponesas. São Paulo. Expressão Popular, 2002.

Os camponeses organizados nas Ligas Camponesas ou sindicatos de trabalhadores rurais, congregados na ULTAB, somavam, no período do início da ditadura militar, um contingente de muitos milhares de pessoas *em movimento* no campo brasileiro.

3- Do chão da luta brota o MST: um legado articula um novo sujeito

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST é um movimento social camponês, que surge no cenário brasileiro a partir de meados da década de 1980. A criação do Movimento é fruto de intensa mobilização e enfrentamento tendo na luta pela terra e a Reforma Agrária, o eixo central de mobilização e organização em várias regiões do País, especialmente na Região Sul, em seus começos.

Alargando o mapa da luta social dos despossuídos da terra, o MST desenvolve novas formas de atuação enquanto sujeito coletivo de direitos, intentando ampliar o raio de disputa de projeto social, como se observa no estudo de Maria da Glória Gohn, destacando os conteúdos programáticos do MST, em especial sua intencionalidade em desvelar os níveis de desigualdade sócio-econômicas no Brasil decorrentes do conflito e da luta de classes, em seus distintos projetos:

“O MST atua no conjunto da sociedade brasileira como um sujeito histórico coletivo que desvela as desigualdades sociais e revela o conflito existente entre as classes sociais, dominantes e dominadas do país. À medida que ele enfrenta e afronta as normas e os padrões estabelecidos, produz enfrentamentos toda vez que faz agenciamentos das demandas dos excluídos. O movimento também carrega a possibilidade de promover rupturas nas políticas e articulações que estruturam a dominação no país.”¹⁷

O MST é fruto das lutas do campesinato brasileiro, gestado com o apoio de setores da Igreja Católica, especialmente de suas pastorais sociais, como é o caso da atuação da Comissão Pastoral da Terra (CPT). Vale ressaltar a influência na atuação pastoral e o papel histórico da Teologia da Libertação no Brasil e na América Latina, em sua opção preferencial pelos pobres, como comprovam diversas Cartas Pastorais do período e os documentos de Puebla e Medellín, entre várias evidências históricas.

¹⁷ GOHN, Maria da Glória. Mídia, Terceiro Setor e MST: impactos sobre o futuro das cidades e do campo. Petrópolis: Vozes, 2000.

È de se considerar também o contexto de crescente urbanização no Brasil, nas últimas décadas do século XX, alargando o já dramático quadro de exclusão social, para explicar as razões objetivas de organização do MST. São camponeses buscando formas não convencionais de enfrentamento, através de acampamentos, marchas urbanas, ocupação de órgãos públicos, enfim, provocando um olhar sobre a vida política e social do país e, em especial, para o problema da terra e a urgência da Reforma Agrária.

Desde sua formação o MST se reivindica herdeiro da tradição das lutas camponesas no Brasil, tecendo os fios desde a história de Canudos, do Contestado, das Ligas Camponesas entre outros, num esforço de conectar sua própria caminhada à história continuada de luta por direitos e justiça no Brasil. Na dimensão simbólica de sua existência enquanto movimento social, alguns estudos recuperam seu conteúdo de ruptura da lógica da dominação e sua qualidade de anunciar o tempo novo, como profetas do tempo presente:

“Movimentos são um sinal, eles não são meramente o resultado de uma crise. Eles assinalam uma profunda transformação na lógica e no processo que guiam as sociedades complexas. Como os profetas, eles falam antes: eles anunciam o que está tomando forma mesmo antes de sua direção e conteúdos tornarem-se claros. Os movimentos contemporâneos são os profetas do presente”.¹⁸

Em linhas gerais, a atuação do MST se pauta por uma concepção de avanço da luta pela reforma agrária articulada a alguns elementos chave: organização dos trabalhadores sem terra na forma de movimento social de massas, amplo, desburocratizado; ampliação de sua base social a partir da luta concreta e de reivindicações de consenso nos coletivos orgânicos; autonomia em relação ao estado, às igrejas e aos partidos políticos; potencialização das áreas conquistadas, os assentamentos, como lugar de construção de novas práticas sócio-culturais e de acúmulo organizativo; compreensão do novo quadro de economia mundializada e das restrições na pauta da reforma agrária, entendida como um processo de mudança social, para além da conquista da terra e, agora, profundamente articulada às lutas continentais e agendas articuladas à soberania alimentar, defesa do meio ambiente, acesso à educação, preservação da memória e cultura camponesas, entre outros tópicos.

Esses princípios compondo uma vasta e articulada agenda de luta social vão se forjando partir do conteúdo das lutas travadas ao longo dos últimos vinte e cinco anos de atuação pela Reforma Agrária e organizando os pobres do campo, espoliados pelo capitalismo de rosto feroz e, muitas vezes, pela “falsa democracia” que reina no país.

¹⁸ MELUCCI IN GOHN, Maria da Glória. Mídia, Terceiro Setor e MST: impactos sobre o futuro das cidades e do campo. Petrópolis: Vozes, 2000.

Segundo Bernardo Mançano Fernandes¹⁹ com a “Redemocratização” do país na década de 1980, ocorreu à consolidação do modelo agroexportador e agroindustrial, paralelamente a luta pela terra se territorializa provocando um aumento das ocupações de terra. Nesse contexto, acontece a fundação oficial do MST I Encontro Nacional de Trabalhadores Rurais Sem Terra, em Cascavel, Paraná, de 20 a 22 de janeiro de 1984, agrupando cerca de 1500 delegados de 12 estados, donde resultam suas diretrizes quanto à organicidade e a consigna “ocupação é a solução”:

“o MST realizou seu primeiro congresso, em Curitiba (PR), com cerca de 1500 delegados, escolhidos em encontros ou reuniões estaduais. Na oportunidade, foram aprovados seus principais documentos, definida sua organicidade e adotado o lema “ocupação é a solução”, consolidando as ocupações de terra como ação capaz de provocar avanços na implementação da reforma agrária.”²⁰

Realizado o primeiro Congresso as elites e o aparato político seguem ignorando o MST, até meados de 1985, quando se realizam ocupações massivas em muitos estados, especialmente em Santa Catarina. Segundo uma das publicações do MST, nesse período buscou-se a ampliação do movimento em base nacional e se redobram os esforços para sua organização no nordeste do Brasil.

Em 1990, ocorre o segundo Congresso do MST, em Brasília, mantendo o debate da organização interna, o lema da ocupação como forma de luta organizativa e, principalmente, a capilaridade do Movimento em plano nacional. A palavra de ordem adotada no II Congresso amplia os sentidos da luta: “Ocupar, resistir, produzir”. Na conjuntura política é derrotado o projeto popular encarnado na candidatura de Luis Inácio Lula da Silva e a chamada “era Collor” é versão local da implementação do receituário de corte neo-liberal. Abria-se uma conjuntura de amplo desmonte das conquistas sociais com sérios reflexos na luta popular e sindical.

A consigna adotada desde o Segundo Congresso Nacional segue sendo atualizada, como se observa no coro militante nas marchas, jornadas de lutas e manifestações. Seguir *ocupando* o latifúndio improdutivo, mas também prédios públicos, universidades, escolas. *Resistindo* contra a ofensiva neoliberal articulada ao agronegócio e *produzindo* as sementes da

¹⁹ FERNANDES, Bernardo Mançano. *A formação do MST no Brasil*. Rio de Janeiro: Vozes, 2000.

²⁰ SENADO FEDERAL. Reforma Agrária quando? CPI mostra as causas da luta pela terra no Brasil. Brasília: 2006.

soberania alimentar, parecem ser o mote para que a luta por um mundo mais justo, de crianças felizes e homens e mulheres vivendo com dignidade.

Ainda no governo Fernando Collor, o MST apesar de se abrigar numa tática defensiva busca ampliar sua ação. Além de ocupar (necessário continuar), mas resistir (sobretudo) e produzir (nos assentamentos) se dirige de modo mais amplo à sociedade. Um fato político de realce nessa conjuntura: no governo Itamar Franco, pós impeachment de Collor, pela primeira vez a coordenação nacional do MST é recebida por um Presidente da República. Também desse período é a afirmação da mística e da simbologia de construção de sua identidade coletiva, em cena o Hino, a Bandeira, o boné, a cartilha, a marcha, elementos de coesão e afirmação de seu lugar social.

O terceiro Congresso Nacional do MST, realizado em 1995, adota o lema “Terra é um bem de todos” e “Reforma Agrária: uma luta de todos”, ambos no sentido de construir sentido amplo e em diálogo com o meio urbano e a sociedade brasileira. O lema decorre do debate acerca dos limites da luta pela reforma agrária, do avanço do agro-negócio e da ideologia neoliberal, o que demandava esforço suplementar de diálogo com diferentes forças sociais para que a luta pela reforma agrária pudesse ser vista como uma demanda histórica de toda a sociedade.

Em 1997, o MST mobilizou a atenção do país e as sensibilidades militantes com a realização das Marchas pela Reforma Agrária, Emprego e Justiça, gerando uma das maiores mobilizações populares na história dos movimentos sociais no Brasil das últimas décadas. Naquele momento, o Movimento força a entrada da reforma agrária na agenda do governo, pois essa questão, que nunca teve tratamento adequado no Brasil, há muito deixara de ser questão relevante na agenda política nacional – tendo em vista a opção de modelo de desenvolvimento econômico adotado em sucessivas décadas.

A Marcha passa a simbolizar o povo em movimento, caminhando pelos próprios pés e parece influir no ânimo do conjunto das lutas sociais após as grandes concentrações pelo impeachment de Collor, em 1992. É de se destacar que além da presença no espaço público símbolos, caminhando pelas margens das grandes rodovias até a capital federal, Brasília, a Marcha cria em seu percurso interessantes formas de comunicação para a luta social. Rádio, cinema, teatro, canções, hinos, são recursos amplamente utilizados e difundidos construindo uma simbologia própria e reforçando os sentidos da identidade coletiva, de sujeito social em movimento,

Para os pesquisadores atentos à repercussão da Marcha na mídia brasileira, o material é diário e farto, a linguagem é conservadora e repercute o sentimento da mídia corporativa. De todo modo é fato que dia-a-dia foi impossível esconder da opinião pública o povo em marcha. Como observa Maria da Glória Gohn:

“Durante o mês de abril de 1997, o MST teve 163 manchetes noticiadas em um único jornal brasileiro de circulação nacional, a Folha de São Paulo. Ele ocupou todos os dias a primeira página do jornal e foi a manchete principal durante quase 15 dias. As manchetes dos jornais e telejornais brasileiros foram invadidas pelas notícias sobre os sem-terra. As duas principais revistas semanais, Veja e Istoé, dedicaram à marcha grandes reportagens e o MST foi capa das duas revistas com as chamadas: ‘A Marcha doa Radicais’ (VEJA) e ‘Governo Sitiado’ (ISTOÉ)”.²¹

A repercussão chega ao noticiário internacional, como exemplo, a CNN dedica quatro minutos de reportagem televisiva sobre a Marcha pela Reforma Agrária, Emprego e Justiça, que se iniciara 17 de fevereiro de 1997 e percorrerá o país durante dois meses em direção à capital da república. Brasília é o ponto de chegada, no 17 de abril, como forma de marcar no calendário do tempo histórico a memória do Massacre de Eldorado de Carajás, no Pará. Completava um ano que o país via na tela da TV as cenas do massacre, dezenoves assassinados, dezenas de feridos e uma imensa cicatriz na adormecida consciência nacional..

O quarto Congresso do MST realizado em 2000 adota como consigna “Reforma Agrária por um Brasil sem Latifúndio”. Os dois Congressos se realizaram na conjuntura política do governo de Fernando Henrique Cardoso, momento de aprofundamento dos níveis de repressão ao MST e à luta pela Reforma Agrária, cujos exemplos mais agudos se fixam nos massacres de Corumbiara (1995) e Eldorado de Carajás (1996), ambos no Estado do Pará. De destaque, a impunidade em torno dos massacres, malgrado sua repercussão nacional e internacional: os policiais militares envolvidos nos dois massacres foram absolvidos .

No Massacre de Corumbiara foram assassinados nove trabalhadores sem terra e em Eldorado dos Carajás, dezenove é o numero de trabalhadores rurais assassinados e mais de setenta feridos, alguns com seqüelas até hoje.

Segundo a Cartilha *Construindo o Caminho*²², na conjuntura desse período se aprofunda o combate ao MST, seja na ação do governo de Fernando Henrique Cardoso, de aberta

²¹ GOHN, Maria da Glória. Mídia, Terceiro Setor e MST: impactos sobre o futuro das cidades e do campo. Petrópolis: Vozes, 2000.

²² MST. Construindo o caminho, Brasília, 2001.

repressão às ocupações, de protelação na aplicação de políticas públicas voltadas aos assentamentos de reforma agrária, seja ainda com a elevação do tom e do espaço de propaganda contra o MST por parte da mídia corporativa.

O quinto Congresso Nacional do MST, realizado em 2007, reuniu cerca de dezoito mil participantes de 24 estados. A conclamação amplia as razões objetivas de existência do Movimento e agrega novos conteúdos à luta: *“Influenciar e debater com a sociedade sobre a necessidade da Reforma Agrária e a importância de se construir um novo modelo de desenvolvimento para a agricultura e um Projeto Popular para o Brasil.”*²³ A bandeira de luta desse Congresso afirma o enunciado de intervenção militante na conjuntura presente: *“Reforma Agrária: Por Justiça Social e Soberania Popular”*

Em sua trajetória, o MST se auto-avalia como agente social organizador da luta por reforma agrária, mas também como formulador de um projeto de educação pública nos assentamentos e acampamentos, formando professores, jovens e crianças. Atuação permanente no sentido de romper as “cercas da ignorância” e “O Hoje o Movimento Sem Terra é o mais antigo Movimento Social camponês a sobreviver”, como afirmado na Cartilha *Os Vinte e Cinco anos*:

“Nestes 25 anos, orgulhamo-nos de muito do que fizemos. De termos libertado a terra para 350 mil famílias que hoje estão assentadas e produzindo. De construirmos 96 agroindústrias e organizado mais de 450 cooperativas e associações. Orgulhamo-nos de derrubar as cercas do latifúndio, mas também as cercas da ignorância. E de hoje, conquistamos mais de duas mil escolas públicas nos acampamentos e assentamentos, garantindo o acesso a educação para mais de 160 mil crianças e adolescentes Sem Terra. Também formamos mais de quatro mil professores. Nos últimos anos, temos dedicado um esforço especial na alfabetização de jovens e adultos, alfabetizando mais de 50 mil pessoas neste último período. E nos orgulhamos ainda mais que em nossos assentamentos, nenhuma criança passa fome.”²⁴

Malgrado a repressão constante e o esforço bem sucedido da mídia, de criminalização de sua luta, o MST têm fortes motivos para se confraternizar em seus vinte e cinco anos. A regra coletiva segue sendo: *Onde tem um sem terra tem um livro* ou *Em nossos assentamentos nenhuma criança passa fome*. É de destaque que o esforço organizativo, a luta como jornada de todo dia requer organicidade, disciplina e convicção militantes. Sobre esta última parece

²³ MST. Orientações práticas e a história dos Congressos do MST. Brasília, 2007.

²⁴ MST. Os vinte e cinco anos. São Paulo, 2009.

ser o elemento de maior força na constituição do MST, temperada com os elementos da subjetividade, da solidariedade e da certeza que o futuro já é hoje, como se observa no cuidado com os Sem Terrinha, o tema desta Monografia. Veja-se o depoimento de Roseli Caldart acerca da história do MST:

“Trata-se de um movimento social que foi se constituindo historicamente também pela força de seus gestos, pela postura de seus militantes e pela riqueza de seus símbolos. Do chapéu de palha das primeiras ocupações de terra ao boné vermelho das marchas pelo Brasil, os Sem Terra se fazem identificar por determinadas formas de luta, pelo estilo de suas manifestações públicas, pela organização que demonstram, pelo seu jeito de ser, enfim, por sua identidade.”²⁵

4- De chapéu de palha ou boné vermelho - O MST no Ceará

Em 1984, na região do Sertão Central cearense. Um quadro social de exclusão e concentração de renda e da terra agravado pelo extenso período de seca. Se sucedem as reuniões, as conversas ao pé da cerca, na bodega, na rodoviária do lugar. Militantes do MST, de outros estados colaboram nestes inícios. É formada uma comissão provisória encarregada de preparar e organizar encontros municipais e regionais pelo Ceará. Em quatro meses, estão organizadas quatrocentos e cinquenta famílias. Muitas reuniões e trabalho de base. É o começo da vida do MST no Ceará²⁶

No dia 25 de maio de 1989, se organiza a ocupação da fazenda Reunidos de São Joaquim, uma área situada entre os municípios de Quixearambim, Boa Viagem e Madalena, com cerca de 25 mil hectares de terras improdutivas. Hoje, o assentamento “25 de maio” conta com 425 famílias assentadas.

A segunda grande ocupação se dá na fazenda Ticaranga, localizada no município de Canindé. No início do mês de setembro de 1989, cerca de 800 famílias se organizam para

²⁵ CALDART, Roseli Salete. Pedagogia do Movimento Sem Terra. São Paulo: Expressão Popular: 2004.

²⁶ Informativo Especial 20 anos – Produção do Setor de Comunicação, Juventude e Cultura do MST - CE

ocupar a fazenda. No entanto, a União Democrática Ruralista (UDR) – entidade dos grandes latifundiários e defensora do agronegócio – com seus homens armados bloqueia na estrada o acesso de parte das famílias sem terra. Naquele dia, cerca de 600 famílias escapam ao cerco da UDR e ocupam a fazenda Ticaranga. As outras não desanimaram e parte para ocupar a fazenda Touro, no município de Itapiúna. Após algum tempo, é certa a ação de despejo nas duas fazendas. As famílias são deslocadas para uma fazenda experimental no município de Santa Quitéria. Em ambos os casos, apesar dos despejos, as famílias envolvidas são assentadas. Essas vitórias significam um impulso para a construção do MST no Ceará. Tais fatos são constantemente lembrados pelos mais velhos no Movimento, para dizer da necessidade da luta coletiva e do significado do MST em suas trajetórias.

Hoje, no Ceará, o Movimento Sem Terra atua em 183 assentamentos federais e 60 estaduais; das 23 mil famílias assentadas no Ceará, cerca de 10 mil estão organizadas no MST. Seguindo o desenho coletivo e nacional, no Ceará a organicidade é construída via Setores que aglutinam a militância seguindo os eixos de Produção, Juventude e Cultura, Comunicação, Educação, Saúde, Formação e Gênero.

Uma história da luta pela terra no Brasil pode ser contada de tantas e diferentes maneiras. No Brasil, diversos são os estudos e várias as áreas do conhecimento que vem contribuindo nessa reflexão. De muitos jeitos. Uma história necessária desta luta no Brasil é também a da lona preta, anos a fio, cobrindo barracos à beira das estradas. São os Acampamentos. No Ceará, existem vinte acampamentos reunindo cerca de 1.809 famílias. Esperam o cumprimento de seus direitos fundamentais. O principal: uma vida honrada e terra para plantar.

Capítulo II

Comunicação e Infância no MST: semeando novos valores.

“Às nossas crianças temos que dar o melhor
Porque elas são o que tem de mais puro,
São a esperança presente para plantarmos;
As sementes dos novos valores
Da nova sociedade que vamos construir”

José Martí

Como descrito por Regina Festa, os movimentos sociais “*têm origem nas contradições sociais que levam parcelas ou toda uma população a buscar formas de conquistar ou reconquistar espaços democráticos negados pela classe no poder*”. Completando o conceito de Regina Festa²⁷.

Os movimentos sociais se constituem como sujeitos políticos que lutam por mudanças sociais profundas. Individualmente, cada homem e mulher que se organiza na luta por direitos vai construindo marcas identitárias e aspirações comuns em torno de projetos que destacam a qualidade social enquanto sujeitos coletivos, como é o caso, no **Brasil recente**, do Movimento Sem Terra (MST), do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST), entre outros. Em torno da reflexão de matriz sociológica, Eder Sader afirma:

²⁷ A Política de comunicação como fator de organização e mobilização dos movimentos sociais e populares. In *Mídia e Diversidade Cultural: experiências e reflexões*, Maria Luísa Martins de Mendonça. Brasília, Casa das Musas, 2009.

“Constitui-se um novo sujeito político quando emerge uma matriz discursiva capaz de reordenar os enunciados, nomear aspirações difusas ou articulá-las de outro modo, logrando que os indivíduos se reconheçam nesses novos significados. É assim que, formados no campo, comum no imaginário de uma sociedade, emergem matrizes discursivas que expressam as divisões e os antagonismos dessa sociedade”²⁸

A percepção do que vem a ser um direito varia no tempo e no espaço. Tende a avançar em qualidade, dependendo do grau de organização e da força mobilizadora da sociedade civil para forçar sua legitimação e consecução por parte do poder do Estado, do poder Legislativo e do capital. Os movimentos sociais representam um determinado grupo social que luta por direitos não respeitados ou ainda não conquistados.

É sabido que as diferentes expressões de poder, do capital ou do Estado, não concedem benefícios aos pobres ou desprovidos da possibilidade de desfrutar de condições adequadas para realização plena dos direitos humanos. Para tanto, na história são muitas as demonstrações de luta, revelando as distintas formas de articulação, consciência social e resistência política. É neste quadro de auto-percepção dessas condições que os movimentos sociais se organizam, ampliam suas formas de luta e ressignificam historicamente um vocabulário da luta social.

No âmbito dos Movimentos Sociais de natureza e conteúdo popular, a comunicação tende a atuar como lugar social catalizador, com efeitos de mobilização e resistência. Por meio de seus próprios instrumentos de comunicação, os Movimentos se ressignificam simbolicamente, se comunicam com a sociedade evidenciando seu vocabulário de luta social e suas consignas historicamente construídas. Assim, a comunicação contribui como força mobilizadora interna e externamente aos movimentos sociais. Ainda, como esforço de compreensão da natureza sócio-histórica dos movimentos sociais populares é esclarecedora a abordagem de Cicillia Peruzzo:

“Os movimentos sociais populares, como forças organizadoras conscientes e dispostas a lutar, são artífices de primeira ordem no processo de transformação social, embora um conjunto de fatores (liberdade, consciência, união) e de atores

²⁸ Fazer nota

(pessoas, igrejas, representações política, organizações) se soma para que elas se concretizem.”²⁹

A comunicação é parte constitutiva dos processos de mobilização dos movimentos sociais em sua história e em conformidade com os recursos disponíveis em cada época. No Brasil, como em outras realidades, a construção de meios próprios de comunicação, além de uma aspiração e um projeto de autorganização, se impõe também em face da persistente repressão desde o Estado e seus agentes, bem como pela imposição de diferentes formas de cerceamento da liberdade de expressão, atingindo picos insuportáveis de censura, aberta ou velada.

A comunicação construída como parte da vida dos movimentos sociais de base popular se confunde à sua própria origem e formas de ação, ao longo da história, sendo, portanto, características do processo de reação ao controle político, às condições degradantes de vida e ao desrespeito aos direitos humanos, práticas instauradas no país ao longo do tempo, em sucessivas conjunturas autoritárias. Já nas primeiras décadas do século XX, como prosseguimento de rico percurso já observado no meado do século XIX, observa-se o vigor do periodismo e outros meios de comunicação impressos, consoantes aos interesses de luta e organização dos trabalhadores.

No início do século XX, uma imprensa libertaria formada por jornais anarquistas e socialistas circula como parte de grande significado no esforço histórico de formação e organização do movimento operário no Brasil. Essa imprensa dos trabalhadores circula em diversos lugares, alargando seu raio de ação para além dos trabalhadores imigrantes, recém-chegados da Europa. Esses jornais circulavam graças ao esforço coletivo desenvolvido na cultura associativa do período, sem esquecer o protagonismo dos tipógrafos e gráficos, com forte atuação na difusão da palavra impressa.

No adiantado do século XX, outros agrupamentos políticos de extração à esquerda no espectro partidário e político em geral, movimentos camponeses e sindicatos de trabalhadores urbanos também elaboram seus instrumentos de comunicação, com os jornais em primeiro

²⁹ Movimentos sociais, cidadania e o direito à comunicação comunitária nas políticas públicas – Cicillia M. Kroling Peruzzo, in Comunicação para a Cidadania: Caminhos e impasses – Bruno Fuser (org.) RJ, E-Pappers, 2008.

plano. É de destaque observar que já na primeira metade do Século XX, também os trabalhadores rurais desenvolviam meios próprios de comunicação através de seus sindicatos, da ULTAB e das Ligas Camponesas. No período merece destaque o jornal *Terra Livre*, periódico ligado ao Partido Comunista do Brasil (PCB) e as rádios, que já aí exerciam forte papel de mobilização entre os camponeses pobres.

Mesmo nos períodos de aberto controle do Estado, do estabelecimento da censura e outras práticas de negação da liberdade de expressão, é possível constatar o esforço comunicativo de diversos movimentos populares no Brasil. Recorro ainda à observação de Cicillia Peruzzo, analisando a conjuntura da ditadura militar no pós-1964:

“Mesmo sob o controle e o poder de coação do Regime Militar – em sua fase de declínio e correndo todos os riscos decorrentes da conjuntura política de então, o estado de exceção e seus mecanismos de repressão, os movimentos sociais e outras organizações progressistas ousaram criar meios alternativos para se comunicar”³⁰

Ao final da década de 1970 e durante os anos 1980, a comunicação popular no Brasil é marcada por dezenas de experiências que influenciaram e foram influenciadas pelo contexto das lutas sociais no período e da organização dos movimentos sociais rurais e urbanos, reagrupando sujeitos coletivos em busca de direitos historicamente denegados. O período de redemocratização é também de ascenso da luta reivindicatória no campo e na cidade, favorecendo a articulação de grupos populares organizados e com eles uma comunicação popular como elemento de aglutinação, difusão de bandeiras de luta e conclamação organizativa. Dentre os exemplos amplamente estudados, encontra-se o fenômeno da comunicação sindical no Brasil. Neste recorte específico, um dos estudos pioneiros é de Maria Nazareth Ferreira, inclusive localizando historicamente esse processo comunicativo no século XIX:

“A comunicação voltada aos trabalhadores industriais é uma das mais antigas práticas de comunicação popular organizada. O mais antigo jornal que pode ser considerado como fruto da imprensa operária data de 1847; fundado por um grupo de intelectuais do Recife, denominou-se O Proletário.” Com mais de um século e meio de existência, de modo geral, a história da imprensa operária pode ser dividida em diversos períodos, de acordo com as características predominantes

³⁰ Movimentos sociais, cidadania e o direito à comunicação comunitária nas políticas públicas – Cicillia M. Kroling Peruzzo, in *Comunicação para a Cidadania: Caminhos e impasses* – Bruno Fuser (org.)RJ, E-Pappers, 2008.

em cada época, mas vive nos anos 80 o auge de sua efervescência política e repercussão”³¹

Longa e diversa é a rica história da Imprensa dos trabalhadores no Brasil, como em outros países. Aqui, a referência é breve, em razão da delimitação deste estudo monográfico, que se dirige à conjuntura sociopolítica dos anos 1980 e seguinte. De todo modo é necessário referir no destaque ao ascenso organizativo do movimento sindical brasileiro, tido nos estudos de sociologia do trabalho e de história política recente, como um marco do chamado novo sindicalismo. Um ponto de inflexão é observado no momento em que eclodem as greves, sobretudo no ABC paulista, quando o movimento operário constrói dimensões comunicativas inovadoras, e em destaque, sua imprensa sindical. Aqui se verifica uma significativa alteração qualitativa na forma e conteúdo, e, inclusive nos modos de veiculação, periodicidade e alcance: os suplementos diários, distribuídos a partir dos sindicatos, em porta de fábrica, de mão em mão. Isso se verifica, como exemplo, no exame da pesquisa junto ao Tribuna Metalúrgica, jornal do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema (SP), circulando a partir de 1979 com uma tiragem que varia entre 20 e 30 mil exemplares. Também em São Paulo, o Sindicato dos Bancários, ligados a Central Única dos Trabalhadores (CUT), mantém um jornal com circulação diária aos milhares de exemplares.

Como breve exame comparativo, para aquilatar a força da palavra impressa como potencializadora da ação sindical, veja-se que nos dias de hoje os jornais diários que circulam em Fortaleza e no estado do Ceará têm em média 30 mil exemplares por dia. Vale salientar que esses jornais, circunscritos ao campo da mídia empresarial, têm por natureza e características, o suporte da publicidade e dos interesses econômicos associados, além do feitiço empresarial o que inclui uma rede de assinantes, propaganda, promoções pontuais visando o aumento de circulação e rede de distribuição. Já a imprensa sindical alcançava essa tiragem baseada no esforço coletivo de seus organismos dirigentes, comissões de fábrica e ao forte conteúdo mobilizador de uma militância que se aglutina a partir do seu sindicato e se coesiona nas comissões de mobilização, fundo de greve e outros mecanismos de organização verificados no período.

³¹ FERREIRA, Maria Nazareth. O Impasse da comunicação sindical: de processo interativo a transmissora de mensagens. São Paulo: Cebela, 1995.

No âmbito dos movimentos progressistas de base popular, organizados no interior das pastorais sociais da Igreja católica e, impregnados do espírito da teologia da Libertação, observa-se também um vasto esforço no campo da comunicação popular, extrapolando um fazer jornalístico específico e alargando seu escopo em direção ao trabalho pastoral de educação popular, amplamente realizado por meio das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs). Os jornaizinhos, muitas vezes escritos à mão ou mimeografados eram os mais comuns instrumentos das Pastorais Sociais que atuavam, principalmente, no campo e na periferia das cidades.

Alargando seu alcance, do exclusivo urbano ao campo, essa comunicação não adota a prevalência do impresso como veículo de comunicação popular, utilizando em vários casos a comunicação radiofônica e as recentes conquistas dos meios audiovisuais. Sobre esta ampliação de meios e formas de uso e alcance, o estudo de Paula Monteiro Takada afirma:

“Mas o meio impresso não era a única mídia utilizada pela comunicação popular dos anos 80. O rádio e o vídeo também foram amplamente utilizados por diferentes grupos ligados a sindicatos, igrejas e associações de moradores.”³²

Em um grande número de experiências de comunicação popular dos anos 1980, nos vários suportes utilizados, percebe-se alguns traços marcantes. Um deles é a luta por liberdade de expressão e democratização dos meios de comunicação, conseqüência do vizinho contexto da ditadura militar, quando tantos foram alcançados pela força da repressão. Interessante observar que as pesquisas historiográficas, tem recuperado um rico manancial de fontes para o estudo do período, principalmente junto aos processos instaurados desde o DOPS, entre outros, onde se verifica grande quantidade de impressos apensos aos processos, como prova material daquilo que a ditadura e seus órgãos de repressão configuram como crimes de subversão e contra a segurança nacional, o marco ideológico do período. Outro traço marcante nessas experiências de comunicação popular é em relação à dimensão política dos conteúdos produzidos e disseminados, sem que o argumento da qualidade técnica ou gráfica constituíssem prioridade. Isso não significa, que não estivessem presentes elementos significativos e inovadores do ponto de vista editorial, apenas parece que o fetiche da tecnologia não se sobrepunha ao argumento do conteúdo em sua carga simbólica politizada.

³² Comunicação Popular no século XXI, por onde (re)começar?; Paula Monteiro Takada em http://www.alaic.net/alaic30/ponencias/cartas/Com_popular/ponencias/GT15_6takada.pdf

A década de 1990 apresenta mudanças significativas nessa caminhada dos movimentos sociais, quando ainda há pouco pareciam tão próximos de participar de um projeto popular no Brasil. A globalização dos mercados, a financeirização da economia e o avanço tecnológico, inclusive no campo das comunicações geram impactos drásticos no mundo do trabalho. As indústrias demitem massas de operários que não são absorvidos em outros setores produtivos. Aumenta a massa dos desempregados e cresce o subemprego, a precarização, o trabalho dito informal. Adquire larga proporção a prática continuada de trabalho escravo, no limite da carga de exploração e negação de mínimos direitos sociais e trabalhistas. Os tempos neoliberais, largo receituário internacional de efeito draconiano na economia e na política, alcança o mundo do trabalho e suas organizações de modo devastador. A diferença abissal entre pobres e ricos é evidente, como consequência também da concentração da terra, do poder e da riqueza.

Acerca do largo descenso observado no período, desde a década de 1990, com repercussões no tempo presente, recorro outra vez à análise de Paula Monteiro Takada, destacando alguns dos desdobramentos da conjuntura, como é o caso da diminuição ou enfraquecimento das iniciativas no campo da comunicação. Para ela:

“As iniciativas em comunicação popular parecem diminuir em quantidade e a organização política dos setores da sociedade também se enfraquece. Quando representantes políticos ligados aos partidos mais tradicionalmente de esquerda chegam ao poder e não concretizam as transformações sociais sonhadas durante vinte anos, a desilusão popular se generaliza e parece que ninguém sabe muito bem o que fazer politicamente.”

Também é do período a emergência das organizações não-governamentais (ONGs), atuando em distintas áreas da vida social e muitas vezes, assumindo o papel do Estado, que se retirara progressivamente de sua função no campo da proteção social, cumprindo uma das diretrizes do aludido receituário neoliberal, em seu programa do “Estado Mínimo”. Embora não se amplie aqui o espaço de análise, o tema se destaca, em razão da atividade de ONGs também em projetos ligados à comunicação. Em muitas ocasiões as ONGs voltam sua ação preferencialmente ao argumento técnico, de inovação no desenho gráfico, não parecendo ser o conteúdo e as experiências de sujeitos populares e comunitários a principal pauta de

reflexão nos temas abordados nos diversos experimentos em jornais, rádios, sites, entre outros mecanismos de comunicação.

O reconhecimento da importância do papel desempenhado pela comunicação nos processos de organização e mobilização dos movimentos sociais e populares, principalmente pelo que representam nas sociedades atuais, é o pressuposto básico para a elaboração de uma política de comunicação. Segundo Alice Mitika Koshiyama³³:

“As políticas de comunicação fundamentam-se em valores éticos-políticos e tratam de diretrizes permanentes e não apenas de problemas episódicos. A clareza sobre os valores a serem defendidos e a definição quanto às ações concretas na transmissão do saber especializado são parte de uma política.”.

Outra característica da política de comunicação é a abrangência de vários suportes comunicacionais, no caso do MST, Jornal, revista, site e rádio, quando falamos dos meios tradicionais. Todos esses veículos têm intencionalidades diferentes e almejam atingir públicos diferenciados, porém possuem idêntica orientação político-pedagógica definida pela atuação do próprio MST.

Quanto mais definido estiver o público-alvo da comunicação popular, maiores são as chances de se produzir um material que atinja seus objetivos. Ou seja, dificilmente um mesmo argumento de comunicação vai cumprir seu papel para públicos muito diferentes, e com intencionalidades distintas.

No entanto, quando o assunto é pautar a comunicação na dinâmica organizativa do movimento social e popular, com vistas ao estabelecimento de uma política de comunicação efetiva, e mesmo investir recursos e esforços para a realização de produções comunicativas, têm-se verificado que a disposição e a convicção não são as mesmas. Constantemente, a comunicação acontece de maneira espontânea podendo, inclusive comprometer a conquista dos objetivos propostos pelas mais diversas ações políticas dos movimentos.

Contudo, se percebe no Movimento Sem Terra a construção de uma política de comunicação cujo foco é a simultânea construção de seus próprios veículos. A importância do estabelecimento dessa política para os movimentos sociais se deve ao fato de que a

³³ KOSHIYAMA, Alice Mitika A Política de comunicação como fator de organização e mobilização dos movimentos sociais e populares. In *Mídia e Diversidade Cultural: experiências e reflexões*, Maria Luísa Martins de Mendonça. Brasília, Casa das Musas, 2009.

comunicação deve ser compreendida como parte do projeto político da organização, vista como um instrumento na luta por reivindicações específicas e gerais e mesmo pela incorporação de uma noção ampliada e contemporânea de direitos fundamentais. No caso do MST, isso é evidente inclusive no alargamento da pauta de lutas pela Reforma Agrária, como se observa nesta pesquisa, quando da leitura dos documentos relativos aos seus Congressos, cujas Resoluções ampliam o raio de atuação e a compreensão da luta social em escala nacional e internacional. Para o caso da comunicação construída na trajetória do MST, é evidente a intenção articulada das dimensões organizativas, educativas e pedagógicas.

Cacia Cortez, dirigente do MST, afirma sobre a comunicação no Movimento que “*Os principais aspectos são o caráter informativo da produção comunicativa e a comunicação no sentido de formar consciência, de construir novas interpretações*”. Nesse sentido, a comunicação construída internamente à trajetória do MST, combina o duplo objetivo de transmitir informações e de atuar como agente formador de sua base social.

Nesse processo, é significativo o dimensionamento acerca do papel dos trabalhadores na apropriação de seus instrumentos de comunicação, como afirmado em Cortez: “*Os trabalhadores têm que ser os agentes desse processo de construção da comunicação. Eles têm que também ser os produtores da informação e da comunicação, não só a fonte.*”³⁴. Tal afirmação representa um constante desafio ao Setor de Comunicação do MST e ao Movimento em seu conjunto.

1 – Em pauta, um projeto de Comunicação no MST

Estrela, estrelinha

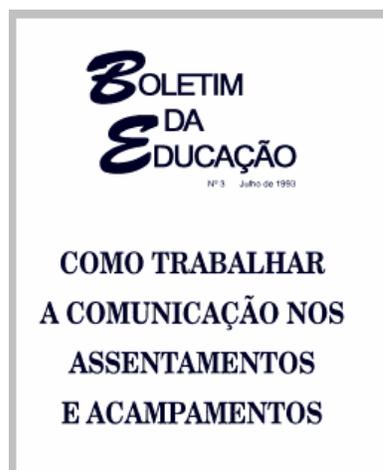
Que brilha sem parar

³⁴ CORTEZ IN A Política de comunicação como fator de organização e mobilização dos movimentos sociais e populares. In *Mídia e Diversidade Cultural: experiências e reflexões*, Maria Luísa Martins de Mendonça. Brasília, Casa das Musas, 2009.

Levanta os Sem Terrinha

Para se organizar

(Palavra de ordem dos Encontros dos Sem Terrinha)



Boletim da Educação do MST, Julho de 1993

O primeiro instrumento de comunicação próprio do MST foi o Jornal Sem Terra (JST) que surgiu antes mesmo da fundação do Movimento. Surgiu como boletim mimeografado, em 1981, em Porto Alegre, como expressão de solidariedade e no intuito de propagar/ampliar o conteúdo social da luta dos acampados na Encruzilhada Natalino (RS). O Jornal circula desde 1984, com tiragem de 20 mil exemplares e periodicidade bimestral. Segundo a publicação do MST, *Construindo o Caminho*,³⁵ o jornal atuou como organizador do próprio movimento e se construiu na qualidade de instrumento de formação e informação interno ao Movimento e tecendo elos junto à sociedade, ampliando assim os prováveis aliados na luta por Reforma Agrária, como luta de toda a sociedade.³⁶

³⁵ MST. *Construindo o Caminho Numa Escola de Acampamento do MST*. 2000. (Coleção Fazendo escola).

³⁶ www.mst.org.br

**Terras existem.
Só o presidente
do INCRA não sabe.**

Um levantamento dos latifúndios agrícolas na região da Ronda Alta está na página 4.

SEM TERRA

BOLETIM INFORMATIVO DA COMISSÃO DE SOLIDARIEDADE DOS AGRICULTORES SEM TERRA

Porto Alegre, 28 de maio de 1981. Nº 2

Cresce o movimento de solidariedade aos acampados de Ronda Alta

Agricultores do Paraná dizem presente

A Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Estado do Paraná manifestou sua solidariedade aos colonos sem terra de Ronda Alta, indicando a dissolução de certos sindicatos filiados. Os agricultores paranaenses também responderam grandes cartas de cortesia com o objetivo de colaborar para o êxito de seu movimento.

No ofício a FETAMP informa ter encaminhado mediante um questionário de pesquisa, solicitado assim para a documentação dos latifúndios improdutivos. E enviaram uma mensagem particular aos colonos.

— Quando afirmar sempre que "o espaço de terra" — disse mais, utilizando a expressão galega para os direitos dos acampados de pressão e campanhas de natureza. Podemos e devemos lutar as condições dos colonos e dos acampados pelo ITAPU SINACIONAL, no Estado do Paraná, com as instituições e seus objetivos, enfrentando o Exército Nacional e as bases da Polícia Militar do Estado.

A colaboração que vem de Três Passos

Estados de vários municípios reuniram-se em Três Passos, no dia 22 para discutir o problema dos colonos acampados na fronteira gaúcha e a situação de milhares de famílias sem terra no regime autoritário do Estado. Esta reunião foi realizada pela iniciativa de agricultores sem terra e líderes sindicais no município dos colonos.

Como resultado do grupo foram realizadas propostas em todos os municípios da região e dia 23. Posteriormente foram reunidos um dia de acampamento no sítio de cada município com demonstrações de agricultores, sobre educação, trabalho livre e outros. Mais informações do movimento da região de Três Passos estão sendo encaminhadas na página 4.

Apoio dos metalúrgicos

Os metalúrgicos, de cidade de Santos em São Paulo, também manifestaram sua solidariedade aos colonos sem terra. É a seguinte a íntegra do telegrama enviado por aqueles operários santistas a Ronda Alta.

— Nós, do Sindicato dos Metalúrgicos de Santos, tendo recebido correspondência sobre colonos da Ronda Alta, vimos por meio deste hipotecar total a solidariedade, manifestada de nossa corporação de operários e reformar agrária solucionar os problemas do campo brasileiro.

Médicos do Espírito Santo querem medidas concretas

"O Sindicato dos Médicos do Espírito Santo quer a luta dos camponeses sem terra", disse a outro manifestação de apoio que teve tantas outras, recebida em Ronda Alta. Os médicos do Espírito Santo, através do seu sindicato, também esperam das poderes constituídas medidas concretas de atendimento as reivindicações dos colonos.

Jornal Sem Terra, número 01

O Jornal sem Terra é parte da trajetória de mobilizações e luta pela Reforma Agrária e, quando se funda o MST, o JST passa a ser veiculado como seu porta-voz, em formato tablóide. A partir de 1985, com a instalação da Secretaria Nacional do MST em São Paulo, é editado na capital paulista. Em 1986, ganhou o Prêmio Wladimir Herzog de Direitos Humanos, do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Estado de São Paulo. Há 18 anos é publicado ininterruptamente. Em sua característica e vinculação à luta pela reforma agrária, pode-se afirmar que é o periódico de maior longevidade na história dos movimentos camponeses no Brasil

Acerca da trajetória do Jornal sem Terra, Noeli Valentina Weschenfelder, observa alguns elementos presentes no periódico desde o início de sua veiculação, destacando sua estratégia discursiva, ou seja os circuitos de produção e difusão do impresso:

“Seu desenho, pauta, manchetes, imagens, matérias eram decididas já nos primeiros exemplares, por agricultores acampados na Encruzilhada Natalino R.S., local onde ocorreu primeiro grande acampamento nacional. O jornal conta a história do Movimento e as estratégias discursivas falam das e para as pessoas questão participando do mesmo, muitos, se percebem nas páginas do jornal, em entrevistas, reportagens e fotografias.”³⁷



Revista Sem Terra, Maio, 2010

Ainda de acordo com a publicação, o JST intenta promover a unidade ideológica do Movimento, contribuindo para uma visão global da luta de classes, enriquecendo os conhecimentos sobre os diversos níveis da realidade brasileira e alimentando os conteúdos da mística, baseada na idéia de luta e transformação social. Vislumbra-se aí uma evidente intenção pedagógica; sendo talvez, entre os vários instrumentos de comunicação do Movimento, sua melhor expressão do caráter educativo-formador como pressuposto de comunicação.

A partir da orientação editorial do jornal se constata um esforço de ampliação da cobertura do jornal, veiculando nas páginas do periódico, notícias e reportagens vindas de

³⁷ MARIA, Noemi Antonio; WESCHENFELDER, Noeli Valentina, **PEDAGOGIA CULTURAL DO MOVIMENTO SEM TERRA COM RELAÇÃO À INFÂNCIA**, UNIJUÍ / UFRGS. 2009.

vários lugares do Brasil. Na edição de agosto de 2001 a Seca do Nordeste é destaque em reportagem de página inteira: “11 milhões passam fome no Nordeste e a culpa não é de Deus”³⁸. A matéria questiona a ausência de políticas públicas que mitigasse as conseqüências da Seca. Destaque-se o tratamento jornalístico em relação às fontes na reportagem. Um dos dirigentes do MST em Pernambuco, Jaime Amorim, aparece como principal fonte da matéria, ao lado de dados oficiais recolhidos junto ao DNOCS, INPE, TCU.



Jornal Sem Terra Agosto de 2001

Ainda que este estudo não se volte às diversas formas de comunicação do MST, é necessário destacar alguns elementos de significação vistos ao longo da pesquisa. Aqui me refiro ao Teatro também visto pelo MST como forma de comunicação. Atualmente existem no Movimento cerca de 40 grupos teatrais espalhados por todo o Brasil, e desde 2001, a Brigada Nacional de Teatro Patativa do Assaré é evidência deste esforço em aliar à palavra

³⁸ Jornal Sem Terra, agosto de 2001, pág. 04

impresa e falada, os argumentos da dramaturgia, um modo também de voltar-se à recuperação de determinadas matrizes da cultura popular no Brasil.

Cartazes, marchas, exposições, palestras e debates nas escolas, músicas, propagandas, fotos, artesanato, teatro, danças, filmes, encontros, festas, vendas de produtos, também são formas de comunicação utilizadas comumente. Em muitas ocasiões manifestações desse tipo e formato tentam construir e ampliar seu diálogo com a sociedade.



Grupo de Teatro em Sergipe

No campo da cultura musical percebe-se que, ao mesmo tempo em que possibilita a alegria e celebração coletiva, também propicia o fortalecimento da identidade como sujeito social coletivo, pela auto-identificação e internalização das mensagens contidas nas letras e nos sons. O recurso comunicativo dos hinos e das canções de luta, aparece em quase todos os momentos organizativos do MST estabelecendo como que uma marca de sua cultura associativa. Desde as ocupações de terra, passando por assembleias em órgãos públicos, marchas, atos públicos ou internos, parecem ser as escolas do movimento os lugares de significativa aprendizagem da luta cantada. Ali, as canções e hinos são aprendidas e cantadas pelas crianças desde muito cedo, atuando também como um instrumento de propagação dos ideais do movimento. Percebe-se ainda uma intencionalidade pedagógica na poesia cantada observando o seguinte trecho da canção “*A Educação do Campo*”, de Gilvan Santos:

“Dessa história

Nós somos os sujeitos

Lutamos pela vida
 Pelo que é de direito
 As nossas marcas
 Se espalham pelo chão
 A nossa escola ela vem do coração”³⁹

Os poemas “em forma de canção” se referem muitas vezes à dura realidade vivida pelo homem do campo e seus versos simples, em tom político, soam como um grito de protesto contra tantas e tão seculares formas de opressão. Os poemas e canções difundem também a crença na educação como forma de superar o quadro de desigualdade e injustiça social. Um exemplo é da lavra poética de Zé Pinto, *Para Soletrar a Liberdade*, quando canta: “*Alternativa pra empregar conhecimento/o Movimento já mostrou para a nação desafiando dentro dos assentamentos/ Reforma Agrária também na Educação*”.

Devido a características peculiares o rádio é considerado o meio de comunicação de massa mais popular e com maior alcance de público. O rádio consegue chegar até as regiões mais longínquas do país, muitas vezes desconsideradas na geografia da comunicação corporativa. Como se vê, regiões que se encontram geográfica, cultural e economicamente distantes ou em descompasso com a lógica de comunicação dirigida aos grandes centros, ou ao mercado, são consideradas inviáveis.



Prédio da rádio camponesa em São Paulo

³⁹ Cartilha Cantares da Educação do Campo. MST – Setor de Educação, 2006

No caso do MST, o uso da comunicação radiofônica se observa desde seus primeiros momentos organizativos. Já em 1987 e 1988 havia um programa de alcance nacional, que ia ao ar toda semana, na Rádio Aparecida, em São Paulo, no horário do amanhecer. Por ser um veículo de comunicação rápido e que chega a um público ampliado e ao mesmo tempo, este meio é também utilizado em diversos Estados, por meio da aquisição de espaços em rádios comerciais, veiculando programas produzidos no âmbito do MST.

Ampliando o raio de difusão radiofônica, o programa Vozes da Terra é exemplo desta experiência comunicativa no MST:

“Agora também estamos produzindo o programa de rádio Vozes da Terra, que é distribuído todo mês para rádios do MST, católicas, universitárias, comunitárias e algumas comerciais de todo o país. Ao todo são mais de 2 mil rádios que recebem o nosso material.”⁴⁰

Quase todas as rádios localizadas nos assentamentos e acampamentos ligados ao MST, não possuem concessões. Atuam como rádios livres comunitárias. Romper com o atual sistema de comunicação cujos veículos servem aos interesses privados ou do Estado, parece ser o caminho daqueles que lutam de maneira mais direta pela democratização da comunicação, pois percebem os limites da luta institucional ou da democracia representativa.

Segundo José Arbex Jr, as rádios livres e comunitárias deveriam representar um campo de construção de contra-hegemonia no País, assim como um espaço para a formação de cidadania.⁴¹ Segundo o autor, na América Latina, as rádios livres se multiplicaram principalmente nas décadas de 1960 e 1970, no período dos regimes autoritários. A rádio Rebelde, criada na Revolução Cubana e a rádio Venceremos, da Revolução Sandinista da Nicarágua são exemplos pioneiros. A primeira experiência de rádio livre que se tem registro no Brasil é a da Rádio Paranóica, de Vitória, no Espírito Santo, em 1970.

No MST, entre as linhas políticas reafirmadas em seu Quinto Congresso Nacional⁴² está a democratização da comunicação e entre os instrumentos, as rádios livres e comunitárias têm destaque. Uma equipe de comunicação, organizada nacionalmente, é

⁴⁰ MST. Cartilha Construindo o Caminho. Brasília, 2001.

⁴¹ ARBEX apud Revista Sem Terra, abril de 2001. Pág. 67

⁴² Carta do Quinto Congresso Nacional do MST – Linhas políticas. www.mst.org.br

responsável por articular o trabalho com os estados e garantir a edição do Jornal, da Revista, do site, do programa Vozes da Terra e ainda da assessoria de imprensa.

No Ceará, seis programas de rádio em diferentes municípios, quatro rádios comunitárias livres, uma rádio-escola. Experiência com audiovisual levando cinema itinerante aos assentamentos e acampamentos, o Cinema da Terra. Distribuição do jornal e da revista Sem Terra para a militância e aos apoiadores do Movimento são as ações permanentes do setor de Comunicação do MST no Ceará, além do cultivo da mística como forma de comunicação e valor humano.

O processo de uma comunicação popular não alinhada como a Indústria Cultural, caracterizando-se assim como uma forma de comunicação contra-hegemônica, como nos parece é a comunicação produzida no interior do Movimento Social.

Neste sentido, o uso dos meios eletrônicos, no caso a Internet, motiva um largo esforço do Movimento . No sítio do MST se encontra à disposição do navegador e aqui, ao pesquisador, uma boa parte da trajetória do MST , desde as primeiras ocupações, linhas políticas que orientam a ação dos Sem Terra até os comunicados mais recentes, resultados das últimas jornadas nacionais de mobilização e luta. Verifica-se que o site tem atualização permanente, e, mesmo alimentado várias vezes ao dia, com informações provenientes de todas as regiões do país.

Reconhecendo o sítio na internet como espaço legítimo da divulgação da idéias e posicionamentos do MST, reproduzimos o texto de *Nossos Objetivos*: “Desde a nossa fundação, o Movimento Sem Terra se organiza em torno de três objetivos principais: Lutar pela terra; Lutar por Reforma Agrária; Lutar por uma sociedade mais justa e fraterna”.⁴³

Também no site, o hino e a bandeira do Movimento possuem lugar de destaque. O mesmo esclarece que a atual bandeira do MST foi adotada em 1987, durante o IV Encontro Nacional e desde então é alçada nos acampamentos e assentamentos, em todas as mobilizações e lutas, nas comemorações e festas, e até mesmo presenteada àqueles em quem o Movimento encontra apoio e solidariedade na luta.

Na página, no item *Biblioteca* estão disponíveis diversas publicações do Movimento, abordando diversos temas: Agricultura, agrocombustíveis, meio ambiente, educação, cultura,

⁴³www.mst.org.br

comunicação, transgênicos, entre outros. As imagens em vídeo colhidas nas manifestações, marchas, encontros, assim como entrevistas com personalidades de destaque que apóiam a Reforma Agrária, também estão disponíveis para download, no item nomeado de *Audiovisual*. Assim como o Jornal e a Revista Sem Terra, em sua versão impressa. Observa-se então que a página é espécie de síntese e atualização do esforço de comunicação do MST em seus diferentes argumentos e suportes.

Como parte do planejamento do setor de comunicação do MST, em determinados momentos é definido um tema unificador de reportagens produzidas em vários estados. Essas reportagens estão articuladas à agenda das lutas e ao calendário de mobilizações e jornadas encaminhadas pelo Movimento e disponibilizadas no sítio da internet sob o conteúdo geral de *Especiais*. Em destaque, as Mulheres em Luta, a discussão sobre os Transgênicos e o Agronegócio, o papel da Educação e a Jornada Nacional de Lutas dos Sem Terrinha 2009. Naquele ano o tema da Jornada: Viva as Crianças Sem Terrinha! Por Escola, Terra e Dignidade!

Da consulta ao sítio, no especial sobre os Sem Terrinha, informações sobre esta construção de identidade baseada na origem social, na geração, no pertencimento, “conferindo à luta, um jeito de infância”:

“As crianças Sem Terrinha são meninas e meninos que têm na sua formação a identidade da classe trabalhadora, são filhos e filhas da luta que inspiram o próprio Movimento. As Jornadas dos Sem Terrinha, realizadas desde 1996, integram as jornadas nacionais de lutas do MST e têm se constituído em um importante espaço de visibilidade à realidade vivenciada pelas crianças acampadas e assentadas. São também momentos que as colocam, em primeira instância, como as condutoras das ações realizadas, conferindo à luta um “jeito de infância”.”

Esta luta com jeito de infância é apresentada como vivida nos Encontros dos Sem Terrinha, mobilizadora das sensibilidades das crianças para a luta por escolas e pelo direito de ser reconhecido como sujeito de sua própria história.

Ainda neste breve esforço de apresentação do site do MST, observa-se o lugar da solidariedade internacional, no *Amigos do MST no exterior*, possível de conexão a entidades de apoio em nove países. Encontram-se também disponíveis os sites recomendados, entre eles, do Jornal Brasil de Fato e da Agência Notícias do Planalto, demonstrando assim o esforço articulado de um projeto de comunicação popular no Brasil.

No circuito da comunicação impressa, outro instrumento de alcance nacional é a Revista Sem Terra, que circula há 12 anos, atingindo em maio de 2009 a marca de 50 edições. Na ocasião, em matéria especial, o site do MST afirmava: “São 12 anos nos desafiando a levar para a sociedade nossas lutas e conquistas. São 50 números de enfrentamento com o monopólio das informações em nosso país.”⁴⁴



Edição número 50 da Revista Sem Terra

O primeiro número da Revista Sem Terra é lançado em julho de 1997. Na capa, um homem trabalhador, com duas crianças no braço. O editorial afirma o compromisso da Revista e apela ao diálogo em favor da ampliação da luta pela reforma agrária: “*Sem Terra – a Revista é a nova publicação trimestral que lançamos como instrumento de comunicação e diálogo não apenas com os Sem Terra, mas com todos aqueles que apóiam ou simpatizam com a nossa luta pela reforma agrária.*”⁴⁵

A matéria principal da Revista aborda o tema a Reforma Agrária, em artigo de Plínio de Arruda Sampaio acompanhado de imagens do ensaio *Terra*, de Sebastião Salgado. A imagem de maior destaque : mulheres e crianças à frente de uma mobilização de trabalhadores. Como se observa, é destacada a presença das crianças sem terra nos momentos de mobilização e luta.

⁴⁴ www.mst.org.br

⁴⁵ Revista Sem Terra. Julho de 1997, pág. 01



Capa do Livro Terra de Sebastião Salgado

O ensaio Terra, de Sebastião Salgado, transformado em livro/álbum, circula em primeira edição de quinze mil exemplares. O livro, à maneira de FotoReportagem é documento de significação para os Sem Terra no Brasil. São imagens de luto e de luta, de violência e força, de sobrevivência e esperança, amalgamando conteúdos da vida nos acampamentos, assentamentos, da infância sem terra como destaque já na capa da publicação.

Do belo livro/documento participam os textos da sensibilidade de Chico Buarque de Holanda e do escritor português José Saramago. Eis sua palavra desafiadora:.

“Oxalá não venha nunca à sublime cabeça de Deus a idéia de viajar um dia a estas paragens para certificar-se de que as pessoas por aqui mal vivem, e pior vão morrendo, estão a cumprir de modo satisfatório o castigo que por ele foi aplicado.”⁴⁶

⁴⁶ SARAMAGO apud Revista Sem Terra, 1997, pág. 27.



Sem Terrinha de Sergipe, Livro Terra, Sebastião Salgado

2 – Uma pedagogia da Comunicação na Revista das Crianças Sem Terrinha

“Brilha no Céu

A estrela do Che

Somos Sem Terrinha do MST”

(Palavra de ordem presente no Encontro dos Sem Terrinha)

Recentemente o MST lançou a Revista das Crianças Sem Terrinha, ainda sem periodicidade definida. Neste estudo monográfico analisa-se a segunda edição publicada em outubro de 2009. Na abertura do editorial a Revista afirma seu compromisso com o Aprender

“Todo dia é dia de criança brincar, mas também de manter o compromisso em aprender! Na escola, na ciranda, com os coleguinhas, com as educadoras e educadores e é claro, nos afazeres de casa”

A primeira matéria da Revista diz respeito aos direitos da criança e do adolescente. Com textos adequados à linguagem infantil, rodeado de ilustrações que retratam desenhos das

próprias crianças o texto discorre sobre um dos principais documentos de defesa dos direitos de crianças e adolescentes: a Convenção Internacional sobre os Direitos da Criança.

Observam-se na Revista o ideário pedagógico e lúdico se mesclando, ao mesmo tempo em que se veiculam mensagens de direitos, de educação, de luta social. No centro da Revista é encartado um jogo de memória, temático, que as crianças/leitoras da Revista podem destacar e brincar coletivamente.

A reportagem principal do periódico tem o título “Por que somos Sem Terra”. É uma matéria longa, com 14 páginas, entremeada de grandes e coloridas ilustrações. O texto faz um apanhado histórico das relações que se estabelecem no campo, no Brasil, em perspectiva de longa duração, ou seja, desde antes da ocupação dos portugueses no século XVI. A história começa a ser contada assim:

“Há mais de quinhentos anos, no Brasil, viviam apenas os indígenas. Povos que tinham seu jeito de viver e de se organizar. A terra era de todos e todas, e tudo que era produzido, pescado e caçado, era dividido entre os que viviam nas aldeias, suas comunidades.”⁴⁷

Ao longo da matéria são ressaltadas as qualidades articuladas na perspectiva histórica de luta e resistência. Os conteúdos de história têm destaque no texto, como no trecho, na página 11, em que os índios são retratados pelo texto e pelas ilustrações como um povo resistente que sobreviveu à dominação Européia e luta ainda hoje por seus direitos. Na página seguinte o assunto é a escravidão negra, a exploração nas fazendas e os castigos físicos a que os escravos eram submetidos. Em seguida, se pergunta sobre os quilombos, para afirmar que :

“Este foi um dos jeitos que os escravos acharam para tentar mudar as coisas. Eles fugiam e se juntavam no meio da floresta, a ali construíam uma sociedade diferente, onde ninguém explorava o trabalho do outro.”

Saltando ao século XIX, a Lei de Terras, de 1850, é abordada no texto, de forma simples e em linguagem apropriada para, em seguida, responder a pergunta chave proposta na matéria: Porque somos Sem Terra? afirmando que “*Sem Terra são todos os trabalhadores e trabalhadoras que querem trabalhar e viver na terra, mas não podem porque não tem dinheiro para comprar*”. E ainda estabelecendo ligações com a história e memória da luta

⁴⁷ Revista das Crianças Sem Terrinha, número 2, MST, 2009. Pág. 10

camponesa no Brasil *“Muitas vezes na história do Brasil, os sem terra se organizaram. Lembra de Canudos e Contestado? Pois é, foram dois movimentos, um no nordeste e outro no sul, em que os sem terra tentaram mudar as coisas.”*

A reportagem continua apresentando, em grandes linhas, um percurso histórico da luta pela terra como construída no Brasil, ressaltando o papel das Ligas Camponesas, do Movimento dos Agricultores Sem Terra (MST), como que traçando, no tempo, uma linha de argumentação desde o legado histórico, até o MST e à luta continuada pela Reforma Agrária. Um dos trechos, na página 17 propõe um esforço de pensamento para compreender a atualidade da luta por reforma agrária no Brasil, uma das questões sociais mais candentes no Brasil e, matriz e causa de tantas desigualdades:

“Se as pessoas que querem morar no campo não podem, porque não tem terra, elas acabam tendo que morar na cidade. E na cidade não tem trabalho pra todo mundo, nem casa pra todo mundo. Assim, as pessoas ficam desempregadas, são obrigadas a morar em favelas, nas ruas, não tem o que comer... às vezes, acabam sendo obrigadas a roubar pra não morrer de fome.”

Em seguida a matéria aborda as conquistas estruturais advindas da Reforma Agrária tanto para as pessoas que moram no campo, quanto para as pessoas que moram nas cidades. No esforço pedagógico de educar para a luta, nomeia as empresas que, segundo o MST, são contrárias à reforma agrária. O texto finda com o destaque aos leitores da Revista, as crianças Sem Terra, os Sem Terrinha em sua participação na luta pela Reforma Agrária.

A última matéria da Revista tem conteúdo ficcional. Trata-se da história de dois irmãos, Marcos e Mônica, que moram com seus pais em um assentamento. O título da história é “O pesadelo do Xis Burger”. A história aborda de maneira envolvente questões como alimentação saudável, transgênicos e soberania alimentar.

3— Mídia e Criminalização dos Movimentos Sociais

A criminalização do MST não é fato recente. Parece atualizar a longa história de perseguição aos pobres no campo e na cidade. No caso do MST, desde sua formação, setores da mídia difundem a palavra “invasão” como um a dura recriminação aos que se atrevem a atentar contra o que consideram sagrado, a propriedade da terra e o latifúndio. Desde o início

do governo de Fernando Henrique Cardoso em 1995 as investidas do governo e da mídia corporativa se intensificam, num trabalho de deturpação da imagem do Movimento.

Ao mesmo tempo em que criminaliza, encobre as situações de violência contra os sem terra. Veja-se aqui no editorial da edição de novembro de 2000 o Jornal Sem Terra assim descrevia uma reintegração de posse em uma Fazenda no Paraná, *“Soldados armados com fuzis, pistolas e metralhadoras avançam contra o inimigo, com a ajuda de cães e da cavalaria. Helicóptero sobrevoam a área, espalhando o terror. Homens, mulheres e Crianças são espancados, alguns são atingidos por tiros.”*⁴⁸

A mesma edição apresenta o relato do assassinato de uma criança de 12 anos, Emerson dos Santos Rodrigues, em Rondônia. Filho de Jadir Alves Rodrigues, membro da coordenação estadual do MST em Rondônia, vivia no assentamento Novo Amanhecer, município de Ariquemes. Emerson foi assassinado, no dia 26 de agosto de 2000. Como se vê, as crianças também são alvos da violência. Mas isto não dá notícia no jornalismo empresarial.



Jornal Sem Terra, novembro de 2000

A Revista Sem Terra, de abril de 2001⁴⁹ apresenta uma longa matéria sobre violência e criminalização dos trabalhadores. O texto afirma que em maio de 2000 mais de 1500 trabalhadores rurais, incluindo mulheres e crianças que faziam uma marcha em Curitiba, capital do Paraná, foram brutalmente reprimidos pela Polícia Militar.

⁴⁸ Jornal Sem Terra, novembro de 2000.

⁴⁹ Revista Sem Terra, abril de 2001.

Algumas atitudes são comuns na estratégia da mídia empresarial para criminalizar as lutas dos movimentos sociais, com o objetivo de disseminar junto à sociedade posições contrárias às diversas formas de manifestação popular em busca de direitos. Parte da estratégia é também demonstrada no conteúdo convencional que personaliza e individualiza determinadas histórias de ascensão e conquista social, como histórias individuais daqueles que “venceram” por esforço próprio. A pregação das virtudes do individualismo, da competição colabora também no sentido de esvaziar os conteúdos da vida em comunidades, da luta coletiva, da aspiração de justiça social e igualdade.

Omitir informações acerca dos conteúdos de violência cotidiana contra os sem terra também é uma prática da mídia empresarial, além de pautar o MST apenas nos momentos de ocupação, ou em sua linguagem amplamente disseminada, de invasões e ainda, quando da ocorrência de massacres. De certo modo, a questão social parece ser ainda, para o caso da mídia corporativa no Brasil, “um caso de polícia”, repercutindo as afirmações da elite proprietária da terra e dos negócios da política, desde o século XIX. Assim, os conteúdos ligados à experiência concreta da vida nos Assentamentos, o cultivo agroecológico, as escolas adaptadas à realidade do campo, à alfabetização de jovens e adultos, a universalização do acesso à educação, a recuperação de matrizes da cultura original, o cultivo também da arte e da vida em comunidade, como valores de civilização e humanidade, não fornecem pauta à mídia empresarial.

Essa estratégia de criminalização e invisibilidade social dos pobres em luta, se estende no tempo e alcança diferentes sujeitos e experiências sociais. Para tanto, a concentração da mídia empresarial é reveladora por exemplo para o caso da radiofonia no Brasil; No que se refere ao rádio, calcula-se que existam aproximadamente 15 mil emissoras comunitárias no País. Somente a minoria – cerca de três mil – tem autorização do Ministério das Comunicações para operar, apesar de a maioria ingressar com processo de legalização. Por isso, as emissoras comunitárias e livres são outro foco bastante comum alcançado pelo discurso midiático criminalizador.



Charge do cartunista Latuff, Revista Sem Terra edição 50

Na carta “*Nossos Compromissos com a Terra e com a Vida*”⁵⁰, o MST destaca alguns pontos que devem balizar suas ações. Entre eles: produzir alimentos para eliminar a fome da Humanidade, evitar a monocultura e o uso de agrotóxicos, reflorestar novas áreas, cuidar das nascentes, rios, açudes e lagos, lutar contra a privatização da água, lutar contra o latifúndio para que todos possam ter terra, pão, estudo e liberdade e jamais vender a terra conquistada. A terra é um bem supremo para as gerações futuras. É de se observar que tais compromissos não participam da representação que a mídia empresarial difunde sobre o MST.

4—Uma concepção de infância em debate

“Chegou a hora vamos construir
Uma nova terra, um novo Brasil.
Onde as crianças poderão estudar,
Se alimentar, brincar e ser felizes.”

(Canção de Abrão Godois)

Consideramos importante relativizar a concepção de criança com a qual a educação tem operado nos últimos anos. A infância, como o “outro”, diferente do adulto, é resultado de

⁵⁰MST. Caderno de Educação número 12, Educação infantil – movimento da vida, dança do aprender. 2004

uma produção histórica e cultural e significa uma “virada” no modo de ver a criança e as instituições educacionais. O conceito de infância como um outro, diferente da fase adulta da vida, surge na modernidade, conforme Philippe Ariès.

A infância é, segundo tais concepções, uma produção social e histórica e não simplesmente uma etapa da vida de um ser biológico, não como fase naturalizada de um processo de crescimento, que passa à adolescência e, depois, à vida adulta. Segundo Ariés:

“O sentimento da infância não significa o mesmo que afeição pelas crianças: corresponde à consciência da particularidade infantil, essa particularidade que distingue a criança do adulto mesmo jovem.”⁵¹

Vale ressaltar que a obra do citado historiador é precursora de um novo campo de estudos, hoje afirmado como História da Infância. A constituição desse novo conceito de infância está na transição dos séculos XVII para o XVIII, quando então é definida como um período de ingenuidade e fragilidade do ser humano, que deve receber todos os incentivos possíveis para sua felicidade.

Estudos recentes no Brasil sobre o tema da infância reconhecem a importância da obra do francês P. Ariés, pioneira em estudos sobre a criança e a família, porém questionam sua transposição de forma abstrata e linear para outros contextos, como o brasileiro.

Mary del Priori⁵² questiona algumas teses de Ariés, para o caso do Brasil, como por exemplo, a valorização da criança, a escolarização e a emergência da vida privada durante o tardio processo de industrialização brasileiro e as concepções transpostas da Europa burguesa, urbana e iluminista. A autora chama a atenção para a necessidade de estudos sobre a criança brasileira, pois: “*diferentemente de europeus e americanos, cujas culturas produziram, desde épocas mais remotas, imagens, objetos e representações que nos contam sobre a infância no Brasil, temos que estar alertas a outro tipo de fontes...*”. Aponta para possibilidades de

⁵¹ ARIÉS, P. História social da criança e da família. Rio de Janeiro: Guanabara, 1978

⁵² .PRIORE, Mary Del.(org) *História das crianças no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1999.

pesquisas sobre a infância: “o cuidado com o corpo, alimentação, brinquedos, as formas de religiosidade, os laços familiares...”.

Segundo Daniel Chiozzini⁵³ o estudo de Áries possui dois fios condutores: o primeiro é a constatação de que a ausência do sentido de infância tal como um estágio específico do desenvolvimento do ser humano, até o fim da Idade Média, abre as portas para uma interpretação das chamadas sociedades tradicionais ocidentais. O segundo é que este mesmo processo de definição da infância como um período distinto da vida adulta também abre as portas para uma análise do novo lugar assumido pela criança e pela família nas sociedades modernas.

Segundo Cláudia Terra do Nascimento⁵⁴ aceitando-se a tese de Ariès (1973), é preciso aceitar que a infância, tal qual é entendida hoje, resulta inexistente antes do século XVI.

Ainda falando sobre o conceito de infância trazido por Ariès, Martín-Barbero afirma:

“Como se deduz dos estudos de Ariès, a infância só vai emergir como um “mundo a parte” no século XVII, quando o declínio da mortalidade infantil, graças à difusão das práticas de higiene, se conecta com o novo método de aprendizagem através dos livros que substitui a aprendizagem por meio das práticas.”⁵⁵

6—A infância sem terrinha : “soletrando a liberdade na escola”

“Soletrando liberdade na escola

Aprendendo um novo jeito pro país

⁵³ CHIOZZINI, Daniel. Memória é matéria prima do trabalho do historiador. *ComCiência*. SBPC/LABJOR, 2004. Disponível em: <www.comciencia.br/reportagens/memoria/04.shtml>. Acesso em: 05 abr. 2005.

⁵⁴ NASCIMENTO, Cláudia Terra. **A psicopedagogia no contexto hospitalar: quando, como, por quê?** Revista Psicopedagogia, vol, 21, n.64, 2004.

⁵⁵ MARTÍN-BARBERO, Jesús. La Educación desde la Comunicación, Buenos Aires, Grupo Editorial Norma, 2002. SIERRA, Francisco. Introducción a la teoría de la comunicación educativa, Sevilla Edutorial, MAD, 2000

Escrevendo pelas linhas da esperança

Pois criança é pra brincar e ser feliz”

Canção de Zé Pinto

Desde o início de sua formação , o MST manifesta a centralidade do papel da educação e formação de suas crianças, porém nos perguntamos se isso acontece somente com vistas a preparação de novas lideranças ou como preocupação com a formação humana em geral. Uma observação cuidadosa à vida vivida pelas crianças nos acampamentos e assentamentos, aponta no sentido de uma compreensão dos Sem Terrinha como sujeitos de direitos , pela comunidade. As crianças sem terra participam das lutas, caminhadas, marchas, ocupações, e apresentam também suas próprias reivindicações, principalmente no campo da educação. É o que se observa, nesta pesquisa, ao examinar os relatos de mobilizações e encontros dos Sem Terrinha, principalmente no mês de outubro, quando é atualizado de modo específico e atribuído novo significado às comemorações ao dia da criança.

O reconhecimento das crianças como sujeitos sociais pelo MST já vem de algum tempo e se expressa na preocupação do Movimento em elaborar uma pedagogia específica para a infância. Assim, destacam-se as publicações específicas para os meninos e meninas sem terra, como exemplo, o Jornal e a Revista Sem Terrinha.

As crianças são enxergadas como sujeitos que precisam de proteção e ao mesmo tempo como crianças lutadoras. Mas é no Quinto Congresso que a atenção especial com as crianças Sem Terra – os Sem Terrinha – se apresenta em maior evidência. No encontro: “*As crianças terão um espaço específico para suas atividades e será chamado de **Escola Itinerante Paulo Freire***”, já dizia a cartilha de orientação para o Congresso⁵⁶.

A mesma Cartilha informa que as crianças participariam das mobilizações ao lado, ou pela mão de seus pais, salvo os “pequeninos”. Mais de mil crianças Sem Terra estiveram organizadas na Escola Paulo Freire junto de cerca de 500 educadores que organizaram as atividades educativas e garantiram as aulas das crianças em idade escolar.

“Precisamos avançar em organizar o lugar da infância no MST, pensá-las como sujeitos de direito, como vivem nos assentamentos, como estudam e como a

⁵⁶ MST. Orientações práticas e a história dos Congressos do MST. Brasília, 2007

comunidade vai assumir o processo de formação dos Sem Terrinha. Através da educação, nas cirandas e nas escolas, acontece a formação destes pequenos: é o que fará desde cedo à consciência de pertença a organização da classe trabalhadora. O futuro do MST depende do que fazemos hoje com nossas crianças.”⁵⁷

Em relação à educação e formação para a infância sem terra, outro conteúdo de destaque são os ensinamentos voltados ao cultivo da história e memória da luta social, bem como o fortalecimento da simbologia da luta nos processos comunicativo-formadores construídos no MST. Segundo Roseli Caldart⁵⁸ os sem-terra se constituem como sujeitos sociais à medida que se percebem como uma coletividade que traz para si a luta para garantir sua própria existência social como trabalhadores da terra, enfrentando aqueles que em nossa sociedade, estão destruindo a possibilidade dessa existência. A ocupação da terra, o acampamento, a organização do assentamento, o ser do MST e a conquista da escola do campo são vivências socioculturais possíveis de identificação como geradoras no processo de formação do sem-terra do MST, sejam adultos ou crianças.

Eles se definem e criam sua identidade por uma ausência: Ser Sem Terra. Criam também símbolos e emblemas que conformam e atualizam esta identidade, materializados nos elementos da vida cotidiana, como visto nos bonés, nas bandeiras vermelhas, nos cartazes, nas nomeações de acampamentos e assentamentos, nos hinos, entre outros elementos de possível construção e fortalecimento de uma identidade individual e coletiva.

Sabendo que os pequenos participam junto com os adultos dos momentos da luta pela terra, desde as mobilizações, ocupações, marchas, acampamentos e sabendo também que para o MST uma escola em um assentamento se constitui como uma grande conquista, é nesse contexto que as *crianças* vão se tornando *Sem Terrinha*.

Vão se tornando Sem Terrinha na escola, mas também na rotina de luta que se constitui para as famílias Sem Terra desde o acampamento. As canções, as histórias, as primeiras leituras de cartilhas específicas, a observação e participação na encenação da mística tudo isso pode contribuir para que as crianças do MST afirmem como identidade social e política, o ser um Sem Terrinha.

⁵⁷ MST. Orientações práticas e a história dos Congressos do MST. Brasília, 2007.

⁵⁸ CALDART, Roseli Saete. Pedagogia do Movimento Sem Terra. Expressão Popular, São Paulo, 2004.

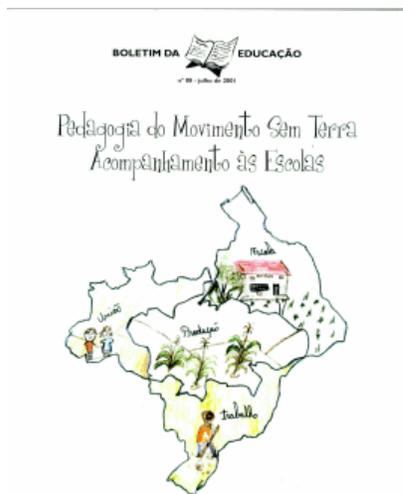
A produção cultural e comunicativa do MST, como aqui apresentada em linhas gerais, decorrente de práticas sociais em espaços pedagógicos nos quais as crianças aprendem o vocabulário prático da luta pela terra como apreendem sentidos de pertença a um determinado grupo social.



Cartilha MST, Fazendo Escola, número 02

Educação não é sinônimo de escola. No material pesquisado neste estudo, o entendimento é mais amplo e diz respeito à complexidade do processo de formação humana, que tem nas práticas sociais o principal ambiente de aprendizado do ser humano. Nesse contexto, o Movimento Sem Terra constrói os mecanismos de educação das crianças Sem Terrinha, pois é este o meio no qual elas vivem suas infâncias, participando da luta pela terra, pela Reforma Agrária.

No entanto, a escola ainda se apresenta como espaço privilegiado na formação pedagógica desses meninos e meninas, muito embora, não seja o único. As crianças convivem em diversos ambientes educativos: nas manifestações, ocupações de terra, encontros, cirandas infantis e na escola. Parece que, em articulação entre todos esses espaços, entendidos em sua função pedagógica, se vão forjando sujeitos de direitos, a partir também da conquista da educação. A escolarização é um componente fundamental nesse processo e um direito de todas as pessoas. Desde os primeiros acampamentos e assentamentos está é uma das lutas do MST.



Boletim da educação número 01: "Ocupar, resistir e produzir"

Quando dizemos projeto de educação do MST, estamos nos referindo a combinação entre a luta pelo acesso à escolarização e o processo de construção de uma pedagogia adequada aos desafios da realidade específica do campo. Tal projeto busca refletir sobre uma escola pública como são todas as escolas que existem nos assentamentos e acampamentos, que assume o vínculo com a luta, a organização e a pedagogia do Movimento.

No início duas necessidades deram origem às primeiras experiências que criaram as condições de um olhar específico às crianças. A vida nos assentamentos requerendo uma participação das mulheres na produção, na organização das cooperativas e associações, no trabalho coletivo, e nos diversos setores do MST, põe em debate o cuidado com as crianças, como devendo não ser uma obrigação da mulher/mãe mas, assumida no coletivo. De modo semelhante, a participação das mulheres na dinâmica da militância, na participação nos cursos e encontros de formação, nas reuniões e nas lutas, levando-a para longe de casa e dos filhos impulsiona também o debate sobre as relações de gênero e a persistência de assimetrias e modelos replicados de um sistema de dominação também como problema de gênero. Estas situações e contextos em modificação, a emergência de novos debates setoriais no Movimento, contribuem também para se pensar o lugar da infância sem terra. Alguns deles se constroem no concreto da vida militante, como espaços coletivos específicos à vivência das crianças sem terra. Como exemplo, a Ciranda Infantil, as Escolas Itinerantes, entre outros. Dito de outro modo, a Ciranda não pode ser vista apenas como um direito dos adultos que participam do MST, mas principalmente como um direito das crianças que também são sujeitos construtores do movimento.

Acerca da Ciranda Infantil, o Caderno de Educação número 12, do Setor de educação do MST, informa como se chegou á esse formato e denominação, em clara articulação também entre os planos da educação e da cultura ⁵⁹:

“A Ciranda Infantil é um espaço educativo, organizado com o objetivo de trabalhar as várias dimensões do ser criança Sem Terrinha como sujeito de direitos, com valores, imaginação, fantasia e personalidade em formação, vinculando as vivências com a criatividade, as relações de gênero, a cooperação, a criticidade, a autonomia, o trabalho educativo, a saúde e a luta pela dignidade de concretizar a conquista da terra, a reforma agrária, as mudanças sociais”

Após o IV Congresso Nacional do MST desencadeou-se um processo de multiplicação e valorização das Cirandas Infantis. A preparação de educadores e educadoras passou a ser uma das atividades do Setor de Educação nos estados, e a Ciranda Infantil passou a fazer parte de todas as atividades do Movimento. Cabe destacar que as primeiras cirandas infantis foram pensadas e implementadas no Estado do Ceará, ainda no final da década de 1990, segundo os registros do próprio Movimento, estudados nesta pesquisa.ⁱ

A Ciranda Infantil é um espaço educativo de vivência, da experiência de ser criança Sem Terrinha, de brincar, jogar, cantar, cultivar a mística, de cultivar como aprendizado o sentimento de pertença ao MST, de perceber os valores como lastro de sua formação. As múltiplas dimensões do ser social, combinados aos valores que se quer afirmar como conteúdo da luta social estão presentes nessa elaboração:

“A Ciranda Infantil é um espaço educativo, organizado com o objetivo de trabalhar as várias dimensões do ser criança Sem Terrinha como sujeito de direitos, com valores, imaginação, fantasia e personalidade em formação, vinculando as vivências com a criatividade, as relações de gênero, a cooperação, a criticidade, a autonomia, o trabalho educativo, a saúde e a luta pela dignidade de concretizar a conquista da terra, a reforma agrária, as mudanças sociais”

As Cirandas Infantis são espaços que devem ser organizados em todas as atividades, instâncias e ocasiões que estiveram presentes crianças de zero a seis anos. Porém encontramos nesses espaços crianças em outras faixas de idade, sendo comum, meninos e meninas de até 12 anos participarem das atividades das Cirandas, principalmente em Congressos, Encontros e mobilizações que reúnem um grande número de militantes.

⁵⁹ Caderno de Educação número 12, do Setor de educação do MST

Desde os primeiras ocupações, a pauta de reivindicações apresenta a luta pela criação de escolas nos futuros assentamentos. Primeiro, por uma certa intuição de que isto também era um direito; depois, pela consciência de que se as escolas não fossem no assentamento, muitas crianças continuariam fora delas. Aos poucos tal exigência foi se tornando uma convicção, um princípio.

Estudar na cidade, só em último caso. Pois o movimento considera que a educação no meio urbano prepara o filho do agricultor para sair do assentamento. Ao contrário, o ensino nas escolas nos assentamentos e acampamentos deve preparar os estudantes para ficar e transformar o meio rural.

Essa reivindicação está presente até mesmo nas canções entoadas nas Cirandas como a de Gilvan Santos, que ensina cantando: “*Não vou sair do campo pra poder ir pra escola educação do campo é direito e não esmola*” como também na música Pedagogia da Terra, composição da Turma de Educadores José Martí que acredita;

“Numa educação do campo colhendo cidadania

Homens, mulheres crianças construindo um novo dia

Numa canção libertária, reforma agrária no chão

Queremos ser alicerce de uma nova nação.”

Segundo as linhas de ação do Setor de Educação do MST nas escolas que se localizam nos assentamentos e nas escolas itinerantes que acompanham os acampamentos, são priorizados conteúdos formativos socialmente úteis e eticamente preocupados com a formação humana integral. Nestes, a construção de um ambiente educativo, que vincule a escola aos processos econômicos, políticos e culturais; a vivência de práticas pedagógicas preocupadas com a valorização especial da dimensão pedagógica da história e o cultivo da memória coletiva do povo brasileiro, além da valorização especial da dimensão pedagógica da história.

Ainda segundo as linhas de ação, são objetivos desse projeto educativo: fortalecer a identidade Sem Terra e a pertença ao Movimento entre educandos, educadoras e famílias acampadas e assentadas; a mobilização das famílias, em especial os Sem Terrinha, na luta por

escolas nas áreas de assentamento e acampamento; a realização de mobilizações específicas em vista da implantação de Escolas Itinerantes nos acampamentos; a intensificação do trabalho na área de educação infantil e familiar, cultivando valores e práticas coerentes com o projeto humanista e socialista do MST.

No material utilizado pelos educadores e educadoras nas escolas de acampamentos e assentamentos encontra-se a produção do setor de comunicação do Movimento, com ênfase na utilização do Jornal Sem Terrinha, seja na leitura de pequenos textos ou poemas, na atividade de colorir o jornal ou, até, mesmo na produção de conteúdos para o jornal.ⁱⁱ

A prática pedagógica também coordena ações como campanhas de discussão e revisão do nome de escolas em acampamentos e assentamentos, como parte do cultivo da identidade Sem Terra; organiza cirandas infantis nos assentamentos e acampamentos; constrói parques infantis alternativos nos assentamentos e acampamentos e faz ações que tornem conhecida a figura humana e o ideário de lutadores do povo tais como Paulo Freire, Josué de Castro, Florestan Fernandes, Madre Cristina, José Martí, Zumbi dos Palmares, Sepé Tiaraju, entre outros.

CAPÍTULO III

Uma pedagogia da luta impressa: O Jornal Sem Terrinha

“Eu digo não, não, não para o sistema
Eu digo não, não, não para a exploração
Eu digo sim, sim, sim para a mesa farta
E a reforma agrária é a nossa solução”
(Canção de Marquinho Monteiro)

Como expresse anteriormente, o Movimento Sem Terra inicia o processo de criação do seu próprio Jornal antes mesmo de sua fundação, no ano de 1981, com o Boletim Informativo da Campanha de Solidariedade aos Agricultores Sem Terra Acampados na Encruzilhada Natalino, no Rio Grande do Sul (RS). O Informativo começou a ser publicado com tiragem de 700 exemplares e circulação restrita ao sul do país.

Em 1982, amplia a tiragem, mas ainda manteve a circulação circunscrita praticamente ao sul do Brasil. Em 1984 recebe a denominação Jornal Sem Terra (JST) com publicação mensal e distribuição para os demais estados onde o MST se organizava naquele período inicial. Desde então, contam 28 anos de circulação ininterrupta do JST.

O Jornal das crianças Sem Terra é um encarte do Jornal Sem Terra. Inicia a circulação em outubro de 2007, após o final do 5º Congresso Nacional do MST, integrado à experiência da Escola Itinerante Paulo Freire, que contribuiu para a criação do Jornal. Segundo a Cartilha do 5º Congresso do MST “*O JSTerrinha é colocado pelo Movimento*

*como uma ferramenta das crianças, para que elas dialoguem e construam nos espaços educativos a cultura da leitura de Jornal”.*⁶⁰

Segundo a Cartilha citada, o jornal contribui também para fortalecer o trabalho com as crianças nos Acampamentos e Assentamentos, potencializar as escolas, ser um espaço de diálogo com a comunidade, valorizar a criatividade, a arte e a produção das crianças articulando uma linguagem representativa do modo organizativo do MST, em consonância com seu ideário e, atendendo as formulações de seu projeto educativo e pedagógico .

Mary Cardoso da Silva, integrante do Setor de Comunicação do MST, afirma que:

“Materiais como *O menino que lia o mundo*⁶¹, um livro sobre a vida de Paulo Freire, escrito por Carlos Rodrigues Brandão para as crianças Sem Terra e o livro *Estória de Rosa*⁶², organizado por Isabela Camini, que conta a vida no Acampamento e Assentamento desde a ocupação das Terras até sua conquista definitiva, contada pelos personagens Rosa e Natalino, duas crianças Sem Terrinhas, produção do setor de educação do MST. O CD de músicas infantis, que traz diversas canções produzidas por pessoas do próprio Movimento. As cartilhas com o resultado dos concursos nacionais de redação e desenho que cada ano leva uma temática diferente e de acordo com a situação atual do MST. Colaboraram para o processo de edição do JSTerrinha. Após a criação do Jornal é produzida também, como continuidade deste processo a Revista das crianças Sem Terrinha.”⁶³

O JSTerrinha é produzido e editado em São Paulo (SP) pelo Coletivo de Comunicação do MST. Este coletivo é composto por militantes do próprio Movimento, com apoio técnico de diagramação e design gráfico. Militantes da direção do MST e dos setores de comunicação, educação e cultura, além de representantes da Secretaria Nacional do MST em São Paulo participam em momentos pontuais. De todo grupo, apenas dois jornalistas; os demais participantes estão envolvidas em atividades organizativas diversas, a partir dos unificadores “criança, comunicação e educação”.

⁶⁰ MST. A Escola Itinerante Paulo Freire no 5º Congresso do MST. Coleção Fazendo escola, N° 4. São Paulo, 2009.

⁶¹ BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *O menino que lia o mundo*. São Paulo: ANCA, 5ª edição 2003.

⁶² CAMINI, Isabela, (coordenadora). *Estória de Rosa*. Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

⁶³ SILVA, MARY CARDOSO DA. *O JORNAL SEM TERRINHA COMO UM PROJETO POLÍTICOPEDAGÓGICO DE FORMAÇÃO DA CRIANÇA DO MST*. Monografia. Belo Horizonte. UFMG, 2010.

Os representantes do Setor de Comunicação de cada Estado são encarregados da produção de reportagens, envio de notícias, material de destaque da conjuntura local, entrevistas com as crianças em Acampamentos, Assentamentos e momentos específicos da luta social: encontros, jornadas de lutas, entre outros. Ao lado desse fazer jornalístico, há o estímulo às crianças e educadores no sentido da produção de conteúdos textuais ou visuais para o jornal; bem como a utilização do JSTerrinha em atividades com as crianças, na Ciranda como em outros espaços educativos do cotidiano.

No expediente do JSTerrinha, as informações editoriais indicam sua produção a partir dos Setores de Educação, Comunicação e Cultura do MST, creditando os desenhos e ilustrações como fruto da participação das crianças Sem Terrinhas de todo o Brasil. Além disso, é feito um agradecimento a todas as pessoas que contribuíram de forma direta para a confecção do jornal.

A relação entre o Jornal Sem Terrinha e o Jornal dos adultos é evidente: trata-se de um permanente diálogo. Após a criação do encarte das crianças Sem Terra, os temas específicos à infância sem terra praticamente deixam de compor a pauta do JST e o espaço onde a criança é discutida passa ser em seu próprio jornal. Pode-se problematizar e daí poderia decorrer uma ausência de comunicação sobre o tema, incorrendo no risco de a infância deixar de ser tratada pelo conjunto do Movimento, considerando-se que nem todos os leitores do Jornal dos adultos sejam também leitores do jornal das crianças.

O jornal das crianças tem o caráter muito mais de formação que de informação, o que implica em ausência de informações sobre as ações realizadas pelos Sem Terrinhas no Brasil, quando se reduz as pautas infantis no jornal dos adultos. Apesar disso, nota-se, em momentos pontuais, concentração de matérias sobre a infância: a exemplo do mês de outubro quando acontece a Jornada Nacional dos Sem Terrinha, ou no dia das crianças comemorado em 12 deste mesmo mês.

1 - Uma comunicação impressa das crianças Sem Terra: aprendendo a ler o mundo

Para a análise do Jornal Sem Terrinha foram escolhidas oito edições com base em uma avaliação geral do conjunto das edições, desde seu lançamento. A escolha recaiu na primeira edição, em razão de sua combinação prática com a Escola Itinerante Paulo Freire,

observada sua característica de lançamento, e, a partir dele, buscou-se perceber a continuidade e a presença ou não de um planejamento anterior de formato e de editorias nas demais edições selecionadas para fins deste estudo.

A escolha da quarta edição, para fins de análise, decorre da especificidade da veiculação no mês de julho, férias escolares e, em razão do tema unificador da edição: o Saci Pererê, recolhido do imaginário e da cultura popular brasileira. A edição subsequente de setembro de 2008, é selecionada para fins de análise em razão de seu argumento central: a Identidade Sem Terrinha, tema que permeou nossas reflexões ao longo deste estudo monográfico.

De setembro de 2008, realiza-se um salto na análise para Janeiro de 2009, onde o JSTerrinha tematiza os 25 anos do Movimento Sem Terra.

E por fim, analisaremos a edição de março de 2010 que têm como tema central a Jornada de Luta das Mulheres, no destaque editorial do dia 8 de março, dia Internacional da Mulher e a edição de abril de 2010 que tematiza a Jornada Nacional de Lutas pela Reforma Agrária

Analisando a primeira edição do Jornal das crianças Sem Terrinha, publicada em outubro de 2007, se percebe uma conexão à identidade do Jornal Sem Terra. O JSTerrinha tem o nome escrito com o mesmo tipo, cor e formato de letra, apenas uma diferença: entre as letras “R” e “A” finais do título que entram as letras “INH” em formato diferente, colorido e com uma linguagem mais adequada ao seu público. Existem ainda desenhos de dois bonequinhos abaixo da última letra “A”. Ao realizar esta leitura da tipologia gráfica do jornal, percebe-se a identidade em relação ao Jornal do MST, mas evidenciando elementos que remetem ao universo infantil, de feição mais lúdica.

O traço dos bonequinhos lembra desenhos infantis que buscam não retratar uma criança, para não se correr o risco de criar processos de identificação com apenas algumas crianças, excluindo aquelas que não se parecessem com os bonequinhos. Aproximando-se de uma estética infantil, com traços simples e estilizados, a criança leitor pode se identificar.



Jornal Sem Terrinha, outubro de 2007

No primeiro número o tema principal do Jornal é o lema da Jornada de Lutas dos Sem Terrinha, no ano de 2007: Por Escola, Terra e Dignidade! Três fotos são o destaque da capa. A principal um menino sorrindo e aparentemente segurando uma bandeira vermelha. Em segundo plano, vemos as fotos de uma menina com o boné do MST e a bandeira do movimento ao seu lado e uma marcha, parte da Jornada, onde vários Sem Terrinha carregam a bandeira do Brasil.

As marchas são instrumentos de mobilização de largo uso pelo MST e apropriado também pelas crianças Sem Terra como forma de reivindicação e pressão política. As marchas das crianças ajudam a contrapor a imagem de uma infância inocente como é do senso comum à de uma infância lutadora, em busca de direitos. A publicização desses eventos no JSTerrinha é uma forma de construir a identidade da infância Sem Terra \ Lutadora, principalmente para aquelas crianças que não estiveram presentes.

No Editorial dessa edição, encimado pelo título “A infância na luta pela terra, pela Reforma Agrária e transformação da sociedade” Oba! Chegou a nossa vez! É o nosso jornal”, o texto de abertura explicita as razões de existência de um veículo de comunicação das crianças sem terrinha. Como se vê em sua própria escrita:

“Com grande alegria e honra que inauguramos nesta edição do Jornal Sem Terra, o jornal das Crianças Sem Terrinha. Com certeza é mais uma conquista de nós Sem Terrinha, das famílias Sem Terra, de todo o nosso MST e de todas as crianças filhas da classe trabalhadora.”⁶⁴

Percebe-se que a escrita do Jornal realiza um esforço editorial de construir um diálogo e uma identificação com seu público. O redator se apresenta como uma criança, como um Sem Terrinha. Reforçando a construção de uma infância lutadora, o jornal se apresenta como uma conquista das crianças, dos pais e do próprio MST. Após essa primeira edição o jornal só voltaria a circular oito meses depois, já aí com periodicidade definida.

2 - Uma pedagogia da luta no jornal sem terrinha

A intencionalidade política do Jornal é expressa claramente nesse primeiro editorial. O jornal é apresentado como um fruto e instrumento da luta ao mesmo tempo. A ênfase política parece compor uma intenção pedagógica. Uma pedagogia da luta na escrita do JSTerrinha, apresentado como um instrumento do aprendizado da contestação para os pequeninos, como observamos no trecho:

“O nosso Jornal nasceu para ser vivo em nossas vidas daqui pra frente. Nasceu como fruto da nossa própria luta de crianças Sem Terrinha. Ele vem nos ajudar a aprender

⁶⁴ Jornal das crianças Sem Terrinhas. Ano I – nº 1 – outubro de 2007.

brincando, a conhecer o mundo que existe além da nossa sala de aula ou da nossa casa, e acima de tudo, nos motiva a continuar na luta, sendo crianças.”

O Editorial é assinado pela Direção Nacional do MST e pelo Setor de Educação do MST. A ausência do Setor de Comunicação, pode sugerir que o Jornal não se pretende centralmente um veículo informativo. Novamente sua intencionalidade política e pedagógica se sobrepõe às características de um meio de comunicação convencional, mesmo na tradição dos movimentos sociais. Reproduzo aqui o último parágrafo do texto editorial, como evidencia do conteúdo articulador do coletivo, dos sujeitos sociais em movimento, com vistas à reforma agrária e à transformação social :

“Nossos pais, mães, militantes dirigentes que fazem parte do MST conversaram muito, em todos os espaços e reuniões, a importância do cuidado com a infância na luta pela terra, pela Reforma Agrária e pela transformação da sociedade. O movimento quer que continuemos sendo os Sem Terrinha do MST. E seremos! Por isso, vamos aproveitar bem o nosso jornal e manter as próximas edições, enviando notícias de nossos estudos, escolas, brincadeiras, jogos, danças, teatros, esportes e; das nossas lutas pelos direitos de todas as crianças do Brasil.”

PROSA Rosa e Natalino contam para nós como foi V Congresso Nacional do MST, realizado em julho, em Brasília

Você foi no V Congresso do MST em Brasília? Se foi vamos lembrar juntos alguns momentos, e se não foi vamos te contar o que aconteceu.



O V Congresso aconteceu entre os dias 11 e 15 de julho e reuniu mais de 17 mil trabalhadores e trabalhadoras rurais Sem Terra. Veio gente de todos os estados! Com certeza alguém da sua região estava presente, ou até mesmo do seu assentamento.



O Congresso acontece de cinco em cinco anos. Em cada período assumimos uma palavra de ordem que neste Congresso é: Reforma Agrária: Por Justiça Social e Soberania Popular. Vamos gritar juntos?

O Congresso é um momento de estudo, luta e festa. Tinha muita comida de todas as regiões e também música. Cada estado tinha uma barraca com artesanato e produtos agroecológicos produzidos nos assentamentos.



Jornal Sem Terrinha, outubro de 2007

Em todos os números analisados se encontra uma Reportagem de conteúdo mais denso, com intuito de trazer ao conhecimento das crianças alguns assuntos com um maior grau de profundidade. No primeiro número a Reportagem diz respeito ao V Congresso Nacional do MST, realizado em Brasília. Nesta matéria aparecem os dois personagens que guiam os pequenos leitores ao longo das Edições do Jornal: Rosa e Natalino.

Os dois personagens contam as crianças como se deu o Congresso, intercalando pequenos textos com imagens para situar aquelas crianças que não puderam participar. No Congresso é criada a Escola Itinerante Paulo Freire, fato destacado na matéria. A participação dos Sem Terrinha em um programa de rádio e a visita do então ministro da Educação, Fernando Haddad, aos Sem Terrinhas também merecem destaque.

3 Brincando também se aprende a ler jornal

O Cantinho da Diversão é a Seção que vem sempre na última página do jornal. Segundo a descrição do próprio JSTerrinha: *“Jogos, curiosidades e muita história para contar e descontrair”*. Na edição número um, entre outras coisas há um Box com a seguinte pergunta: O que é Mitologia?. Novamente as figuras de Rosa e Natalino “explicam” às crianças o significado da palavra. O trecho é reproduzido a seguir, como demonstração da intenção educativa do jornal e do possível uso nas atividades das escolas:

“Mitologia é o estudo de mitos, que são histórias de uma cultura específica. O mito é uma narrativa com símbolos que descrevem a origem do mundo, de onde vêm os animais, os homens. A seqüência de tempo dos mitos é extraordinária - um “outro” tempo o tempo antes do mundo vir a ser como o conhecemos.”.

Conhecimentos como o tempo de gestação de vários animais também é um dos assuntos trabalhados nesta página, rica em ilustrações e com muitas cores. Ademais, se percebe um zelo com a recuperação da tradição e das dimensões simbólicas da cultura popular em todas edições analisadas, como é o caso das brincadeiras infantis. Nessa edição um Box narra uma historinha sobre a brincadeira de peteca e apresenta ilustrações de crianças brincando, como se lê:

“Brincadeira de peteca

Quando os portugueses chegaram ao Brasil, viram os índios brincando com uma trouxinha de folhas cheia de pedras amarradas a uma espiga de milho. Chamavam o objeto de peteka que em tupi significa bater. A brincadeira foi passando de geração em geração e tornou-se um esporte.”



Jornal Sem Terrinha, julho de 2008

Como afirmado anteriormente, essa edição foi escolhida por tematizar o Saci Pererê, ícone da Cultura Popular. O editorial está localizado na capa, em um Box junto a ilustração do Saci em um Redemoinho, como que anunciando sua chegada. Percebemos também que o Saci retratado tem feições juvenis para criar uma identificação com as crianças leitoras do periódico.

Mais uma vez assinado pela Direção Nacional do MST, o Editorial, apresenta os temas do jornal. A peculiaridade desta edição é que a mesma é temática, todas as seções versam sobre o saci e seus “companheiros”: curupira, boto cor-de-rosa, Iara.. O texto afirma que:

“As histórias do Saci precisam ser resgatadas, pois nos dias de hoje as nossas matas, nossa terra e nossos animais são muito maltratados pelas pessoas e o Saci sempre se

mostra como aquele que cuida da natureza. Nós, crianças, temos que ser aqueles que fazem a vontade do Saci se tornar realidade! Vamos ser os guardiões da natureza, que depende de nós e nós, dependemos da natureza.”⁶⁵

Uma das características mais marcantes neste Editorial, assim como no conjunto da edição é o respeito às peculiaridades de gênero, desde a escrita. Forma e Conteúdo se articulam para dizer da visão de mundo que deseja combater também as opressões de gênero. Construções como “Meninos e Meninas”, “Amiguinhos e Amiguinhas”, são comuns. Há também no final do texto uma convocação à participação das crianças na construção do jornal: “*E não esqueça de enviar seus desenhos, suas cartinhas, suas histórias!*”.

Seguindo o desenho editorial desde a edição inaugural, encontra-se uma Reportagem, tematizando o “Especial lutador: Vamos procurar Saci?”

O texto, assinado pela Jornalista e Historiadora Márcia Camargos, abre espaço à presença do estudo e da pesquisa afinadas com o sentimento do jornal. Como destaque, o Saci é apresentado às crianças como um lutador social. Na primeira edição do Jornal essa mesma seção; Especial Lutador apresentou a figura de Ernesto Che Guevara. Revolucionário latino-americano. O Saci assim é descrito:

“Trança a crina e o rabo dos cavalos e castiga os caçadores que matam a fêmea com filhotes pequenos. Detesta quem persegue os bichos por pura maldade. Escancara as porteiras do curral para soltar os animais e derruba as cercas dos latifúndios. Para ele, a terra não tem um dono só, pertence a todos que nela trabalham e plantam. Mas afinal de contas, quem é este personagem que desperta tanta curiosidade? De onde veio e qual sua importância para nós? Uma das figuras mais conhecidas do folclore nacional, o Saci é uma espécie de síntese do povo brasileiro, formado por índios, negros e brancos. Surgiu há dois séculos entre os tupi-guarani na zona que faz fronteira com o Paraguai. Recebeu o nome de *çaacy perereg*, que significa olho-mau saltitante no idioma tupi.”

A personagem do Saci é ressignificado, dando às Crianças Sem Terra a possibilidade de articular aos significados recolhidos do folclore, algum conhecimento das raízes indígenas e mesmo da síntese cultural brasileira. O mesmo é apresentado como um lutador *que escancara derruba as cercas do latifúndio*. São atribuídos a ele sentimentos e opiniões como o de que *a terra pertence a todos que nela trabalham e plantam*. Isso ocorre para facilitar a

⁶⁵ Jornal das crianças Sem Terrinhas. Ano I – nº – outubro de 2008. Pág. 1.

Em *O Saci não está sozinho*, o curupira, o boto cor-de-rosa, a Iara e o boitatá são mostrados em uma perspectiva semelhante a do Saci. Como lutadores e guardiões da natureza e das tradições. A linguagem usada aproxima as crianças dos temas da cultura popular e do universo camponês. Frisamos mais uma vez que essas personagens, muitas vezes tem sua imagem associada aos desenhos animados ou programas infantis que os apresentam apenas sob a ótica do entretenimento e certas vezes de modo pejorativo – superstição, atraso cultural ou concernente a um mundo que já se foi.

Na seção *Brincadeiras*, são estimuladas as brincadeiras grupais. Como de resto, o estímulo à convivência grupal é explicitado no conjunto da publicação. Desde as brincadeiras às referências as leituras coletivas. Leituras em escolas, cirandas. Visto que a tiragem do jornal é reduzida, a possibilidade de cada criança poder manusear um exemplar de jornal é muito pequena. Além do que, a aposta pedagógica que se quer construir quer prosperar o sentido coletivo na vida vivida de todo dia; na brincadeira de roda, na ciranda, como na marcha e na luta .

A edição de setembro de 2008, tem a tarefa de preparar as crianças Sem Terra para a jornada de lutas de outubro. A capa do jornal se apresenta com um desenho de uma criança que lembra, ao mesmo tempo um rosto e a bandeira do Brasil com outras cores que não remetem especificamente à noção conservadora de patriotismo. A frase *Lutamos Por um Mundo Melhor!* vem margeando o desenho, a que se segue o Editorial.

JORNAL DAS CRIANÇAS
 SEM TERRINHA
 AVO 1 - Nº 6 - SETEMBRO DE 2008



LUTAMOS POR UM MUNDO MELHOR!

EDITORIAL

Lutar por escola, terra e dignidade!

Está chegando outubro e você sabe que é o mês que todos lembram das crianças! Mas o engrado é que muitos acham que para lembrar de nós, basta nos darem balas ou em alguma luta até mesmo brinquedos... Isso quando se tem dinheiro para comprar alguns crêis. Mas nós, Sem Terrinha da MST, ao longo dos anos temos mudado um pouco as comemorações do mês de outubro. A exemplo da luta que fazemos com nossas famílias no dia-a-dia de Movimento, também nos organizamos e vamos à luta para mostrar que seria muito bom se fossemos lembrados todos os dias. Com escola perto de nossas casas para nós podermos ficar sem estudar os temas que andar muito para chegar até lá.

Lembrar da criança poderia ser também, ter terra para todas as famílias poderem plantar, colher e alimentar as crianças e todos os pessoas de nosso Brasil.

Lembrar de nós, crianças, também seria muito bom no hora de incentivar o cultivo de alimentos saudáveis sem veneno e modificações que podem nos prejudicar ou destruir a natureza.

Também seria muito bom que quando os adultos pedirem ou destruam os matos ou matam os animais também lembrassem que somos crianças e que gostaríamos de encontrar um mundo melhor quando crescermos.

Que os adultos lembrassem que onde moramos, seja em assentamentos ou assentamento ou até mesmo em grandes cidades, queremos lugar para brincar e para praticar esporte.

Mas amiguinho e amiguinha, a gente precisa lutar para que se lembrem de nós desta forma. É que cuidem do mundo e de todas as pessoas. Então temos que nos organizar neste mês para que quando chegar outubro a gente possa fazer uma grande luta em todo nosso país. Pode ser luta dentro dos assentamentos e acompanhamento para lembrar de nossas necessidades locais, pode ser lutas regionais com crianças de vários assentamentos e acompanhamento e também pode ser uma luta estadual onde podemos nos encontrar com todos os Sem Terrinha de nosso estado. Vai ser muito legal!

O bom é que em nossas lutas dançamos, brincamos, cantamos e temos a oportunidade de participar de oficinas onde aprendemos muitas coisas diferentes e com certeza **LEMBRAMOS** os assuntos de nosso país todos os nossos direitos. Então é que você está fazendo? Como e se organize também...
 Viva as crianças Sem Terrinha! Viva!

DEBORA NACIONAL DO MST

Jornal Sem Terrinha, setembro de 2008

Lutar por Escola, Terra e Dignidade! Esse é o título e o tema editorial. O jornal tem o papel de anunciar a palavra de ordem da Jornada de Lutas dos Sem Terrinha que acontece em outubro. O primeiro parágrafo do editorial diz: “*Está chegando outubro e você sabe que o mês que todos lembram das crianças!*” Ao longo da escrita o texto se contrapõe à publicidade do capital em torno do dia das Crianças, e constrói como argumento central a luta por direitos.

“*Lembrar da criança poderia ser também, ter terra para todas as famílias poderem plantar, colher e alimentar as crianças e todas as pessoas de nosso Brasil.*” A frase reforça a idéia de que a luta pela terra é uma luta de todos. Homens, Mulheres e Crianças. A Família é a responsável por conduzir a luta sem a prevalência da figura masculina como chefe.

No conjunto do JSTerrinha é construída a representação de uma criança-sujeito. Essa é a idéia motriz de toda a produção do jornal, porém a projeção da criança como futuro também é encontrada em alguns momentos como nesse trecho do Editorial:

“Também seria muito bom que quando os adultos poluem ou destroem as matas ou matam os animais silvestres lembrassem que somos crianças e que gostaríamos de encontrar um mundo melhor quando crescermos.”⁶⁶

Outra característica que permeia o periódico é a presença da mística na construção do MST. Símbolos, canções, palavras de ordem, a cor vermelha são elementos presentes. A mística é algo que move as pessoas a seguirem lutando junto ao Movimento Sem Terra, ainda que em meio às adversas condições materiais, ao sofrimento embaixo da lona preta do acampamento e após longos dias em marchas. É uma materialização do sentimento de esperança da conquista de um futuro com mais igualdade entre o povo que vive do seu trabalho e conquista seus direitos, historicamente usurpados. No MST desde cedo as crianças aprendem, através do convívio, o que significa a mística e a reproduz por meio das brincadeiras ou mesmo nas participação em momentos de criações culturais e místicas. E no JSTerrinha a mística é uma forma de se trabalhar a pertença das crianças à luta pela terra e a seu Movimento.

Segundo Ademar Bogo:

“Poderíamos utilizar outras palavras para definir a animação, a persistência, o gosto pela luta e a permanência nela, apesar das dificuldades. Mas nenhuma delas teria a amplitude e o alcance que têm a definição da palavra mística. A mística para os Sem Terra é mais do que uma palavra ou um conceito. É uma condição de vida que se estrutura através das relações entre pessoas e as coisas no mundo material. Entre idéias e utopia no mundo ideal.”⁶⁷

⁶⁶ Jornal das crianças Sem Terrinhas. Ano I – nº – out 06 outubro de 2008. Pág. 1.

⁶⁷ BOGO, Ademar. *Lições da luta pela terra*. Salvador: Memorial das Letras, 1999.

JORNAL DAS CRIANÇAS

ANO 2 - Nº 1 - JAN/FEV 2009

SEM TERRINHA



REPORTAGEM

Viva o MST!

Como sempre, 2009 não foi bom, na certeza de que não está passando nada sem muitas lutas. Quantas atividades, noites de estudo nas prefeituras e universidades de educação na luta por escolas, merenda nos municípios de Sem Terra, a liberdade na infância, e tantos outros lutas. É a criança dos acampamentos e a organização do MST. Resumidamente a sua identidade Sem Terrinha e por isso a construção é de luta do Movimento...

Neste ano, também muito animado para comemorar o nosso aniversário. Já 25 anos de MST! 17 meses, meses 25 anos, da Sem Terrinha para o Brasil de Vida e a luta da construção de sua. O Movimento luta também com a luta pela educação, saúde, trabalho e também pelas lutas que vivem nos acampamentos e organizações organizadas em torno do nosso país.

É bom lembrar que para se chegar nestes 25 anos de história, muitas lutas e conquistas e nós permanecemos firmes na luta pela terra, família e justiça para poder reivindicar o direito ao trabalho, à comida, à moradia, e uma vida digna...

É a organização de famílias organizadas no LUGAR, que vai ficando bonito, seguro, amado e gostoso de morar. É gostoso por que tem muita gente para conviver, aprender, brincar e organizar a vida coletiva. LUGAR é como a casa de água, de mar, de brisa. É a vida em comunidade que é a paixão do MST. É a luta pela terra e a vida. Com esse cuidado e amor, a produção de alimentos, mato, arroz, feijão, legumes, verduras, frutas, permito que a organização seja uma referência para outras organizações e famílias.

A luta inicial do MST é pelo direito à terra, pelo direito de produzir os alimentos saudáveis e acessíveis para todos e produção. Mas não só isso. Lutamos por

muito mais. Lutar por a não ser apenas de ordem! Movimento Sem Terra. Por Escola Terra e Dignidade.

A escola que o MST construiu é a luta pela construção de a escola do Movimento. Hoje o MST tem um compromisso de garantir que todos os Sem Terra estudem, e para estudar é preciso que tenham a escola, e também garantir todo o espaço produzido na comunidade. São fazendas de saber.

A terra é um bem comum e precisa ser compartilhada, não pode ser vendido na. É a luta pelo direito que todos e a comunidade deve reivindicar. É a luta pela que a gente produz todos os nossos alimentos de vida.

Muitas coisas ainda faltam e a gente segue se organizando para melhorar nosso LUGAR e nosso Brasil. Por isso, a participação dos Sem Terrinha é fundamental.

COORDENADORIA NACIONAL DO MST

Jornal Sem Terrinha, Janeiro de 2009

Em janeiro de 2010, o MST, completou 25 anos de existência, celebrando lutas, conquistas e revezes. O JSTerrinha produziu uma edição especial sobre o tema. A capa traz uma gravura comemorativa aos 25 anos, a mesma gravura foi usada em todos os materiais de comunicação que versavam sobre os 25 anos.

A iconografia representa a figura do globo terrestre rodeado de bandeiras vermelhas e gente de mãos-dadas formando uma grande ciranda. No meio, destacada uma grande bandeira do Movimento e logo abaixo, em menor tamanho, uma bandeira da Via Campesina. Do globo caem gotas de água que regam e fazem florescer um pequeno jardim, representado na imagem à maneira de sementeira, quicá das flores e frutos da utopia e do horizonte de esperança.

A mensagem de luta pela terra e pelos direitos é de escala internacional, uma referência também aos ideais socialistas no legado da construção histórica do MST. A luta internacionalista e protagonizada pela gente de baixo, sem terra, sujeitos de direitos, juntas, de mãos-dadas, homens, mulheres e crianças. A capa e o editorial remetem à exclamação *Viva o MST!* em destaque no centro da página, como antecipando o hino de celebração ao coletivo que se quer em marcha, como na história.

O editorial tem um tom de celebração, comemorativo, alegre, de júbilo pelo aniversário de sua própria história. De importância destacar este calendário que se vai afirmando, negando a prática secular de excluir de uma história da dominação. Um dos trechos afirma o sentido de Comunidade, como aspiração e devir, mas também como prática e aprendizado cotidiano:

“Neste ano, estamos muito animados para comemorar o nosso aniversário. São 25 anos de MST! Viva!!! Nesses 25 anos, os Sem Terrinha participaram da vida ativa na construção da sua comunidade juntamente com seus pais, amiguinhos, educadores, professores e tantas pessoas que convivem nos acampamentos e assentamentos organizados em todo nosso país.”⁶⁸

Outra informação que se pode inferir deste editorial é que o mês de janeiro apenas inicia as comemorações, que aconteceram por todo o ano de 2009. Para o MST, por comemorações entende-se além do Encontros e das Festas, formas de luta. Marchas, ocupações de fazendas, órgãos públicos, ações em supermercados, fábricas. Todos esses argumentos tiveram como mote além da reivindicação da Reforma Agrária, os 25 anos de existência do MST.

“*Nossos compromissos com a terra e com a vida*”, documento aprovado no quarto Congresso do MST, em 2000 é retomado no texto editorial, entre eles o compromisso com a educação dos Sem Terra e em especial dos Sem Terrinha. Em um trecho o editorial afirma a

⁶⁸ Jornal das crianças Sem Terrinhas. Ano II – nº – out 09 outubro de 2008. Pág. 1.

comunidade como a escola do conhecimento, possibilidade de construção de novos e compartilhados saberes :

“A escola que o MST construiu e luta para construir é a escola do conhecimento. Hoje, o MST tem um compromisso de garantir que todas e todos os Sem Terra estudem, e para estudar é preciso que além da escola, a gente conheça todo o espaço produzido na comunidade .Isso faz parte desse saber.”

Mais uma vez a convocação das crianças à organização e luta junto com suas famílias é ressaltado no Editorial; o último parágrafo afirma: *“Muitas coisas ainda faltam e a gente segue se organizando para melhorar nosso Lugar e o nosso Brasil. Por isso, a participação dos Sem Terrinha é fundamental!”*.

Nessa edição, a *Reportagem* “O que é Reforma Agrária?” destaca elementos significativos à compreensão da própria existência do MST. É inegável que o JSTerrinha apresenta um tipo de jornalismo adaptado às crianças: linguagem, diagramação, fotografias. Um jornalismo voltado às crianças, mas não em abstrato. Um jornalismo voltado à infância pobre, uma infância Sem Terra. Diante disso o gênero jornalístico também passa a ter uma outra conotação. Nesta edição, o que nomeamos de Reportagem é substituída por uma história infantil que explica as crianças o sentido da Reforma Agrária.

“– Eu moro no assentamento. Disse Lázaro com voz firme ao colega da 5ª série que simpatizou com a sua mochila vermelha com a foto de Che Guevara.”. Assim inicia-se a história que gira em torno do diálogo entre dois meninos em uma escola. Lázaro e Danilo são os protagonistas. Lázaro mora em um assentamento e agora tem que freqüentar a escola na cidade e Danilo é filho de um pequeno comerciante e sempre estudou na cidade.

No decorrer da narrativa, Danilo começa a fazer perguntas à Lázaro sobre o assentamento, abordando temas e estereótipos preconceituosos a respeito dos Sem Terra e, em uma conversa entre crianças aparecem temas como a violência. A narrativa discorre também sobre os assentamentos do MST:

“Lázaro explicou que foi através de uma ocupação com muitas famílias organizadas pelo MST. Realizaram reuniões e se prepararam com lonas, alimentos, ferramentas e sementes. A que uma noite, quando ninguém esperava, a multidão chegou diante da porteira da fazenda “Paraíso”. Arrebentaram a corrente, entraram e logo adiante começaram a armar as barracas com lonas e palhas.”

A relação entre Assentamento e Reforma Agrária é tratada no texto de forma compreensível às crianças, tecendo analogias a elementos comuns como a formação da família. A Reforma Agrária é explicada como parte da preparação das condições para o assentamento. E com a Reforma Agrária se conquista a terra, a casa, a escola, a luz elétrica. A história esclarece o que é a tarefa do MST na conquista pela Reforma Agrária: “*Cabe ao MST organizar as famílias antes e depois da terra conquistada*”.



Jornal Sem Terrinha, Janeiro de 2009

A partir desta edição do JSTerrinha a seção *Cantinho da Diversão* transforma-se em *Brincadeira de Crianças*, a página opta por reduzir conteúdos escritos em favor de conteúdos visuais, com a intenção de incentivar as brincadeiras coletivas entre as crianças nos acampamentos e assentamentos. Neste número, a Seção ensina a maneira de se fazer dois brinquedos artesanais feitos com materiais de fácil acesso na comunidade do assentamento.

O primeiro brinquedo, *pára-quedas de plástico* produzido com sacolas plásticas e folhas de jornal, o segundo é um *barangandão arco-íris*, nesse caso antes de ensinar os

procedimentos da produção é apresentada uma pequena história do brinquedo, onde e surgiu e como é usado.

As ilustrações dessa página se constituem de desenhos feitos por crianças. Imagens de meninos e meninas feitas com traços artesanais que não causam uma identificação direta com nenhuma criança em particular. Não são especificadas a cor da pele, do cabelo, as feições físicas das ilustrações.

O jornal de número 13, veiculado em junho de 2009, é lançado após um ano e oito meses da edição inaugural. Inicialmente, é notória a mudança visual na produção do jornal, que passava por um processo de pequenas modificações. Muda-se o tipo de letra, as formas dos contornos ficam mais arredondadas, diminuem as fragmentações de textos e, nas páginas centrais, aumenta o número de ilustrações e aparece uma grande ilustração feita por adulto para o Jornal Sem Terrinha, espaço que até então não trazia desenhos de adultos, no interior do Jornal.



Jornal Sem Terrinha, Julho de 2009

A capa e o editoria tematizam as festas juninas. A ilustração da capa mostra um acampamento enfeitado com bandeirinhas da festa de São João e o Editorial apresenta características acentuadamente pedagógicas; incentivando a leitura e a escrita. O autor de texto se apresenta como uma criança Sem Terra e se refere as comemorações no assentamento onde mora. O editorial afirma a festa junina como festa da colheita, clara alusão à recuperação da matriz cultural camponesa:

“Esta edição vamos conversar um pouco sobre a festa junina, ou melhor, a festa da colheita. Espero que você aproveite bastante nosso jornal. E que tal organizar uma festa da colheita em seu assentamento ou acampamento? Se você fizer alguma atividade diferente, mande pra nosso jornal como foi que aconteceu.”⁶⁹

⁶⁹ Jornal das crianças Sem Terrinhas. Ano II – nº 13 – junho 2009. Pág. 1.

Nessa edição , a *Reportagem, Festa da Colheita* apresenta diferenças em relação ao espaço das edições anteriormente analisadas. Do corpus documental nesta pesquisa é uma das maiores matérias analisadas. Ocupa duas páginas do jornal (2 e 3) e versa sobre a origem e o significado das Festas juninas, com destaque para uma dimensão da vida camponesa, em que se combinam a fartura e a alegria, um mote para abordar a história da agricultura:

“Mas quem sabe de onde veio tanta fartura e alegria? Se perguntarmos aos mais velhos eles vão contar que tudo começou na roça há muitos e muitos anos. A agricultura sempre foi muito importante para todos os povos, pois por meio dela é que obtemos os alimentos. O solo era preparado carinhosamente e nele jogadas as sementes que germinavam, geravam flor, fruto; e logo se fazia, como até hoje, a colheita que se transformava numa grande festa.”

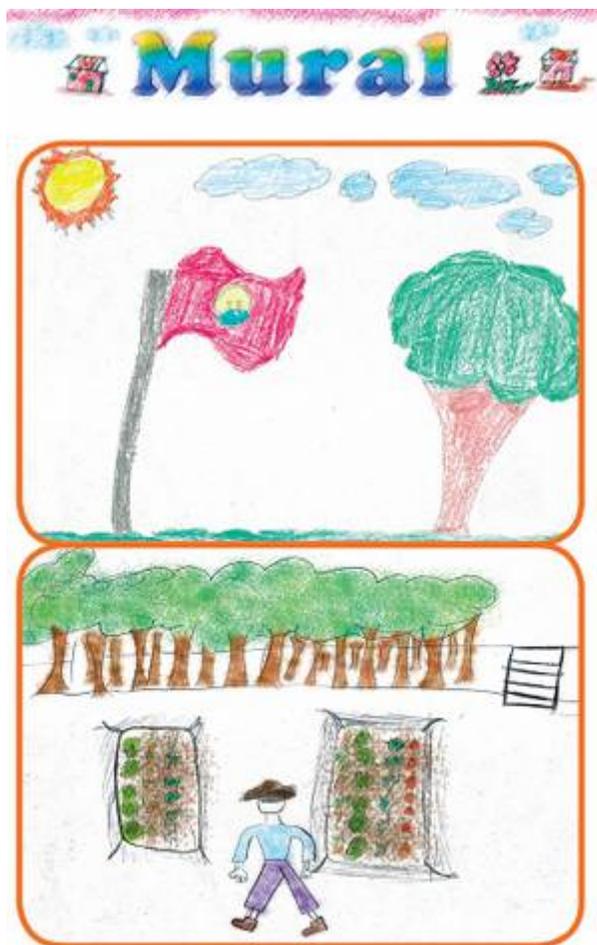
O texto afirma que muitos povos do mundo realizam festas e rituais em junho, para celebrar o início da colheita. Entre esses povos estão os portugueses e os índios, daí provém o fato de realização desses festejos, também no Brasil. Especialmente no Nordeste as festas juninas celebram a colheita do milho. O costume de dançar quadrilhas também é historicizado no texto:

“E para dançar? A famosa quadrilha!! Uma tradição que veio da França – que tem passos inspirados nas danças da nobreza – e que aqui virou um dos momentos mais divertidos da festa. E todo mundo pode dançar!!”

Além da quadrilha são ressaltadas outras danças comuns em determinadas regiões do país. No JSTerrinha a preocupação do sentido histórico-cultural , em fazer com que crianças de todo o país se sintam parte da publicação é notória. Sempre são trazidos exemplos de vários estados ou regiões do Brasil, já que o MST se encontra organizado em 23 estados da federação.

O Jornal Sem Terrinha pode possibilitar aos seus leitores o conhecimento de um maior número de variedades lingüísticas, no âmbito das variedades regionais e dialetais, mas também a importância da ortografia para que as pessoas possam se compreender de norte a sul, de leste a oeste do país.

Mesmo ocupando muito espaço não há muito texto, grande parte das duas páginas são ocupadas por ilustrações e desenhos enviados pelas crianças. Como os reproduzidos abaixo:



Jornal Sem Terrinha, Janeiro de 2009

O texto incentiva as crianças à organização coletiva de uma festa junina em seu acampamento ou assentamento. Sugere elementos de ambiente, enfeites, comidas típicas, sempre ressaltando que tudo deve ser feito em acordo com todos os moradores dos assentamentos e acampamentos. No último parágrafo são destacados mais uma vez os valores para o MST: *“Para nós, Sem Terra, as festas significam ainda o valor da luta coletiva e da conquista da terra que permite a colheita de todos esses frutos e uma vida digna e livre!”*

N’O *Cantinho da Diversão* desse número uma ilustração retrata uma festa junina para as crianças colorirem. Como dito anteriormente, a tiragem do JSTerrinha não é suficiente para que cada criança dos assentamentos e acampamentos possa ter um jornal individualmente. No caso desta atividade, que é individual, no alto da página vemos um ícone com a seguinte advertência: *“Atenção Educador! Evite Brigas! Faça cópias para seus educandos e educandas!”*

Nota-se a preocupação do jornal, para que o mesmo não vire alvo de disputas ou desentendimentos entre as crianças, além disso vemos que a intenção do MST é que o JSTerrinha seja usado, prioritariamente, nas escolas, cirandas e espaços coletivos. A advertência para o número de cópias não se dirige aos pais e sim aos educadores.

Não por acaso encontramos, a partir dessa edição, nessa mesma página uma nova coluna chamada “*Para o educador\|a*”. O quadro abre uma nova perspectiva na utilização do Jornal, pois inicia um diálogo direto com educadores, escolas e familiares.

Aqui o jornal se propõe ampliar para além da sua materialidade, a cada edição, formas de subsídio de leitura em contextos de formação de crianças mediada por adultos. Encontram-se indicações de materiais para leitura como livros infanto-juvenis de literatura do circuito editorial que dividem espaço com as produzidas pelo próprio Movimento. Indica também filmes infantis que podem auxiliar no aprendizado de determinados temas. Percebe-se então uma mudança no padrão editorial em relação às edições anteriores, com incorporação de sugestões de outras produções culturais, bem como por mostrar a necessidade e importância de mediações pelos educadores como fator de ampliação do repertório cultural das crianças.

4 História e Memória como pedagogia do exemplo

Na edição de número *17*, A imagem de capa , assim como o texto, segue o critério pontual de cada edição. A forma como é inserida varia quanto ao tema da própria imagem, da resolução que vai ganhar quando digitalizada e da diagramação do jornal. Isso porque deve estar relacionada ao tema ou apenas servirá para ilustrar(sem compromisso de conteúdo/ornamentar) o jornal. Nesta edição a capa e o editorial trazem como tema Cuba e na capa um desenho de Fidel Castro, feito por um Sem Terrinha.

JORNAL DAS CRIANÇAS

Vol. 2 - No. 17 - Outubro de 2009

SEM TERRINHA



Vamos falar sobre a REALIDADE?

Para nos conhecer é preciso saber interpretar a nossa própria "realidade". Ou seja, nos perguntar "quem somos?", "de onde viemos?", "como estamos aqui?", "por que as coisas ao nosso redor são como são?"...

Parece algo fácil, não é mesmo? Mas muitas vezes temos dificuldade em perceber que as coisas distantes aos nossos "olhos" também têm a ver com "a nossa realidade".

Existem diferentes realidades. Podemos dizer que cada uma delas é resultado de uma cultura diferente, costumes, jeitos de vestir, o que comer... Mas existem também diferentes realidades que são resultado de uma situação social. Por exemplo, percebemos na realidade de nosso país que muitas pessoas vivem em situações muito desiguais: não têm acesso à escola, não têm atendimento de saúde, não comem todos os dias, moram na rua... Você pode lembrar de muitas outras situações que nós mesmos Sem Terrinha vivenciamos, como quando estamos acampados porque não temos o Terra...

Nosso jornal vai falar de um outro país, que já viveu uma realidade muito difícil. Mas o povo lá encontrou um jeito de fazer as coisas melhorarem. Vamos ver como foi que isso aconteceu?

Espera um pouquinho! Segura sua curiosidade!

Antes, tente imaginar como seria um lugar onde todos, eu estou falando **TOCOS MESMO**, tenham comida todos os dias, onde não exista nenhuma criança e nem adulto dormindo na rua, ninguém seja analfabeto, todos possam estudar até a universidade, tenham saúde de qualidade, recebam os remédios de graça e quem quiser pode estudar música, teatro e muito mais!

Você está me perguntando se lá tem problemas?

Claro que tem! Mas com todos estes direitos garantidos, com certeza as pessoas conseguem enfrentar com mais força os problemas que existem!

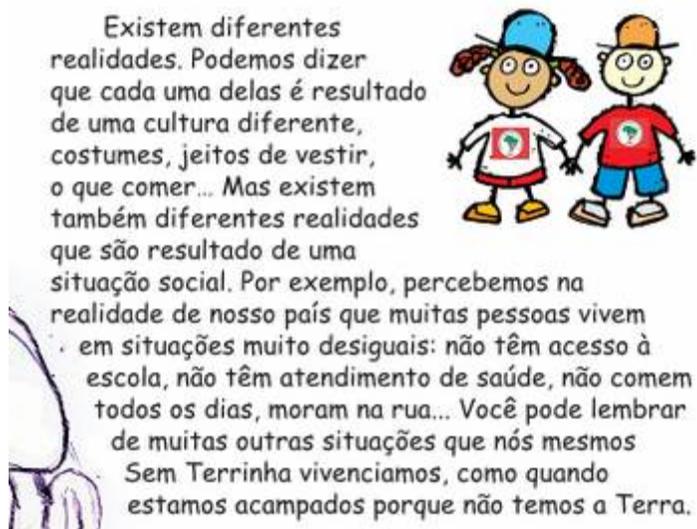
Então, agora vamos conhecer um pouquinho da realidade deste lugar?

Sua leitura!



Jornal Sem Terrinha, Outubro de 2009

Vamos falar sobre a Realidade; Este é o título do Editorial que traz Cuba como exemplo de país socialista. O texto do editorial não usa a palavra socialista, classifica um país onde todas as pessoas tem o que comer, onde dormir, todas as crianças frequentam a escola e tem direito a saúde. Tudo é apresentado como um exemplo real de conquista de direitos. Em contraposição a essa realidade apresentada, o jornal também fala da situação social do Brasil:



Jornal Sem Terrinha, Outubro de 2009

Apesar de o texto ser de um conteúdo enaltecedor e de reconhecimento positivo de uma dada realidade, o texto pontua problemas vividos em Cuba, destacando que o povo se une para tentar solucionar. Esta edição sobre Cuba segue uma proposta de calendário de luta e é veiculada no mês em que se aborda a memória de Ernesto Che Guevara, um dos mais ativos militantes da Revolução completaria 80 anos.

N'a *Reportagem-Viva Cuba – 50 Anos da Revolução!* a matéria tem um viés educativo e se inicia contando a história da Ilha antes da Revolução de 1959. Como desenho, um mapa de Cuba, ajudando as crianças em seu sentido de localização espacial. O jornal, nesse sentido, tem buscado trilhar um caminho pelo Brasil e pelo mundo. Dessa maneira as crianças viajam sem sair do seu assentamento e acampamento, e vão conhecendo uma geografia da luta social, culturas de vários lugares, origens das coisas que muitas vezes estão ali em seu dia a dia e nem sabem que pessoas do outro lado do planeta também tem contato com elas, como, por exemplo, as festas, as danças, as brincadeiras e as crenças.

Nas viagens e trânsitos entre culturas, os Sem Terrinha podem levar para casa em sua bagagem conhecimentos como a religião cultivada por outras crianças de outros países, brincadeiras de diferentes regiões do Brasil, o que comem, o que plantam, cantam, dançam, e como se relacionam com a terra, que tem se apresentado como eixo central do jornal das crianças Sem Terrinhas. A cultura em vários momentos é trazida ao jornal como tema de estudo, e sempre articulada à terra – de luta, de moradia, de pertença, de

comunidade, de cultura... São as danças que celebram a chuva que banha o solo e o torna mais fértil, são as sementes produzidas que geram o alimento. É o alimento presente nas festas de agradecimento pela boa colheita, ou mesmo, antes dela, como um pedido à terra.

Em seguida o jornal conta como ocorreu a Revolução Cubana:

“Em 1950, o povo começou a se organizar para lutar contra as maldades do presidente Fulgêncio Batista. Entre os principais líderes deste movimento havia um estudante chamado Fidel Castro, que na luta foi preso e mandado embora para o México. Mas não desistiu! Lá, conheceu Che Guevara e juntos organizaram um grupo de militantes. Eles decidiram voltar para Cuba e combater o exército, que defendia os interesses do presidente.”⁷⁰

A história da Revolução Cubana e do papel da comunicação, em especial do rádio, é ressaltado no texto. A reconstrução de Cuba, após a Revolução é detalhada, principalmente, a Reforma Agrária e a universalização da educação; em toda a matéria Cuba é apresentada como exemplo, modelo e inspiração para o MST.

Ao lado do texto, a matéria traz uma ilustração de Fidel Castro e um outro revolucionário nos estúdios de uma rádio para as crianças colorirem. A tentativa de interagir com os Sem Terrinha se manifesta nessas sugestões de uso do jornal e no incentivo a que as crianças mandem seus desenhos e textos para o jornal.

Já que o tema da edição de outubro é Cuba, a página do Cantinho da Diversão propõe uma atividade que trabalha a língua espanhola. A mesma orientação para o educador de que faça cópia da atividade vem também em destaque nessa página.

A atividade apresenta figuras de animais bem familiares às crianças: vaca, peixe, coelho, porco e galinha com seus nomes em espanhol, para que as crianças façam a correspondência entre a palavra e o desenho. As gravuras dos animais também são para as crianças colorirem. A gravura abaixo reproduz a atividade.

⁷⁰ Jornal das crianças Sem Terrinhas. Ano II – nº 17 – outubro 2009. Pág. 1.

Animais Espanhóis

Você sabe falar espanhol? Quer aprender algumas palavras?
Então ligue cada animal à palavra em espanhol
que corresponde ao seu nome.
Depois é só pintar as figuras.
Divirta-se!

1

2

3

4

5

A
GALLINA

B
PEZ

C
CONEJO

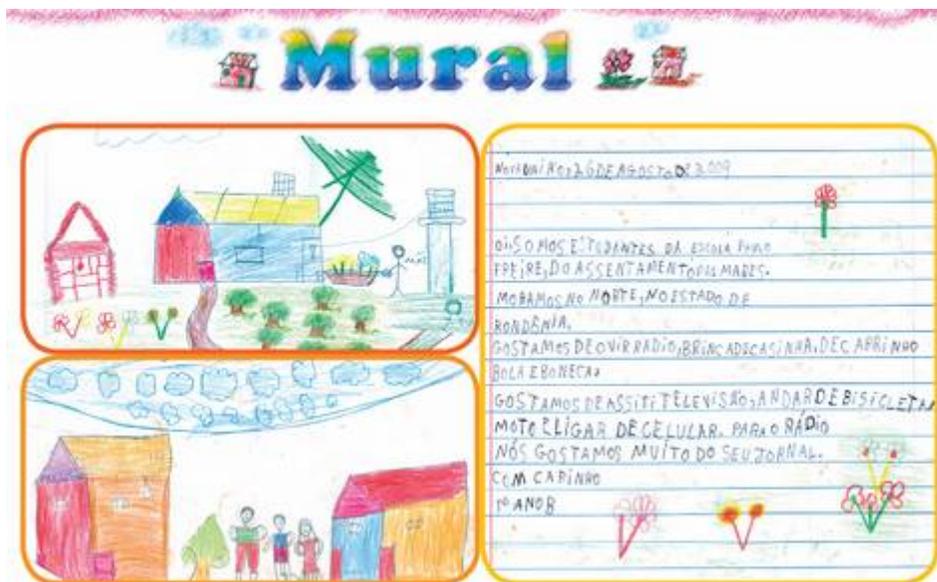
D
VAQUILLA

E
CERDO

Veja as respostas no rodapé desta página

Jornal Sem Terrinha, Outubro de 2009

Também nessa página vemos pela primeira vez, entre as edições analisadas, textos escritos e enviados pelas crianças. O jornal reproduz uma carta coletiva de crianças do primeiro ano, do Ensino Fundamental, da Escola Paulo Freire, no Assentamento Palmares, em Rondônia. Na carta as crianças dizem o que gostam de fazer e afirmam que gostam muito do jornal. Os escritos estão acompanhadas de uma gravura.



Jornal Sem Terrinha, Outubro de 2009

Os desafios da linguagem utilizada no Jornal, como tentamos demonstrar neste estudo, apresenta-se a cada edição. A produção de materiais escritos para a criança ainda é uma experiência nova para o MST, pois, embora existam alguns materiais já produzidos para esse público, eles foram produzidos de forma isolada e, algumas vezes, por profissionais externos ao Movimento.

O Jornal Sem Terrinha, assim como o Jornal Sem Terra é publicado bimestralmente, porém em algumas datas o Setor de Comunicação lança edições especiais, como nas datas das Jornadas de Lutas do MST. Assim em Abril de 2010 foi lançada uma edição extra dos Jornais Sem Terra e Sem Terrinha, o tema da edição é a Jornada Nacional de Lutas pela Reforma Agrária e pela Soberania Popular.

As edições de março e abril deste ano muito se assemelham ambas trazem como tema central as Jornadas de Lutas das mulheres (março) e pela Reforma Agrária (abril). As capas das duas edições reproduzem desenhos, que lembram os traços infantis, porém não podemos afirmar que foram produzidos por crianças pois as ilustrações não são assinadas e nem possuem legendas.

A edição de abril traz a imagem de uma muda de milho pronta para ser colhida, simbolizando a fertilidade e a necessidade da soberania alimentar. Estas informações são

dadas ao leitor no editorial que se localiza logo abaixo da figura. A gravura traz ainda imagens de um adulto, um cachorro e muitas flores e borboletas, além de um belo sol.

JORNAL DAS CRIANÇAS Ano 3 - Nº 33 - Março de 2010

SEM TERRINHA



Vamos escrever a nossa história!

Olá Sem Terrinha! Você sabia que no mês de março tem uma data muito importante para nós? É o dia 8, dia internacional das mulheres. Para nós, Sem Terra, ele é o dia de luta das mulheres.

Toda ano, muitas mulheres pelo país se organizam para realizar a **Jornada de Lutas**. São marchas, manifestações, debates... Aqui no assentamento vamos preparar uma linda história para homenagear as muitas mulheres que fazem parte do nosso luta e da história do Movimento.

Eu e mais dois amigos ficamos responsáveis por fazer a pesquisa sobre a vida e luta das mulheres Sem Terra e ficamos surpresos, pois nos livros de história de nosso país não encontramos nomes de mulheres que são lembradas, daí pensamos: "será que é por que as mulheres não tiveram participação importante nos acontecimentos históricos?".

Claro que não é isso! Podemos ver na MST a quantidade de mulheres que participam das lutas e de todas as atividades. Nestes milés, inéditos, não e muitos outros... Essas histórias geralmente não vão para os livros tradicionais. Mas a gente pode escrever a nossa própria história! Que tal começarmos pelas mulheres de nossos assentamentos e cooperativas? Podemos escrever textos sobre elas e fazermos um livro artesanal, o que você acha?

É importante lembrar que as Sem Terrinha já participam também das atividades de nosso Movimento juntamente com as meninas.

Você já viu uma foto de uma mulher do MST com uma criança no colo? Pois é! Ela se chama Roseli Nunes e morreu durante uma luta pela terra, mas já havia dito que: "prefiro morrer lutando do que morrer de fome!".

Este é um grande exemplo para todas e todas nós Sem Terrinha.

**Viva Roseli Nunes!
Viva as mulheres Sem Terra!**



Jornal Sem Terrinha, março de 2010

O editorial dos das edições de março e abril tematizam de uma forma extremamente didática as jornadas de luta. Na edição de março os direitos das mulheres são o principal assunto. O texto também traz informações sobre reconhecidas militantes do MST já falecidas. Entre elas o texto destaca Roseli Nunes com o trecho

Você já viu uma foto de uma mulher do MST com uma criança no colo? Pois é! Ela se chama Roseli Nunes e morreu durante uma luta pela terra, mas já havia dito que: "prefiro morrer lutando do que morrer de fome!".

Este é um grande exemplo para todas e todas nós Sem Terrinha.

**Viva Roseli Nunes!
Viva as mulheres Sem Terra!**



Jornal Sem Terrinha, março de 2010

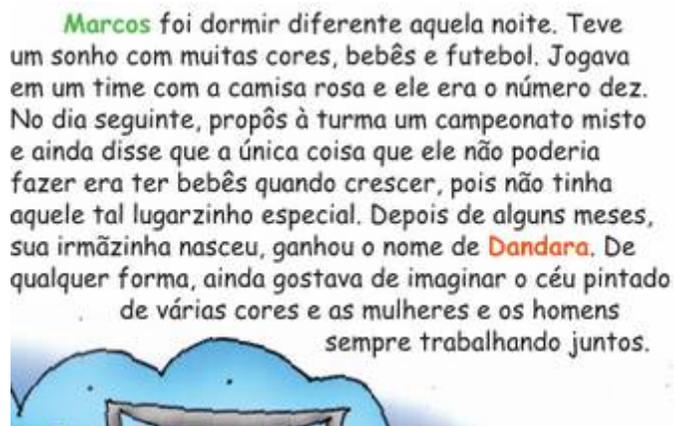
Já na edição de abril, além de o editorial apresentar argumentações sobre a Jornada de Lutas, estimula a participação das crianças nas atividades sejam elas nos assentamento ou

ocupações, marchas, caminhadas, mobilizações. Também são lembrados no texto os 19 Sem Terras mortos na chacina de Eldorado dos Carajás, há 14 anos, no dia 17 de abril de 1996. Um dos trechos afirma:

“Nós, Sem Terrinha, devemos sempre contribuir para mudar a realidade em que vivemos. Podemos participar das lutas com os nossos pais e companheiros, e em nossa escola, fazer algumas ações ajudando nosso acampamento ou assentamento a se mobilizar.”⁷¹

As Reportagens das duas edições se apresentam em forma de diálogos. Na edição de março o menino Ricardo, de seis anos, conversa com a família sobre a chegada de sua irmãzinha e na segunda o texto explica do ponto de vista da história, a chegada dos portugueses ao Brasil em 1500 e a dominação sofrida pelos indígenas que já se encontravam em nosso território no período.

No número de março os pais de Ricardo explicam ao garoto as diferenças entre meninos e meninas, mas sempre ressaltando que tanto homens, quanto mulheres possuem direitos e deveres. O texto afirma que todas as pessoas devem ser respeitadas, independente de raça, sexo etnia ou idade, ressaltando assim o papel dos meninos e meninas Sem Terra na sociedade. A figura abaixo exemplifica.



Jornal Sem Terrinha, março de 2010

A edição de abril tem o papel de principalmente contestar a versão oficial sobre a chegada dos portugueses ao Brasil. Refutando a noção de “Descobrimento” para afirmar o

⁷¹ Jornal das crianças Sem Terrinhas. Ano III – nº 2 – abril 2010. Pág. 1.

projeto da colonização européia., além de abordar o extermínio dos povos indígenas em consequência do projeto de dominação colonial.

Considerações Finais

O desenvolvimento deste trabalho foi acompanhado por reflexões que traziam à tona, o debate acerca da relação entre comunicação e história, o que instiga a prosseguir nesta trilha de pesquisa, articulando os estudos acerca de uma comunicação contra-hegemônica em perspectiva histórica.

Durante a escrita desta Monografia se iniciava em Fortaleza, o primeiro curso de graduação em Comunicação Social com habilitação em jornalismo voltado especialmente para o MST e outros movimentos que integram a Via Campesina, o curso de 'Jornalismo da Terra', formulado em parceria com a Universidade Federal do Ceará, o Programa Nacional de Educação nas Áreas de Reforma Agrária (Pronera) e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra). Em meio a esse momento fértil de proximidade e diálogo, tive a oportunidade de vivenciar uma experiência bastante rica: a análise do jornal das crianças Sem Terrinha.

Produzido por um movimento social como o MST, cuja visão de mundo é trabalhada simbolicamente em vários aspectos, como nas místicas ou na própria constituição do sujeito 'Sem Terra', a comunicação é compreendida como mecanismo de formação e questionamento da ordem social vigente e, com vistas à construção de uma contra-hegemonia.

Durante a pesquisa, analisei o papel do Jornal Sem Terrinha como fomentador do diálogo entre o MST e suas crianças, no âmbito das lutas do movimento. Indo além desse objetivo geral investiguei a intencionalidade político-pedagógica presente no Jornal. A par de ser um veículo editado, essencialmente, por adultos, utiliza forma e conteúdo de fácil apreensão e entendimento pelos pequeninos.

As características políticas e pedagógicas são explicitadas já na edição número um do JSTerrinha, em seu título editorial: *“A infância na luta pela terra, pela Reforma Agrária e transformação da sociedade” Oba! Chegou a nossa vez! É o nosso jornal*”⁷². Desde sua criação o Jornal tem a tarefa de ajudar as crianças a participarem dos debates sobre a conquista da Reforma Agrária, bem como, em muitas ocasiões ajudar a preparar os Sem Terrinha para ações como encontros, marchas e caminhadas. A identidade de classe é outro

⁷² Jornal das crianças Sem Terrinhas. Ano I – nº 1 – outubro de 2007. Pág. 2.

aspecto, comumente, ressaltado pelo periódico: “*Com certeza (o jornal) é mais uma conquista de nós Sem Terrinha, das famílias Sem Terra, de todo o nosso MST e de todas as crianças filhas da classe trabalhadora.*”. O Jornal Sem Terrinha não adota a forma de um periódico voltado ao entretenimento das crianças. Isto não quer que desconheça a força dos conteúdos voltados à dimensão lúdica da vida na infância. Em meio às brincadeiras de aprender a ler o mundo O Jornal se apresenta como fruto e instrumento da luta social que se faz cotidianamente. “*O jornal nasceu como fruto da luta das crianças*”. Nesse sentido o próprio jornal vem afirmar:

“Nossos pais, mães, militantes dirigentes que fazem parte do MST conversaram muito, em todos os espaços e reuniões, a importância do cuidado com a infância na luta pela terra, pela Reforma Agrária e pela transformação da sociedade. O movimento quer que continuemos sendo os Sem Terrinha do MST. E seremos! Por isso, vamos aproveitar bem o nosso jornal e manter as próximas edições, enviando notícias de nossos estudos, escolas, brincadeiras, jogos, danças, teatros, esportes e; das nossas lutas pelos direitos de todas as crianças do Brasil.”

Outro aspecto percebido nesta pesquisa é o uso do Jornal em espaços coletivos como a escola e as cirandas permanentes e itinerantes. Ressalta-se que em todas as edições o JSTerrinha se refere as escolas do campo, com suas especificidades, destacando a função pedagógica do Movimento Social:

“Considerando o movimento um grande educador das crianças Sem Terrinha, pois é este o meio no qual elas vivem suas infâncias, participando da luta pela terra, pela Reforma Agrária”.⁷³

De destaque também a ampliação do conceito de educação. Ao afirmar que educação não é sinônimo de escola, elabora um sentido mais amplo e refere à complexidade do processo de formação humana, que tem nas práticas sociais o principal ambiente do aprendizado. Porém, a escolarização é um componente fundamental nesse processo e um direito de todas as pessoas, em especial das crianças. Segundo uma das cartilhas de Formação do Movimento⁷⁴ desde o criação do MST existiu a luta pela criação de escolas nos próprios assentamentos, pela consciência de que se as escolas não fossem no assentamento, muitas crianças continuariam fora delas. Atualmente “*A Reforma Agrária também na Educação*”, é uma das principais bandeiras de luta.

⁷³ MST. Caderno de Educação número 12, Educação infantil – movimento da vida, dança do aprender. 2004

⁷⁴ MST. Cartilha Construindo o Caminho. Brasília, 2001.

A partir desse reconhecimento da importância da educação no campo, o JSTerrinha se apresenta como material de uso pedagógico e coletivo, auxiliando os educadores, dedicando uma seção, “Cantinho do Educador” para sugerir leituras, indicar livros, filmes e atividades realizadas com a participação das crianças.

Quanto à linguagem utilizada no Jornal com uma dimensão lúdica seria necessário avançar na pesquisa acerca da recepção do Jornal por seu público leitor. Qual seria a faixa de idade mais interessada nos conteúdos? A forma de apresentação dos conteúdos, a linguagem, a disposição das seções e suas temáticas despertariam o interesse de crianças acima de oito anos? Estas questões são suscitadas, em razão do periódico se referir constantemente ao seu público leitor como criança de pouca idade.

Outra dificuldade identificada nesta pesquisa é acerca do grau de participação e interatividade das crianças com o Jornal. Nas edições mais recentes, se percebe uma maior presença dos Sem Terrinha, através de ilustrações ou pequenos textos, geralmente mediados pelos educadores, devido a pouca idade das crianças e suas dificuldades naturais com a leitura e a escrita. Porém, a participação das crianças no processo de escrita do JSTerrinha ainda é bastante reduzida.

O Jornal é distribuído para todo o Brasil, chegando as Secretarias Estaduais do MST, em 24 capitais e no Distrito Federal. Porém não temos uma noção mais precisa acerca de sua presença nos acampamentos e assentamentos. O jornal chega regularmente? Como se dá a leitura? São realizadas e de que modo as atividades propostas pelo jornal? Essas questões motivam o interesse em aprofundar o estudo em pesquisa posterior, de maior fôlego, como esforço de Pós-Graduação.

O Jornal Sem Terrinha é ao mesmo tempo parte do projeto articulado de comunicação, cultura e educação do MST. Segundo a Cartilha Construindo o caminho o projeto de educação do MST, é uma combinação entre a luta pelo acesso à escolarização e o processo de construção de uma pedagogia adequada aos desafios da realidade específica, nesse caso à camponesa, e de um projeto social e histórico mais amplo.

Por fim, considero que estudar a comunicação produzida pelos movimentos sociais pode também contribuir com seu esforço de organização a partir do momento em que,

partindo das idéias de Paulo Freire⁷⁵, entendemos a mídia como elemento significante nos processos de ação cultural libertadora.

Esta pesquisa deixa em aberto várias indagações sobre a comunicação produzida pelo MST e voltada para sua infância, que poderão ser objeto de futuros estudos e pesquisas. Em meu caso, o propósito é seguir adiante neste campo de estudos, aprofundando as questões e definindo uma problematização em articulação com os estudos de comunicação em diálogo com a história social.

⁷⁵ FREIRE *apud* LIMA, V. A., 2001

1. Fontes

ANOTE. Comunicação: Direito de todos e todas. Cartilha.

Jornal das crianças Sem Terrinhas. Outubro de 2008.

Jornal das crianças Sem Terrinhas. Junho 2009

Jornal das crianças Sem Terrinhas. Abril 2010.

Jornal Sem Terra, Agosto de 2001.

Jornal Sem Terra, novembro de 2000.

Jornal Sem Terrinha, outubro de 2007

MST. A Escola Itinerante Paulo Freire no 5º Congresso do MST. Coleção Fazendo escola, Nº 4. São Paulo, 2009.

MST. Caderno de Educação número 12, Educação infantil – movimento da vida, dança do aprender. 2004

MST. Cartilha Construindo o Caminho. Brasília, 2001.

MST. Crianças em movimento. As mobilizações infantis do MST. Coleção fazendo escola, 2. São Paulo: MST, 1999.

MST. Escola itinerante em acampamentos do MST. Coleção fazendo escola 1. São Paulo: MST, 1998.

MST. Informativo Especial 25 anos – Produção do Setor de Comunicação, Juventude e Cultura do MST – CE, 2009.

MST. O que queremos com as escolas do MST. Cadernos de formação. São Paulo: MST, 1991.

MST. Orientações práticas e a história dos Congressos do MST. Brasília, 2007.

MST. Princípios da educação no MST. Cadernos de educação. São Paulo: MST, 1996.

Revista das Crianças Sem Terrinha, número 2, MST.

Revista Sem Terra, abril 1997

Revista Sem Terra, abril de 2001.

2. Referências Bibliográficas

AGUIAR, Flávio. *Com palmos medida: terra, trabalho e conflito na literatura brasileira*. São Paulo: Boitempo editorial, 1999.

AMADO, Janaína (orgs.). *Usos & abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1996 (103-130)

ARIÈS, P. *História social da criança e da família*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1978

BERGER, Christa. *Campos em confronto: a terra eo texto*. Porto Alegre: Editora da Universidade/ UFRGS, 1998.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *O menino que lia o mundo*. São Paulo: ANCA, 5ª edição 2003

BRAUDEL, Fernand. *Escritos sobre a história*. São Paulo: Perspectiva, 1978.

CALDART, Roseli Salete. *Pedagogia do Movimento Sem Terra*. São Paulo: Expressão Popular: 2004.

CAMINI, Isabela, (coordenadora). *Estória de Rosa. Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra*.

CARVALHO, José Murilo de. *A Fromação das Almas e o Imaginário da República no Brasil*. Rio de Janeiro: Cia das Letras, 1990

CHIOZZINI, Daniel. *Memória é matéria prima do trabalho do historiador*. *ComCiência*. SBPC/LABJOR, 2004. Disponível em: <www.comciencia.br/reportagens/memoria/04.shtml>. Acesso em: 05 abr. 2005.

CUNHA, Euclides da. *Os sertões*. 2. ed., São Paulo: Ática, 2001. (Edição crítica de Walnice Nogueira Galvão).

FACÓ, Rui. *Cangaceiros e fanáticos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.

FERNANDES, Bernardo Mançano. *A formação do MST no Brasil*. Rio de Janeiro: Vozes, 2000.

FERREIRA, Maria Nazareth. O Impasse da comunicação sindical: de processo interativo a transmissora de mensagens. São Paulo: Cebela, 1995.

FESTA, Regina. *A Política de comunicação como fator de organização e mobilização dos movimentos sociais e populares*. In *Mídia e Diversidade Cultural: experiências e reflexões*, Brasília, Casa das Musas, 2009.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1998.

GALVÃO, Walnice Nogueira. *O Império de Belo Monte, Vida e Morte de Canudos*. Fundação Perseu Abramo. São Paulo: 2001.

GOHN, Maria da Glória. *Mídia, Terceiro Setor e MST: impactos sobre o futuro das cidades e do campo*. Petrópolis: Vozes, 2000.

HILL, Christopher. *O mundo de ponta-cabeça. Idéias radicais durante a revolução inglesa de 1640*. São Paulo: Cia das letras, 1987.

HOBSBAWM, Eric e RUDÉ, George. *Capitão Swing. A expansão capitalista e as revoltas rurais na Inglaterra do início do século XIX*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1982.

HOBSBAWM, Eric. *Era dos extremos. O breve século XX*. São Paulo: Cia das letras, 1995.

HOBSBAWM, Eric. *Mundos do trabalho. Novos estudos sobre a história operária*. São Paulo: Paz e Terra: 1988.

HOBSBAWM, Eric. *Sobre história*. São Paulo: Cia das letras, 1988.

MARIA, Noemi Antonio. WESCHENFELDER, Noeli Valentina. *A Pedagogia cultural do Movimento Sem Terra com Relação à infância*. UNIJUÍ / UFRGS.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. *La Educación desde la Comunicación*, Buenos Aires, Grupo Editorial Norma, 2002. SIERRA, Francisco. *Intruducción a la teoria de la comunicación educativa*, Sevilla Edutorial, MAD, 2000

MARTINS, José de Souza (coord.). O massacre dos inocentes. A criança sem infância no Brasil. São Paulo:Hucitec, 1991.

MENDONÇA Maria Luísa Martins de. A Política de comunicação como fator de organização e mobilização dos movimentos sociais e populares. In Mídia e Diversidade Cultural: experiências e reflexões, Brasília, Casa das Musas, 2009.

NEUMANN. Laurício. Educação e Comunicação Alternativa. Petrópolis: Vozes, 1990.

PELOSO, Ranulfo. A força que anima os militantes. São Paulo: MST, 1994.

PEREIRA, Simone Silva. A formação: um passo na construção da identidade dos Sem Terrinha. Veranópolis: Escola Josué de Castro, 1999. Monografia.

PERUZZO Cicillia M. Kroling. *Movimentos sociais, cidadania e o direito à comunicação comunitária nas políticas públicas* –in Comunicação para a Cidadania: Caminhos e impasses – Bruno Fuser (org.)RJ, E-Pappers, 2008.

PRIORE, Mary Del.(org) *História das crianças no Brasil*.São Paulo: Contexto,1999.

PORTELLI, Alessandro. O massacre de Civitella Val di Chiana (Toscana: 29 de junho de 1944): mito, política, luto e senso comum. In: FERREIRA, Marieta de Moraes & (COMPLETAR)

RUDÉ, George. Ideologia e protesto popular. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1982.

SCHIMIDT, Maria Auxiliadora. *A concepção moderna de infância e os modos de ensinar história in* Em Tempo: história, memória, educação. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2008.

SILVA, MARY CARDOSO DA. *O Jornal Sem Terrinha como um projeto político pedagógico de formação da criança do MST*. Monografia. Belo Horizonte. UFMG, 2010

SOUZA, Enilce Lima Cavalcante de. Campo e Palavras: Dimensões da questão agrária no Ceará, 1954-1964. Universidade Federal do Ceará: Dissertação de Mestrado, 2005.

STÉDILE, João Pedro (org). História e natureza das Ligas Camponesas. São Paulo. Expressão Popular, 2002.

TAKADA, Paula Monteiro. Comunicação Popular no século XXI, por onde (re)começar?.http://www.alaic.net/alaic30/ponencias/cartas/Com_popular/ponencias/GT15_6takada.pdf

THOMPSON, E. Costumes em comum. Estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Cia das letras, 1999.

THOMPSON, Edward. A formação da classe operária inglesa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

VANTOIR Roberto. A construção social do conceito de infância: Algumas interlocuções históricas e sociológicas.

ⁱ Caderno de educação número 12 do Setor de Educação do MST.

ⁱⁱ Afirmação baseada em observação feita em dois acampamentos e dois assentamentos no período de julho a dezembro de 2010, no estado do Ceará.